

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**O DIADEMA COMO INSÍGNIA REAL HELENÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE A
CONSTRUÇÃO DA MONARQUIA PESSOAL DE ALEXANDRE MAGNO**

DANILO CORREA BERNARDINO

Brasília – DF
2018

DANILO CORREA BERNARDINO

**O DIADEMA COMO INSÍGNIA REAL HELENÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE A
CONSTRUÇÃO DA MONARQUIA PESSOAL DE ALEXANDRE MAGNO**

Dissertação para a linha de pesquisa Política, Instituições e
Relações de Poder do Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna.

Brasília – DF
2018

Banca examinadora

Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna

Prof. Dr. Vicente Carlos Rodriguez Alvarez Dobroruka

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

*Rex eris, si recte facias: si non facias, non eris. Regiae virtutes
praecipuae duae: iustitia et pietas. Plus autem in regibus laudatur
pietas; nam iustitia per se severa est.*

ISIDORO DE SEVILHA. *Etymologies*, 9.3.4

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de fazer menção à Universidade de Brasília, instituição com a qual criei um laço afetivo forte e da qual nunca me desligarei. Acredito fielmente em uma UnB renovada que possa estar, em um futuro próximo, na vanguarda do verdadeiro crescimento deste país. Gostaria também de fazer um agradecimento à Capes, sem a qual o desenvolvimento desta pesquisa seria dificultado em larga escala.

Além disso, não poderia deixar de mencionar todos os professores que tive a oportunidade de ouvir ao longo desses sete anos de UnB, os quais me abriram um caminho novo e me possibilitaram ter um novo olhar sobre o mundo e entender que a realidade é e sempre será mais complexa do que podemos imaginar e que, dessa forma, não existem respostas simples. Nesse sentido, em especial, gostaria de prestar os meus agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna, que me acompanha já há alguns anos e sem cujos esforço e paciência eu não teria conseguido chegar até a finalização deste e de outros projetos. Também, não deixo de pronunciar os meus agradecimentos à banca convidada, composta pelo Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas e pelo Prof. Dr. Vicente Carlos Rodrigues Alvarez Dobroruka, pela sua disponibilidade e cortesia em todos os contatos que tivemos.

Ainda, devo fazer referência a Analu, que me acompanhou durante todo este percurso e a quem devo agradecimentos por ter, desde que cruzou o meu caminho, feito a minha vida muito feliz com a sua compreensão e o seu amor.

Por fim, gostaria de agradecer aqueles responsáveis por tudo, minha mãe, Silvana Maria Guimarães Correa, e meu pai, Sérgio Bernardino Filho, que me proporcionaram todos os recursos e afeto necessários para a frutificação dos meus projetos, sem os quais não haveria motivação para surpreender nem ao menos vida.

RESUMO

Esta dissertação propõe defender a tese de que Alexandre, rei da Macedônia, ao depor o Grande Rei persa e conquistar o vasto Império Aquemênida, não teria fornecido indícios de que pretendia suceder de alguma forma a Dario III como o novo rei persa, tampouco dar continuidade a uma tradição monárquica macedônica. Nesses termos, apoiado em uma cultura política de forjamento de grandes impérios universais instaurada no início do primeiro milênio na Anatólia com o chamado Império Neoassírio, Alexandre da Macedônia, na realidade, parece ter se preocupado em lançar as bases para a fundação de uma nova monarquia pessoal. Esse projeto de criação de um novo império universal, no entanto, se diferenciava de seus predecessores mesopotâmicos uma vez que se tratava de uma dominação grega, isto é, seria um império fundado sobre bases greco-macedônicas. Nesse cenário, Alexandre preocupou-se com a adoção de novas insígnias que identificassem esse novo domínio, dentre as quais o diadema se destacou ao se tornar o maior símbolo de expressão de seu poder (ainda em sua breve vida) ao passo que manteve a mesma qualidade de insígnia exclusiva dos reis entre os seus sucessores durante o período helenístico, a partir do “grande ano dos reis” (307-306 a.C.).

Palavras-chave: Alexandre III. Monarquia macedônica. Império Aquemênida. Diadema. Monarquias helenísticas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Batalha de Gaugamela | 26 |
| Figura 2 – Império Aquemênida..... | 37 |
| Figura 3 – Cilindro de Ciro..... | 51 |
| Figura 4 – Súdito presta obediência ao rei assírio Salmaneser III..... | 58 |
| Figura 5 – Ptolomeu I (305-283 a.C.) | 73 |
| Figura 6 – Antímaco I (185-170 a.C.) | 74 |
| Figura 7 – Medalhão de Tarso, Filipe II..... | 80 |
| Figura 8 – Filipe II..... | 80 |
| Figura 9 – Diadema dourado | 81 |
| Figura 10 – Cópia romana de original grego do século III a.C. | 84 |
| Figura 11 – Sicília, Naxos (430-420 a.C.)..... | 85 |
| Figura 12 – Representação de Alexandre III por Ptolomeu I (305-283 a.C.)..... | 85 |
| Figura 13 – Diadúmeno, cópia romana (século II d.C.) | 86 |
| Figura 14 – Ptolomeu V | 87 |
| Figura 15 – Representação de terracota de um casal de Girsu – 1900 a.C..... | 89 |
| Figura 16 – Representação de Tiglath Pileser III – 745-727 | 90 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Introdução | 10 |
| 1 Alexandre e a natureza política de sua conquista militar..... | 13 |
| 1.1 Pan-helenismo e os preparativos para a expedição asiática | 13 |
| 1.2 A batalha de Gaugamela..... | 21 |
| 1.2.1 Alexandre como o sucessor da dinastia Aquemênida | 28 |
| 1.2.2 Alexandre e uma nova perspectiva sobre a construção de um império universal | 33 |
| 2 Argumentos que distanciam Alexandre da sucessão dos grandes reis..... | 40 |
| 2.1 Atitudes tomadas por Alexandre que evidenciam a não tentativa de sucessão da coroa persa | 40 |
| 2.1.1 A chegada à Ásia | 40 |
| 2.1.2 Correspondências com Dario..... | 43 |
| 2.1.3 A adoção do título de Rei da Ásia | 46 |
| 2.1.4 O saque de Persépolis | 52 |
| 2.1.5 A adoção de costumes e vestimentas orientais | 55 |
| 2.2 Atitudes negligenciadas por Alexandre que evidenciam a sua despreocupação em suceder a Dario como o novo Grande Rei | 61 |
| 2.2.1 O não cumprimento do ritual de iniciação em Pasargadae..... | 62 |
| 2.2.2 A não adoção do título de Rei dos Reis, ou qualquer outro título persa | 63 |
| 2.2.3 O não cumprimento das honras devidas a Ahura Mazda | 65 |
| 2.2.4 A não adoção da tiara orthe (kidaris; kitaris; kyrbasia) persa | 66 |
| 3 O diadema: símbolo fundador de uma nova era | 71 |
| 3.1 O diadema e Alexandre | 72 |
| 3.1.1 A estética do adereço | 72 |
| 3.1.2 A adoção do diadema e a sua importância constatada ainda na vida de Alexandre | 74 |
| 3.2 Origens do diadema | 79 |
| 3.2.1 Origem macedônica | 79 |
| 3.2.2 Origem grega | 82 |
| 3.2.3 Origem persa..... | 88 |

| | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 3.2.4 | Conclusão sobre a origem do diadema real helenístico..... | 92 |
| 3.3 | Disputa entre os sucessores e a incorporação do diadema com <i>regalia</i> helenística. | 93 |
| | Conclusão | 96 |
| | Referências | 98 |

Introdução

Durante muito tempo, o chamado período helenístico (compreendido entre a morte de Alexandre III, em 323 a.C., e a morte de Cleópatra VI do Egito, em 30 a.C.) foi entendido por extensa parte da literatura especializada como um período marcado pela decadência do mundo grego, isto é, um período em que as *poleis* não eram mais livres, tendo o grande ápice de sua civilização já passado. Desse modo, a sua existência foi quase censurada do conhecimento do grande público em detrimento dos chamados períodos arcaico e clássico grego, ambos discutidos de forma profunda e complexa já há muito.

Nesse sentido, o cenário que se seguiu às conquistas de Alexandre (que por si só já representariam a perda de liberdade das grandes *poleis*) é percebido, ainda hoje, como um grande hiato obscuro, comparado quase que a uma idade das trevas, da qual a dita civilização ocidental apenas sairia e receberia novamente atenção mediante o esplendor das conquistas e inovações do Império Romano que viriam somente séculos depois. Contudo, tal visão deve ser e vem sendo combatida, uma vez que o período em questão prova ser digno de atenção cuidadosa, tendo em conta que também reserva para si grande riqueza cultural e importância direta e imensa para o contexto do mundo europeu e asiático.

O período helenístico, nesses termos, se revela como um período constituído por grande interação cultural, política, econômica e religiosa entre o mundo grego e o grande e antigo mundo mesopotâmico, fomentada pelas conquistas macedônicas e pelo estabelecimento das monarquias helenísticas. Assim sendo, configura-se como um momento bastante complexo e por vezes confuso, no qual se criariam as bases para o mundo romano e, em seguida, para o mundo medieval europeu, tendo fornecido as condições propícias, nesse contexto, para o desenvolvimento dos movimentos judaico-cristãos que viriam a seguir.

Sabendo disso, como destacou Shipley (2007), o estudo do período helenístico engatinha e há muito a ser debatido e novamente explicado. O referido período, dessa forma, ainda careceria de maior interação entre as mais diversas áreas do conhecimento –arqueologia, filosofia e antropologia –, como há bastante tempo já é feito com o período clássico, por exemplo, com o fito de ampliar as discussões sobre as mais diversas questões que tocam esse recorte. Com os esforços feitos nas últimas décadas, tem-se observado, naturalmente, que os estudos sobre o período helenístico têm ganhado fôlego vigoroso, com a apresentação de novas reflexões, novas respostas e, claro, novas perguntas.

O objetivo do presente estudo é refletir sobre algumas posições há muito estabelecidas sobre Alexandre e as consequências de seu êxito na Ásia Menor, de maneira a colocar em perspectiva as conquistas macedônicas e, assim, enxergar a questão de outra forma. A partir disso, espera-se gerar novas explicações e contribuir para o crescimento das discussões sobre o período helenístico.

Dito isso, esta dissertação se divide em três capítulos. O primeiro tem por objetivo apresentar e sustentar a tese defendida, de modo a exibir algumas ideias centrais que são aprofundadas nos capítulos subsequentes. De início, analisa-se o contexto em que Alexandre da Macedônia subiu ao trono e iniciou sua campanha contra os persas até sua decisiva vitória em Gaugamela, que acabou com qualquer perspectiva de vitória do Império Aquemênida. A partir daí, apresenta-se uma narrativa historiográfica corrente que propõe que Alexandre, após o êxito contra os persas, se destaca como novo sucessor de Dario III. Contudo, em seguida, a partir desses argumentos, exprime-se a visão defendida de que o rei macedônio, na realidade, não forneceu indícios de sucessão, tampouco de continuidade da monarquia macedônica. Contrariamente, Alexandre parece ter criado um ambiente propício para o surgimento de uma nova instituição monárquica apoiada em uma cultura política existente no mundo mesopotâmico, mas com a novidade de ser edificada sobre bases gregas, tendo em vista o seu apego à causa pan-helênica.

O segundo capítulo parte das ideias discutidas no capítulo anterior e preocupa-se em robustecer a ideia de que Alexandre não agiu de forma a sugerir que pretendia suceder a Dario como novo Grande Rei. Para tanto, apresenta-se uma série de atitudes tomadas e negligenciadas por Alexandre que apontam para uma nova direção que não vai ao encontro dessa perspectiva de sucessão do legado persa. Como exemplo, citam-se a carta branca dada pelo rei macedônio para a destruição dos palácios de Persépolis e a não adoção da principal insígnia real aquemênida, a *tiara orthe*.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a grande insígnia materializadora de toda essa ideia, o diadema. Ao não se identificar de forma direta nenhuma porção do novo império e de modo algum parecer estranha para qualquer uma delas, a adoção desse adereço como insígnia exclusiva real indica a implantação de uma nova forma de instituição política que se distancia de suas predecessoras, ao passo que se aproxima da construção de um novo Estado que teria a qualidade de um império universal, dado o seu caráter plural. Tendo o diadema ganhado importância ainda durante a vida de Alexandre, o seu uso passou para as mãos dos novos reis helenísticos que, assim como Alexandre, precisavam legitimar seu novo *nomos* político e, dessa forma, o usaram como grande símbolo das monarquias helenísticas.

Sobre as principais fontes que tratam de Alexandre, este estudo lançou mão das edições LOEB. Em se tratando de edições bilíngues, sempre que se mostrou necessário, o texto em grego foi acompanhado de perto com o fito de não se perderem detalhes sensíveis e de enriquecer a argumentação. Para tanto, em momentos específicos, são apresentadas traduções próprias feitas com auxílio do texto em inglês. Essas fontes podem ser agrupadas em duas tradições distintas: o primeiro grupo, chamado de forma corrente de *vulgata*, se compõe dos autores antigos que seguem mais de perto os relatos contemporâneos de Cleitarco e se caracterizam por terem, de forma geral, uma visão mais pessimista da figura do rei Alexandre. Fazem parte desse grupo Justino, Quinto Cúrcio e Diodoro da Sicília. O segundo grupo, de tradição mais ligada às versões oficiais por seguir de perto relatos de Aristóbulo, pertencente ao exército macedônico, e Ptolomeu, companheiro de Alexandre, caracteriza-se por uma visão, em geral, mais otimista e, por vezes, idealista do rei dos macedônios. Faz parte desse grupo o grego Arriano de Nicomédia. Além disso, não se pode deixar de citar entre as principais fontes relacionadas ao assunto outro relato grego, redigido por Plutarco, que, em suas “vidas paralelas”, colocou lado a lado a vida de César e a de Alexandre. Plutarco se revela fonte de grande valia uma vez que preserva em detalhes preciosos a infância e a juventude de Alexandre. Entre outras fontes literárias, merece destaque a leitura de diversos autores gregos que contribuem para uma compreensão mais ampla do tema e para a possibilidade de encontrar novas direções por tratarem, no geral, de assuntos que não se limitam ao recorte estudado. É o caso, por exemplo, de tragédias, como as de Aristófanes e as de Ésquilo, que auxiliam no entendimento do arcabouço cultural grego que estava muito próximo a Alexandre. Por fim, houve a preocupação com a diversificação da natureza das fontes utilizadas, tendo o uso de vestígios arqueológicos, tais quais esculturas e moedas, sido parte integrante da análise para que se chegasse às conclusões propostas.

1 Alexandre e a natureza política de sua conquista militar

E do mesmo modo como, no começo de tudo, Deus separou luz e trevas e criou o primeiro dia com nascente e poente, o primeiro dia da história cindiu os povos do Oriente e do Ocidente e lhes insuflou, junto com uma inimizade eterna, a nostalgia eterna da reconciliação. Tal é a lei de tudo que se cria: consumir-se e, em seguida, recair na noite silenciosa das origens.¹

(DROYSEN, 2010, p. 35)

Este capítulo tem por objetivo apresentar a perspectiva de que Alexandre, ao vencer a batalha de Gaugamela, não dava continuidade à dinastia Aquemênida, mas, apoiado em uma cultura política vigente na região, fundava de modo pragmático um novo império, diferente da monarquia persa e da própria monarquia macedônica. Para tanto, inicia-se com o contexto em que Alexandre começou sua campanha asiática, com as manobras de Filipe II e com a questão pan-helênica, tendo em vista que, no argumento central desta pesquisa, defende-se que tal causa foi levada a cabo até a morte do rei macedônio, uma vez que Alexandre estava assentando uma nova forma de poder político sobre bases greco-macedônicas. Em seguida, discute-se a batalha de Gaugamela, dado que esse evento se configura como um *turning point* na vida do rei macedônio e de seu novo território anexado. Desse modo, apresenta-se uma corrente historiográfica que institui que, após Gaugamela, Alexandre estaria sucedendo a Dario como novo Grande Rei. Contrapondo essa ideia, na sequência, defende-se uma nova proposta, na qual se alega que o rei dos macedônios em nenhum momento ofereceu evidências de que sucederia a Dario, como rei persa, mas fundava algo novo, um império universal grego.

¹ Por mais que a divisão rígida entre Ocidente e Oriente, ricamente presente nas ideias de Droysen sobre o momento da fundação das monarquias helenísticas, pareça hoje antiquada e anacrônica, dada a imposição de uma geopolítica moderna em tempos recuados em que tal divisão não existe, a questão da lei da criação estar sempre em um movimento cíclico composto por apropriações e novas apropriações é observação fundamental para a análise feita na presente pesquisa. Assim, parte-se da premissa de que o velho sempre cederá espaço para o novo, que, por sua vez, nunca começará do zero.

1.1 Pan-helenismo e os preparativos para a expedição asiática

Agora, espartanos e atenienses. Todos vocês escutem as minhas palavras. Eu sou uma mulher, mas tenho um cérebro e meu senso comum não é tão ruim – entendo bastante bem quando meu pai fala e os discursos dos cidadãos mais velhos. E agora, os tenho diante de mim, gostaria de repreender as suas atitudes, de todos vocês. Em Olímpia, em Delfos e nas Termópilas – poderia mencionar muitos outros, caso quisesse fazer uma lista tão extensa – todos vocês usam as mesmas taças diante dos altares², como se descendessem de um mesmo grupo. Nós todos temos inimigos bárbaros, e ainda assim vocês destroem cidades e homens gregos.³

(AR. *Lys.*, 1122)

Na comédia de Aristófanes, a personagem Lisístrata tem por objetivo alertar a todos os gregos dos perigos da sua desunião, haja vista que as inúmeras disputas entre as *poleis*⁴ apenas enfraqueceriam a Hélade e aumentariam as chances de povos bárbaros dominarem a região.⁵ A ideia de uma comunidade pan-helênica, de uma Grécia unida, não foi propagada apenas por uma voz, mas defendida por diversos autores gregos além de Aristófanes. Heródoto, por

² Lisístrata faz alusão aos diversos rituais e celebrações que os gregos compartilham (AR. *Lys.*, 1122).

³ No original, em grego:

ἄνδρες Λάκωνες στήτε παρ' ἐμὲ πλησίον,
ἐνθένδε δ' ὑμεῖς, καὶ λόγων ἀκούσατε.
ἐγὼ γυνὴ μὲν εἰμι, νοῦς δ' ἔνεστί μοι,
αὐτὴ δ' ἐμαυτῆς οὐ κακῶς γνώμης ἔχω,
τοὺς δ' ἐκ πατρός τε καὶ γεραιτέρων λόγους
πολλοὺς ἀκούσασ' οὐ μεμούσωμαι κακῶς.
λαβοῦσα δ' ὑμᾶς λοιδορῆσαι βούλομαι
κοινῇ δικαίως, οἱ μῖα ἕκ χέρνιβος
βωμοὺς περιρραίνοντες ὥσπερ ξυγγενεῖς
Ὀλυμπίασιν, ἐν Πύλαις, Πυθοῖ (πόσους
εἶ ποιμ' ἂν ἄλλους, εἶ με μηκύνειν δέοι:)
ἐχθρῶν παρόντων βαρβάρων στρατεύματι
Ἕλληνας ἄνδρας καὶ πόλεις ἀπόλλυτε.
εἷς μὲν λόγος μοι δεῦρ' αἰεὶ περαίνεται.

⁴ O termo *polis* é apenas um conceito, mas representa a soma dos elementos comuns compartilhados pelos gregos. Nesse sentido, a criação dessa estrutura provou ser a forma de organização mais eficiente entre as difundidas na Grécia, dado que suplantou todos os outros sistemas e permaneceu como a última inovação grega no âmbito da ordenação social. Diante da complexidade da determinação exata de sua definição, cabe alertar que as *poleis* não devem ser confundidas com cidades-estados (encontradas ao redor do mundo), uma vez que nem todas as *poleis* adquiriram esse caráter ao longo de sua história. Ainda é importante ressaltar que a decadência desse tipo de organização tem início justamente com a ascensão de Filipe da Macedônia e, em seguida, com Alexandre e as monarquias helenísticas, tendo em vista que, a partir desse momento, as *poleis* deixaram de gozar de sua liberdade habitual, intrínseca a sua existência (SAKELLARIOU, 1989).

⁵ O debate acerca das motivações políticas por detrás das comédias gregas é palco de intenso debate na historiografia especializada. Se, por um lado, defende-se que as comédias não teriam laços mais estreitos com posições políticas, por outro, se crê que as comédias apresentadas em Atenas não apenas cumpriam papel de divertimento, mas também traziam conteúdo político. Nesse contexto, Stuttard entende que a peça *Lisístrata* traz consigo uma mensagem política clara em consonância com o contexto em que foi produzida. Nela, estaria explícita a posição de Aristófanes de que a Grécia deveria permanecer unida diante da ameaça persa, uma vez que uma Grécia dividida seria uma Grécia enfraquecida. Assim, o comediógrafo teria com essa obra um objetivo muito claro direcionado a um público específico (STUTTARD, 2011).

exemplo, reproduz a resposta de um ateniense a enviados espartanos preocupados com uma possível aliança entre Atenas e o Império Persa da seguinte maneira:

Existem muitas boas razões para nós não fazermos isso (um acordo com os persas), mesmo que nós desejássemos: primeiro, a destruição de templos de nossos deuses, a quem nós nos sentimos abrigados a vingar [...] e em segundo, a união de todos os gregos em sangue e no discurso [...] além das semelhanças dos nossos estilos de vida. (HDT., 8. 144)^{6 7}

Na passagem, a assertiva dos atenienses diante dos enviados espartanos pode não ser historicamente verossímil, no entanto é compatível com uma retórica historiográfica antiga que tinha como prática colocar receios do presente em falas de personagens do passado (LAIRD, 2009; HOW; WELLS, 1990). Nesse sentido, é visível que a invasão de Atenas e sua destruição pelos persas deixaram um ressentimento forte na comunidade ateniense, e, em Heródoto, já se fala explicitamente em vingança contra os aquemênidas. Nesse momento, é importante observar que, apesar de os gregos se referirem a todos aqueles não gregos como bárbaros, para eles, o termo se referia *par excellence* aos persas⁸ devido justamente às invasões ao território grego no século V (CARTLEDGE, 2004).

Como visto, apesar de a origem do pan-helenismo remontar ao século V, foi apenas no século IV que tal proposta viveu seu auge (FLOWER, 2000). No início do século, Gorgias⁹ apresentou o seu discurso de abertura dos Jogos Olímpicos de 392, do qual apenas fragmentos sobreviveram, mas nos quais ainda é possível observar as ideias principais: a união dos gregos e a luta contra os persas. Nesse contexto, em 380 a.C., Isócrates,¹⁰ em seu *Panegyricus*, evocou a unidade grega como a solução para o clima tenso instaurado entre as *poleis* diante da reconstrução de Atenas após a guerra do Peloponeso, da posição hegemônica de Esparta e da

⁶ Nessa passagem, Heródoto estabelece um esquema etnológico composto por religião, sangue, discurso e costumes que, juntos, formariam o necessário para haver uma nação.

⁷ No original, em grego: πολλά τε γὰρ καὶ μεγάλα ἐστὶ τὰ διακωλύοντα αὐτὰ μὴ ποιέειν μηδ' ἦν ἐθέλωμεν, πρῶτα μὲν καὶ μέγιστα τῶν θεῶν τὰ ἀγάλματα καὶ τὰ οἰκήματα ἐμπεπρησμένα τε καὶ συγκεχωσμένα, τοῖσι ἡμέας ἀναγκαίως ἔχει τιμωρέειν ἐς τὰ μέγιστα μᾶλλον ἢ περ ὁμολογέειν τῷ ταῦτα ἐργασασμένῳ, αὐτὶς δὲ τὸ Ἑλληνικὸν ἐὼν ὁμαιμὸν τε καὶ ὁμόγλωσσον καὶ θεῶν ἰδρύματα τε κοινὰ καὶ θυσίαι ἡθεὰ τε ὁμότροπα.

⁸ Império fundado por Ciro, o Grande, no século VI, que traçou a sua ancestralidade até um certo Aquemênides que, por sua vez, deu nome à dinastia (BRIANT, 2002). Xenofonte, em seu relato otimista do primeiro Grande Rei persa, registra que Ciro reduziu à obediência o ímpeto de um grande número de pessoas, cidades e nações mediante uma maneira inteligente de governar. Mais adiante, no livro VIII, Xenofonte escreve que todo esse vasto império era controlado pela exclusiva vontade de Ciro, que o rei honrava os seus compromissos e cuidava dos assuntos do império como se fosse o seu filho (*Cyr.*, 1.1.3; 8.8.1). Nesse sentido, o relato de Xenofonte nos fornece indícios da centralização do poder exercida por Ciro a partir de uma imagem de benfeitor, levada a cabo pelos seus sucessores.

⁹ Grego pré-socrático oriundo da Sicília.

¹⁰ Isócrates (436-336 a.C.) foi um orador e retórico ateniense grande incentivador da causa pan-helênica. Isócrates morreu no ano em que Alexandre III subiu ao trono da Macedônia.

ascensão de Tebas (PAPILLON, 2007). Nas palavras do orador grego, a cidade de Atenas foi julgada como a principal força, como a *polis* detentora do direito de estar na liderança do movimento pan-helênico (ISOC. *Paneg.*, 21).

Não obstante, com o passar dos anos, após esse prelúdio de Atenas como líder, Isócrates mudou seu foco em face da situação difícil de sua cidade natal, redirecionando suas energias de uma *polis* para um indivíduo, Filipe II (ISOC. *Discursos*, 5.16). Dessa forma, percebendo a expansão militar macedônica vinda do Norte, Isócrates escreveu (346 a.C.) um discurso direcionado ao rei da Macedônia¹¹ (*Philippos*), no qual Filipe é intimado a se apresentar como líder dos gregos, aparecendo como figura eleita capaz de unir os helenos para iniciar a campanha contra os persas: “Quero te aconselhar que tome o seu lugar na liderança dos gregos e na expedição militar contra os persas. Para os gregos, é fácil deixar-se persuadir e útil atacar os bárbaros. Essa é a aspiração do meu discurso” (ISOC. *Discursos*, 5.16).¹²

Para persuadir o macedônio, o ateniense enfatiza que o rei deveria se colocar nessa posição uma vez que os outros se acovardavam e, como grego e descendente de Hércules,¹³ Filipe deveria lutar pela sua pátria (ISOC. *Discursos*, 5.127). Segundo Isócrates, caso macedônios e atenienses trabalhassem juntos, poderiam expandir a cultura grega para todo o mundo (*Discursos*, 5.56).¹⁴

Nesse ponto, entende-se que a posição de Isócrates difere substancialmente da proposta de Aristóteles¹⁵ no tocante ao propósito de uma expedição asiática. Isso porque, para Aristóteles, os bárbaros estavam destinados a uma eterna natureza de servidão, portanto eram naturalmente inferiores aos gregos (ARIST. *Pol.*, 7.6). Compactuando com essa visão, Ésquilo (*Pers.*, 180) descreve o sonho da rainha Atossa, no qual duas belas mulheres desfilavam

¹¹ Após dez anos de exílio em Tebas, Filipe retornou à Macedônia durante o reinado de seu irmão Pérdicas (365-360). No entanto, Pérdicas morreu em uma desastrosa campanha militar com outros quatro mil macedônios contra os ilírios. Nesse momento, diante de uma conturbada cena política, o herdeiro natural, Amintas, foi deixado de lado, e Filipe, seu tio, foi aclamado como novo rei por meio de uma assembleia, segundo a versão relatada por Diodoro (16,1,3). Na versão de Justino, após a morte de Pérdicas, Filipe teria se tornado tutor de Amintas e regente do reino, contudo em pouco tempo usurpou o poder para si, tornando-se o novo rei macedônio (JUST. *Epit.*, 7.5.9-10).

¹² No original, em grego: μέλλω γάρ σοι συμβουλεύειν προστῆναι τῆς τε τῶν Ἑλλήνων ὁμονοίας καὶ τῆς ἐπὶ τοὺς βαρβάρους στρατείας: ἔστι δὲ τὸ μὲν πείθειν πρὸς τοὺς Ἑλληνας συμφέρον, τὸ δὲ βιάζεσθαι πρὸς τοὺς βαρβάρους χρήσιμον. ἢ μὲν οὖν περιβολήπαντός τοῦ λόγου τοιαύτη τις ἔστιν.

¹³ A dinastia Argeada, da qual tanto Filipe quanto Alexandre fazem parte, segundo Heródoto, foi fundada por Pérdicas de Argos da casa dos Temenos que seriam descendentes de Hércules (HRD., 8. 137).

¹⁴ “Agora, acredito que ela [Atenas] te ajudará no que estiver planejando, sobretudo se pudesse ter consciência que organiza isso como preparação a uma expedição contra os bárbaros” (ISOC. *Discursos*, 5.56). Em seu discurso endereçado a Filipe, a menção a uma união entre o rei macedônio e Atenas é recorrente.

¹⁵ Aristóteles foi por pouco tempo tutor de Alexandre. Segundo Plutarco, em troca de seus serviços, o filósofo recebeu esplêndidas recompensas, como a reconstrução da cidade de Estagira, de onde era oriundo. Alexandre teria recebido de Aristóteles ensinamentos mais secretos e não apenas sobre moral e política, chamados acromáticos e apotás (PLU. *Alex.*, 7. 3-7).

atreladas ao carro de Xerxes: uma habitava a terra dos bárbaros e vestia trajes estrangeiros; a outra vivia na Hélade e portava indumentária dórica. No sonho, a mulher bárbara aceita docilmente a dominação de Xerxes, enquanto a outra (grega) resiste bravamente e derruba o Grande Rei¹⁶ de seu carro. Inference-se disso que, se, por um lado, o povo persa dependia de um tirano¹⁷ como líder, por outro, os gregos estranhavam e não aceitavam esse tipo de dependência.

Na concepção de Isócrates, os gregos, por terem cultura superior, tinham o dever de impor uma campanha asiática e governar o máximo de bárbaros possível a fim de helenizar (“desbarbarizar”) aqueles que viviam longe da Grécia, ou seja, longe da civilização (*Discursos*, 5.154). Logo, para ele, os persas não estariam condenados a uma vida de submissão; apenas não conheciam a maneira de organização grega. Apesar de Alexandre ter convivido com Aristóteles durante um período curto de sua adolescência e, segundo Plutarco (*Alex.*, 8.4), adorá-lo tanto quanto a seu pai, se verá adiante que o rei macedônio pendeu para o lado de Isócrates quanto à sua postura com os persas na formação de sua nova monarquia.

A visão positiva de Isócrates em relação ao rei Filipe, no entanto, não era hegemônica e sofria severa oposição de outro ateniense, Demóstenes. Demóstenes nutria tal aversão a Filipe que, nos dias após a perda de sua filha, o orador não teria deixado de comemorar o assassinato do rei macedônio, em 336 a.C. (AESCHIN. *In Ctes.*, 3.77). A razão disso seria o fato de Demóstenes ver em Filipe uma ameaça à soberania grega na medida em que concebia que os macedônios não eram gregos, mas bárbaros, assim como os persas. Nesse sentido, para ele, a comunidade ateniense deveria temer mais o avanço macedônio do que o próprio Grande Rei (DEM. *Filipicas*, 4.33-4).

Apesar dessa aproximação entre Isócrates e Filipe, é errôneo determinar que, enquanto Demóstenes seria inimigo de Filipe, Isócrates seria seu aliado incondicional, dado que a questão se revela mais complexa que uma simples oposição. Melhor dizendo, seria uma ilusão afirmar que o rei macedônio seguiria à risca todo o programa do ateniense Isócrates. Em primeiro lugar, Filipe era perfeitamente capaz de entender e atuar sozinho na realidade grega que se apresentava, ou seja, não agia apenas sob a influência de Isócrates. Diodoro, por exemplo, relata que o próprio Filipe dizia ter mais orgulho de seus sucessos diplomáticos e de sua compreensão estratégica do que de suas vitórias em batalha. Assim, Diodoro defende que o rei macedônio merecia sozinho os créditos pelas vitórias conquistadas mediante negociação (DIOD., 16.95.3-4). Em segundo lugar, Isócrates, como cidadão de Atenas – e, por sinal, sempre convicto da

¹⁶ Título dos reis da Pérsia frequentemente usado tanto nas fontes persas quanto nas fontes não gregas (NAWOTKA, 2010).

¹⁷ Absoluta soberania, ou despotismo.

importância da *polis* para o mundo grego (ISOC. *Paneg.*, 21) –, planejava usar a força militar macedônica para edificar um novo tipo de imperialismo ateniense, e Filipe, por outro lado, ao que parece, usou o discurso de união grega para seu próprio proveito, sem nenhum objetivo de reposicionar a cidade de Atenas em um lugar de liderança (BRIANT, 2010). Portanto, por mais que a ideia pan-helênica apareça nos dois discursos com elementos comuns e tenha aproximado ateniense e macedônio, seria errado inferir disso que as duas propostas fossem totalmente conciliáveis.

De qualquer maneira, tendo enfrentado alguma resistência, Filipe se tornou o mestre político e militar absoluto da Grécia, quando, em 338, venceu uma coalizão formada por Atenas e Tebas liderada justamente por Demóstenes¹⁸ (MÜLLER, 2010). A chamada batalha de Queroneia, segundo Green (2013), foi um dos confrontos mais decisivos da história grega. Em seu relato sobre o ocorrido, Plutarco (*Alex.*, 9.2-3) informa acerca da participação do jovem Alexandre, revelando que o filho de Filipe foi o primeiro a conseguir romper as fileiras tebanas e que, após a batalha, o exército teria clamado que Alexandre seria o seu rei e Filipe, o seu general. Nessa passagem, é interessante observar um traço estilístico característico da retórica do autor de relatar pequenos gestos, atitudes, falas ou causos corriqueiros de seus personagens no intuito de enobrecê-los ou mesmo diminuí-los. O próprio Plutarco (*Alex.*, 1.2) admite que gestos ou falas podem mostrar mais do caráter dos indivíduos que qualquer outro feito. Nesse caso, o historiador grego usa essa estratégia narrativa para evidenciar a atitude de Alexandre em se propor a ir à frente das tropas com o objetivo de enaltecer a capacidade de liderança do futuro rei.

Após a grande vitória em Queroneia, Filipe reuniu na cidade de Corinto representantes de todas as *poleis* gregas para a formação da chamada Liga de Corinto,¹⁹ cujo propósito declarado era a conquista da Ásia (MOSSÉ, 2004) e, claro, teria Filipe como *hegemon*.²⁰ Importante observar que Esparta ainda tinha esperança de resistir à submissão macedônica e, por isso, não aderiu à Liga. No entanto, isso significou pouco para Filipe, dado o isolamento da *polis* no Peloponeso desde a derrota em Leuctras diante de Tebas (MÜLLER, 2010). Com a formação da Liga, Filipe se tornava a figura política central do mundo grego e chefe de uma expedição que tinha como justificativa maior vingar os gregos da invasão persa no século

¹⁸ Ao ficar sabendo da vinda de Filipe para a Ática para estabelecer a sua liderança na Grécia, o orador intimou os atenienses a enviar embaixadores a Tebas para que, juntos, combatessem para a sua liberdade (DIOD., 16.84-5).

¹⁹ Pouco se sabe sobre o funcionamento da Liga. No entanto, pode-se afirmar que existia um conselho comum (*Synedrion*), composto por delegados dos Estados gregos. Como a Macedônia não tinha a qualidade de Estado, não fazia parte, apenas o rei macedônio tinha ligação com a Liga (BRIANT, 2010).

²⁰ Líder no comando, o responsável por liderar o caminho; ir primeiro.

anterior. Nesse sentido, a própria escolha de Corinto como sede foi um ato calculado, uma vez que teria sido a última *polis* grega a derrotar um adversário bárbaro,²¹ além do mais a *polis* era a sede de um dos mais tradicionais festivais gregos, os bienais Jogos Ístmicos (CURT., 4.5.11). Logo, nota-se toda a sensibilidade política de Filipe para se aproximar das *poleis* gregas, sabendo que sua aprovação era fundamental para legitimá-lo como chefe de uma expedição asiática mediante uma causa pan-helênica.

Depois de Queroneia, Isócrates escreveu a Filipe dizendo que, após subjugar a Grécia e a Pérsia, nada faltaria para o rei macedônio se tornar um deus (GREEN, 2013). No entanto, no ano de 336, os planos de Filipe foram frustrados, quando, durante a celebração em Egas²² do casamento de sua filha Cleópatra,²³ o rei dos macedônios foi assassinado. Segundo Diodoro, a celebração significava muito mais que só o casamento de sua filha, que em si já se configurava como um ato político. Isso porque Filipe queria que comparecesse o máximo de autoridades gregas no intuito de provar-lhes o quanto ele poderia ser amigável (DIOD., 16.91- 3). Portanto, essa celebração era vista pelo rei como um evento central, de grande importância, para o seu processo de aceitação como líder grego.

Durante as celebrações, Filipe foi assassinado por um macedônio chamado Pausânias, que, de acordo com as fontes, teria um relacionamento mais íntimo com o rei. Segundo Diodoro, Pausânias fazia parte da guarda do rei macedônio, quando se apaixonou pela beleza de Filipe. No entanto, após algum tempo, o rei se aproximou de outro jovem, também chamado Pausânias. Ressentido, o “primeiro” Pausânias dirigiu graves ofensas ao novo amante do pai de Alexandre. Não sabendo lidar com a situação, o novo protegido do rei se matou de forma trágica. Tempos depois, Átalo, amigo do Pausânias morto, convidou o assassino de Filipe para um banquete. Durante a ocasião, Átalo e outros homens o teriam estuprado. Após recuperar a consciência, Pausânias foi a Filipe exigir que seus abusadores fossem punidos. Todavia, Átalo era da família da nova esposa de Filipe, Cleópatra, e ocupava posição estratégica no jogo macedônico de poder. Assim, Filipe nada fez, o que deixou Pausânias extremamente frustrado e ressentido com o rei. Por essa razão, Filipe teria sido assassinado por ele em 336 a.C. (DIOD., 16.93.94). Plutarco (*Alex.*, 10.6-7) menciona, sem maiores detalhes, a mesma história, no entanto, ao

²¹ Sobre isso, Filipe teria sido avisado de que, anos antes, Corinto teria auxiliado cidades gregas na Sicília de ameaças cartaginesas (LANE FOX, 1973).

²² Antiga capital do reino, substituída pelo rei Arquelaus por Pela, no século V. Arriano localiza o evento no qual Filipe morreu em Atenas (ARR., 1.1.2).

²³ Cleópatra era filha de Filipe com Olímpia, portanto irmã de Alexandre. Cleópatra, na ocasião, foi dada em casamento a Alexandre do Épiro, irmão de Olímpia (DIOD., 16.91-3).

contrário de Diodoro, acrescenta que Olímpia²⁴ e Alexandre teriam usado da raiva do jovem para incitá-lo a assassinar Filipe. Tal conspiração teria sido armada uma vez que Filipe havia se separado de Olímpia e já tinha um filho em seu novo casamento, a quem chamou nada mais nada menos de Caranus.²⁵ Logo, a sucessão de Alexandre estava ameaçada.

Apesar de a morte do rei macedônio parecer ser um problema incontornável (assim como a de seu filho treze anos depois),²⁶ sobre a morte de Filipe ainda se pode destacar, tendo em vista que a historiografia de modo geral era percebida na Antiguidade como um ramo da retórica (LAIRD, 2009), que as narrativas apresentadas sobre o assassinio em questão se configuram apenas como esforços narrativos cujo propósito é robustecer a visão dos autores sobre o evento. Sob essa perspectiva, Nicolai (2007) informa que um dos primeiros objetivos dos historiadores antigos não era alcançar um conhecimento puramente científico ou cognitivo, mas criar paradigmas predominantemente políticos ou éticos. Assim, o relato de Diodoro pode estar alinhado a uma tradição da historiografia antiga na qual, diante de dada situação, não importa necessariamente saber os fatos que se passaram, mas transmitir aquilo que interessa, reforçando alguns aspectos e negligenciando outros, o que se conceitua como *inventio*²⁷ (DAMON, 2007) – *neque enim narratio in hoc reperta est, ut tantum cognoscat iudex, sed aliquanto magis ut consentiat*²⁸ (QUINT. *Inst.*, 4.2.21). Diodoro narra a morte de Filipe como um ato não político, mas motivado por questões afetivas. Dessa maneira, de modo a qualificar a sua narrativa (*inventio*), Diodoro produz um relato mais completo sobre a vida íntima de Filipe, com os detalhes dramáticos do suicídio de seu amante e o assédio a Pausânias, por exemplo. No relato de Plutarco, o autor usa uma estratégica retórica inversa, dado que narra a morte do rei macedônio essencialmente como crime político. À vista disso, menciona o ocorrido

²⁴ Mãe de Alexandre, Princesa do Épiro pertencente à família dos Eácidas (descendentes de Éaco, pai de Peleu e, por conseguinte, avô de Aquiles). Segundo Plutarco, Olímpia buscava a possessão divina com mais fervor do que as outras mulheres e se entregava com mais barbárie ainda. Levava consigo, nos cortejos, serpentes domesticadas que, por vezes, deslizavam para fora dos cestos, causando terror entre os homens (PLU. *Alex.*, 2.9).

²⁵ Dentre as diferentes histórias que existem sobre a fundação da dinastia Argeada e do reino da Macedônia, no início do século V, aparece com mais força a figura de Caranus como o grande fundador da dinastia de Alexandre III (SPRAWSKY, 2010). Segundo uma versão apresentada por Justino, Caranus teria chegado à Macedônia com alguns companheiros gregos, após consultar o oráculo de Delfos, que lhe teria dito para seguir as cabras até achar o local ideal para a fundação de uma cidade. Caranus teria seguido as palavras do oráculo e então fundou a antiga capital macedônica, Egas (JUST. *Epit.*, 7.1). Plutarco também evoca a figura de Caranus como fundador do reino, quando informa que: “Do lado paterno, Alexandre descendia de Hércules por Caranus” (Ἀλέξανδρος ὅτι τῶ γένει πρὸς πατρὸς μὲν ἦν Ἡρακλείδης ἀπὸ Καρανίου) (PLU. *Alex.* 2,1).

²⁶ Muito se debate sobre a verdadeira causa da morte de Alexandre, em 323 a.C. Parte da historiografia pertinente ao tema sugere que, após anos de batalhas, ferimentos e excesso de álcool ingerido levaram à deterioração da sua saúde. Assim, após mais uma noite de excessos, o rei teria ficado muito doente e morrido, no dia 1º de junho. No entanto, Justino (9.14.9) e Diodoro (17.118) levantam a hipótese de Alexandre ter sido envenenado em uma conspiração dos seus Companheiros.

²⁷ Planejamento da argumentação em um discurso.

²⁸ Em português: A narrativa não serve para isso, para que o juiz apenas saiba, mas para mais, para que ele possa concordar.

com Pausânias, sem fornecer detalhes, mas posiciona Olímpia como aquela que teria usado da situação para convencer Pausânias a matar o rei dos macedônios.

Após a morte de Filipe, Alexandre apareceu como herdeiro natural e, assim, Antípatro, com notável rapidez, apresentou Alexandre ao exército,²⁹ que o aclamou como novo rei da Macedônia (GREEN, 2013). Nesse momento, o jovem Alexandre, com apenas vinte anos, teria declarado que o rei havia apenas mudado de nome, pois o Estado continuaria sendo regido por princípios não menos efetivos que aqueles adotados pela administração de seu pai³⁰ (DIOD., 17.2.2). Como qualquer novo rei, Alexandre enfrentou certa oposição e desconfiança, no entanto eliminou possíveis pretendentes ao reino e usou de boa capacidade política e força bruta para se estabelecer como rei dos macedônios e *hegemon* dos gregos.

1.2 A batalha de Gaugamela

Como rei macedônio, Alexandre deu prosseguimento aos planos de seu pai, se afirmando na posição de liderança arquitetada por Filipe e iniciando a campanha contra os persas em 334 a.C. Apesar de a Liga de Corinto ter estabelecido Filipe como chefe da expedição asiática, a contribuição grega para as tropas de Alexandre que invadiram o Império Persa não chama muita atenção. Na infantaria, a contribuição da Liga teria sido de apenas 7.000 soldados, e, na cavalaria, a Liga teria cedido apenas 600 cavaleiros gregos (GREEN, 2013). Mais especificamente, Atenas só teria oferecido 700 homens e 20 navios³¹ (MOSSÉ, 2004). Todos esses números parecem indicar certa desmotivação grega quanto à invasão macedônica, apesar de todos os intentos de Filipe e Alexandre de se aproximarem das *poleis* antes e durante a expedição (GREEN, 2014). No entanto, a pouca presença de soldados da Liga também pode ter sido uma decisão que partiu da própria Macedônia, sinal da pouca confiança que Alexandre tinha nos gregos (e com certa razão) (CARTLEDGE, 2004).

Dando início à expedição, Alexandre cruzou o Helesponto e iniciou uma série de vitórias militares. Primeiro, conquistou a Frígia, libertando as cidades gregas da Ásia Menor. Em seguida, venceu a primeira grande batalha contra o exército do Grande Rei, a batalha do Grânico, tendo enviado a Atenas, após a vitória, inúmeros presentes persas para serem

²⁹ O exército tinha papel central na aclamação do rei macedônio. Filipe, por exemplo, não figurava na linha natural de sucessão, no entanto, devido a sua grande proximidade com o exército, foi proclamado rei após a morte de seu irmão, Pérdicas (MOSSÉ, 2004).

³⁰ No original, em grego: ἔφη γὰρ ὄνομα μόνον διηλλάχθαι βασιλέως, τὰς δὲ πράξεις χειρισθήσεσθαι μηδὲν καταδεέστερον τῆς ἐπὶ τοῦ πατρὸς γενομένης οἰκονομίας.

³¹ Importante notar que Atenas contava na época com a maior frota do Egeu.

dedicados à deusa Atena (ARR., 1.16.4; DIOD., 17.21.1). Mais adiante, o exército macedônico venceu Dario em outra grande batalha, a batalha de Isso, no fim da qual Alexandre tomou como reféns a mãe, a esposa e o filho pequeno de Dario.³² Na mesma noite após a batalha, Alexandre teria enviado Leonatos à tenda da família do rei persa para lhes assegurar que teriam mantidas a sua condição de pessoas da nobreza e seus títulos reais, uma vez que ele não lutava contra Dario pessoalmente, mas pela soberania da Ásia³³ (ARR., 2.12.2-6).

Dessa maneira, tendo vencido Dario em duas grandes batalhas decisivas, Alexandre seguiu com sua campanha. Tomou com muita dificuldade a importante cidade de Tiro,³⁴ maior porto da região, e adentrou no Egito, onde foi muito bem recebido, sem nenhuma resistência, pelo sátrapa e pela população locais.³⁵

Após sua estadia no Egito, Alexandre se preparou para o confronto que seria decisivo contra Dario. Assim, o exército macedônico fez uma breve parada em Tiro, onde o rei reorganizou os territórios conquistados, fez sacrifícios a Hércules³⁶ e organizou jogos. Em seguida, o exército atravessou o Eufrates, chegando a Tapsaco por volta dos meses de julho e agosto. Seguindo o Eufrates, Alexandre não rumou para a Babilônia, pois mais ao norte obteria suprimentos com mais facilidade e encontraria um caminho menos intenso (ARR., 3.6.7). Dario, então, foi obrigado a levar seu exército da Babilônia, uma das capitais do Império Persa, para o Norte, em Arbela.

³² Na versão de Plutarco, Alexandre teria capturado a mãe, a esposa e duas filhas não casadas do Grande Rei (PLU. *Alex.*, 10.21.1).

³³ Segundo Arriano, essa é a versão de Aristóbulo e Ptolomeu. No entanto, haveria outra versão, na qual, no dia seguinte após a batalha, o rei teria ido com Hefestion ao encontro da mãe do Grande Rei. Por não conhecer a fisionomia de Alexandre, a persa acabou saudando como rei Hefestion, ignorando o verdadeiro rei macedônio. Alexandre, percebendo o constrangimento da mulher, disse para ela não se preocupar, uma vez que Hefestion também era Alexandre (ARR., 2.12.3).

³⁴ Segundo Plutarco, foram necessários sete meses de cerco para Alexandre conquistar a cidade (PLU. *Alex.*, 24).

³⁵ Micazes recebeu Alexandre sem nenhum tipo de resistência (ARR., 3.1; DIOD. SIC. 17.49); em vez disso, presenteou-o com uma quantia de oitocentos talentos e todos os pertences reais (CURT., 4.7). A causa disso seria que, desde a sua conquista por Cambises II, no séc. VI a.C, os egípcios não cessaram de se rebelar contra sua anexação ao Império Aquemênida. A explicação tradicional defende que, desde o início de sua dominação na região, os persas desrespeitaram os costumes e crenças locais, destruindo templos e, inclusive, matando o touro sagrado, Ápis (GREEN, 2010). Quinto Cúrcio relata que os egípcios consideravam ser governados pela soberba e avareza dos persas³⁵ (4.6). No entanto, Briant (2002) ressalta o nível de liberdade social e religiosa empregada pelos primeiros reis persas em suas províncias. Logo, a chamada “soberba e avareza” dos persas parece ser mais um ato disciplinar focado em províncias mais problemática, e não uma política de Estado.

³⁶ Arriano relata que, em Tiro, havia o mais antigo templo dedicado a Hércules (ARR., 2.16.1), chamado templo de *Melcarth*, dedicado a um deus visto pelos gregos como Hércules. Tal fenômeno de identificação em deuses estrangeiros dos seus próprios deuses foi uma prática muito comum no mundo helênico (WALLBANK, 1992). Um exemplo claro disso é observado em um hino composto pelo poeta tebano Píndaro, intitulado *Amon, rei do Olimpo*, no qual o deus egípcio Amon é identificado como Zeus.

A derradeira batalha entre os exércitos persa e macedônico ocorreu no ano de 331 a.C., na planície de Gaugamela,³⁷ e não na cidade de Arbela, local onde a maior parte dos historiadores da época localizava essa batalha, segundo Plutarco.³⁸ Gaugamela significa “a morada do camelo” (σημαίνειν δέ φασιν οἶκον καμήλου τὴν διάλεκτον), pois, segundo o historiador grego, um antigo rei da região, tendo fugido de inimigos em um camelo, deixou o animal para ser cuidado por moradores de aldeias locais, destinando certa quantia para tanto (PLU. *Alex.*, 31.6-7). Em Gaugamela, pela terceira vez, Alexandre lutaria uma grande batalha em campo eleito pelo seu adversário.³⁹ Dessa vez, o local escolhido seria mais vantajoso para o exército persa, tendo em vista que se tratava de um campo aberto, com abundante espaço para as movimentações da cavalaria e dos carros de guerra cita (STONEMAN, 2001).

Em Arriano, o exército de Dario contava com quarenta mil cavalos e um milhão de infantaria, duzentos carros de guerra cita e alguns elefantes (ARR., 3.8.6). Diodoro relata que, ao sair da Babilônia, o exército de Dario era composto por oitocentos mil soldados de infantaria e não menos de duzentos mil cavaleiros (DIOD., 17.53.3). Quinto Cúrcio (4.12.13) informa que todo o exército de Dario teria quarenta e cinco mil cavaleiros e duzentos mil soldados de infantaria. Apesar da imprecisão das fontes quanto aos números dos contingentes do exército persa, pode-se inferir que, em Gaugamela, o exército de Dario contava com um número superior ao do exército de Alexandre.⁴⁰ No entanto, diante de números imensos atribuídos ao exército de Dario, deve-se ainda observar que, para além de uma contagem exata, esses números têm outra preocupação: assegurar para as gerações futuras o grande êxito de Alexandre, uma vez que aumentam o perigo representado pelos persas. Desse modo, esses discursos podem ser enquadrados em uma tradição retórica usada por historiadores antigos, na qual assegurar a atenção de uma audiência futura mediante tais recursos de ênfase era válido e corriqueiro⁴¹ (LAIRD, 2009).

A batalha se organizou da seguinte maneira: em sua ala esquerda, comandada por Besso,⁴² Dario posicionou cerca de mil cavaleiros bactrianos e o mesmo número de um

³⁷ Localizada perto da antiga cidade de Niveneh (atual Iraque), antiga capital do Império Assírio e destruída pelos medos no século VII (CARTLEDGE, 2004).

³⁸ No original, em grego: τὴν δὲ μεγάλην μάχην πρὸς Δαρείον οὐκ ἐν Ἀρβήλοις, ὥσπερ οἱ πολλοὶ γράφουσιν, ἀλλὰ ἐν Γαυγαμήλοις γενέσθαι συνέπεσε (PLU. *Alex.*, 31.3).

³⁹ “Assim Dario, que desejava levar a batalha para o campo aberto [...]” (*Igitur Dareus, qui in patentibus campis decernere optabat [...]*) (CURT., 4.11).

⁴⁰ Arriano relata que o exército de Alexandre em Gaugamela seria de quarenta e sete mil soldados, entre cavalaria e infantaria (ARR., 3.12.5).

⁴¹ Laird (2009) afirma que uma grande preocupação da historiografia do período romano é a construção de grandes monumentos que durariam por muito tempo, portanto uma historiografia que pudesse ser usada em diferentes tempos.

⁴² Parente do Grande Rei, sátrapa da Bactria.

regimento dahae. Ainda na esquerda, estavam localizados cem carros de guerra cita e, ao seu lado, Besso comandava uma cavalaria bactriana de cerca de oito mil cavaleiros (CURT., 4.11.5). Pela direita, sob o comando de Mazeus, foram alocados cavaleiros da Pártia, da Hircânia e da Tapúria, liderados por Pharasmanes, e mais atrás, chefiados por Atropates, tropas medas e sírias. No centro, além de Dario,⁴³ estavam colocados os *kinsmen*⁴⁴ do Grande Rei, a sua guarda real, membros da nobreza, cortesãos, além de indianos e homens do Golfo Pérsico. À frente de Dario, haveria cinquenta carros de guerra e cinquenta elefantes. Logo atrás, pelas beiradas, para conter o poderio da falange macedônica, estavam posicionados mercenários gregos (ARR., 3.11.2-7). Do lado macedônio, a ala direita estava composta pela cavalaria dos Companheiros,⁴⁵ comandados por filotas, agrianos, arqueiros macedônios e o esquadrão real, comandado por Clito, o negro, com Alexandre. Ao lado, estavam os esquadrões comandados por Glauco, Demétrio, entre outros. Na ala esquerda macedônica, comandada por Parmênio, ficaram os *hipaspistai*,⁴⁶ que, segundo Diodoro (17.57.2), se distinguiram pela bravura de seus homens e pelo brilho de seus escudos, e os batalhões liderados por Pérdicas, Coênio, Cratero e outros (ARR., 3.12). Localizada mais na extrema esquerda, foi colocada a cavalaria tessália, que, em dados momentos, chegou a rivalizar em termos de competência e importância com a própria cavalaria dos Companheiros (SAVILL., 2002). Ademais, pela primeira vez em batalhas, Alexandre estacionou uma coluna de homens atrás das duas alas, que serviria para qualquer

⁴³ Arriano posiciona Dario mais ao centro. No entanto, Diodoro e Quinto Cúrcio registram a posição do Grande Rei um pouco atrás das alas da direita e esquerda (DIOD., 17.56.5; CURT., 4.12.10).

⁴⁴ Segundo Diodoro (17.59.2), eram selecionados mediante os critérios de bravura e coragem.

⁴⁵ Sob o comando de Filipe e, posteriormente, de Alexandre, os *pezhetairoi*, juntamente com a cavalaria dos *hetairoi*, formaram as duas estruturas principais do reformulado exército macedônico que conquistou a Grécia e, em seguida, a Ásia. Para a expedição asiática, Alexandre teria levado apenas um regimento macedônico de cavalaria: a cavalaria dos *hetairoi*. Esse grupo, *hetairoi* ou Companheiros, era formado por nobres macedônios, equivalentes a barões feudais, que, a partir de uma relação de clientela com o rei, formavam um corpo de cavaleiros. Esses *hetairoi*, em tempos de guerra, faziam as vezes de generais e, em tempos de paz, constituíam o conselho macedônico (GREEN, 2013). Os Companheiros compunham a corte do rei e, além de estar ao lado dele em batalha, acompanhavam-no nas caçadas e nos banquetes (SAWADA, 2010). Quanto ao número de *hetairoi*, durante o reinado de Filipe II (359-336), não apresentou crescimento significativo, pois se observa aumento tímido de seiscentos homens, em 359, para oitocentos no final de seu reinado. Apenas no fim da vida de Filipe e no reinado de Alexandre, nota-se aumento substancial no número de cavaleiros. Esse número teria subido de oitocentos para mil e oitocentos apenas nos primeiros anos de Alexandre no poder (SEKUNDA, 2010). De fato, Alexandre sempre se mostrou bastante preocupado com a condição de seus *hetairoi*, Plutarco relata que, antes de partir para a Ásia, Alexandre teria doado uma porção de terra para cada Companheiro (PLU. *Alex.*, 15). Infere-se, a partir disso, que, durante a expedição asiática, a instituição dos Companheiros contava com um corpo muito maior do que nos anos anteriores a Filipe e Alexandre, o que indica um esforço da monarquia macedônica, nesse período, de fortalecimento da corte.

⁴⁶ Entre os *pezhetairoi*, infantaria macedônica, eram escolhidos alguns homens para constituir a guarda real do rei, os chamados *hyspaspistai*. Para Sekunda, o termo *hyspaspistes* foi primeiro usado em Ópis, em 324. Antes, tal regimento era chamado apenas pelo nome de *argyraspides*. O recrutamento dessa infantaria de elite não era feito por região e, sim, por meio daqueles que se destacavam em todo o exército, e seu comandante tinha o dever de carregar as armas do rei, como o escudo de Troia. Os *hyspaspistai*, ou *argyraspides*, usavam armamentos mais leves que o resto da infantaria, tendo em vista que portavam apenas um escudo hoplita, capacete e uma túnica, sem a couraça (SEKUNDA, 2010).

emergência caso os persas conseguissem romper as primeiras fileiras macedônicas (ARR., 2.11.1).

Pouco antes da batalha, Plutarco narra que Alexandre teria feito um longo discurso endereçado aos tessálios e a outros gregos, no qual os encorajou a lutar bravamente contra os bárbaros e, empunhando a sua espada com a mão direita apontada para o céu, como se estivesse evocando Zeus, pediu a seus comandados que lutassem pela Grécia (PLU. *Alex.*, 33.1). Quinto Cúrcio relata que Alexandre fez um discurso inspirador endereçado a todo o exército, todavia poucos ouviram, pois sua fala foi abafada pelo barulho que os dois exércitos faziam. Nesse discurso, Alexandre teria dito que, tendo passado por inúmeras dificuldades e lugares na esperança da vitória, faltava, agora, apenas mais uma batalha⁴⁷ (CURT., 4.8.38).

No momento em que os dois exércitos se aproximavam, foi dado o comando de ataque, e, assim, cada lado respondeu com um grito, tão logo a batalha começou. Dario fez a primeira movimentação, lançando os carros de guerra cita contra o exército de Alexandre, causando grande pânico entre os macedônios. No entanto, apesar de algumas mortes, o ataque se mostrou ineficaz, dado que logo a infantaria macedônica arruinou o seu avanço usando lanças contra os cavalos. Nesse instante, todos os flancos dos exércitos já estavam em combate. Parmênio segurando os avanços de Mazeus e, pelo outro lado, Alexandre indo de encontro com a cavalaria liderada por Besso (DIOD., 17.58.2). Logo, Dario enviou a cavalaria bactriana e cita para o combate com a ala direita do exército de Alexandre. O rei macedônio então encarregou Menidas e Aristeu de fazer frente a esse novo ataque persa. Percebendo que não seria o suficiente, Alexandre enviou a última reserva de cavalaria para auxiliar o avanço da cavalaria bactriana e cita. Nesse tempo, Dario ordenou um destacamento de cavalaria para o confronto, abrindo um buraco na ala esquerda de suas fileiras. Esse era o momento pelo qual Alexandre esperava, posto que o rei deu sinal para o ataque e avançou obliquamente para a sua direita, acompanhado pela cavalaria dos Companheiros, rompendo as primeiras fileiras persas (ARR., 3.13.14.1-3).

⁴⁷ No original, em latim: *emensis tot terras in spem victoriae de qua dimicandum foret, hoc unum superesse discrimen.* (CURT. 4.8.38).

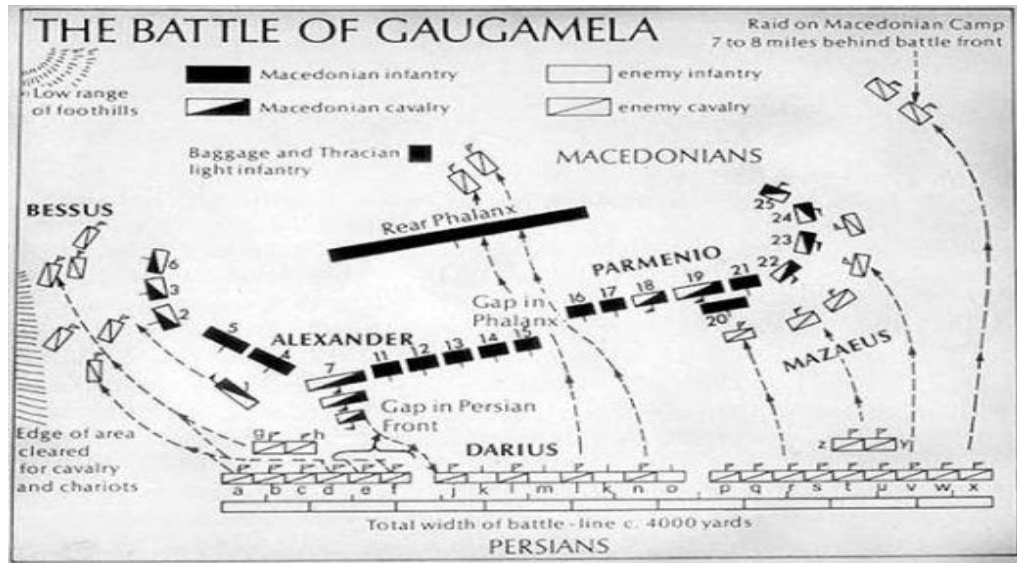


Figura 1 – Batalha de Gaugamela

Fonte: GREEN, 2013, p. 291

A partir desse momento, Arriano (3.14) conta: “Dario, que agora se encontrava em pânico, não via nada, apenas terror ao seu redor, tendo ele mesmo sido o primeiro a se virar e fugir”.⁴⁸ Plutarco registrou que os persas, quando viram Alexandre de perto, ficaram aterrorizados e dispersaram-se. Assim, Dario teria montado em uma jumenta que acabara de parir e fugido, o que não conseguiria ter feito, caso os cavaleiros enviados por Parmênio não tivessem vindo chamar Alexandre, requisitando socorro no outro lado da batalha, onde os inimigos não cediam (PLU. *Alex.*, 33). Também sobre os contornos finais da batalha, Diodoro relatou que, quando os dois reis se aproximavam, Alexandre projetou uma lança contra Dario, errando o alvo, mas abatendo um sujeito que estava próximo ao Grande Rei. Dessa forma, muitos persas acreditaram que Dario houvesse sido alvejado por Alexandre, e as fileiras persas começaram a dispersar. Nesse momento, uma grande névoa de poeira teria subido, deixando o ambiente muito confuso. Observando isso, Dario teria usado de sua grande inteligência estratégica e, assim, teria fugido de forma segura em direção às vilas que se localizavam nas proximidades do campo de batalha (DIOD., 17.61). Quinto Cúrcio também escreveu sobre a densa nuvem de poeira que facilitou a fuga de Dario. Entretanto, o autor destaca que, antes de abandonar o confronto, o rei persa se viu em um dilema entre fugir e ter uma morte honrosa no campo de batalha. No seu relato, em um primeiro momento, Dario se envergonhou de deixar o local, haja vista que ainda havia persas combatendo. No entanto, observando o gradual avanço macedônico nas fileiras persas, o rei persa se virou e fugiu (CURT., 4.15.30-33).

⁴⁸ No original, em grego: “καὶ πάντα ὁμοῦ τὰ δεινὰ καὶ πάλαι ἤδη φοβερῶι ὄντι Δαρείῳ ἐφαίνετο, πρῶτος αὐτὸς ἐπιστρέψας ἀφευγεῖν”.

Interessante observar nesse evento a riqueza de detalhes fantástica exposta pelos principais historiadores antigos que tratam de Alexandre, justamente em um espaço tão confuso como um campo de batalha, contudo aquele que cronologicamente mais se aproxima do período de vida do rei macedônio é Diodoro, que nasceu quase trezentos anos após a morte de Alexandre. Sobre isso, sabe-se que todos esses historiadores, ao contrário dos estudiosos de hoje, tiveram a seu favor o contato direto com fontes primárias por excelência, relatos que, na teoria, se apresentariam como mais seguros, uma vez que foram escritos por pessoas que viveram na mesma época da expedição asiática. Dessa forma, esses autores conservam em seus registros alguns fragmentos desses testemunhos, todavia, como ressalta Zambrini (2007), tais fragmentos que chegaram a nós por intermédio desses historiadores antigos apenas compõem uma narrativa remexida e inteiramente nova que vislumbrava ir ao encontro dos interesses de cada um deles. Logo, os relatos apresentados em detalhes que evidenciam o desespero e a fuga atrapalhada de Dario devem ser vistos a partir desta ótica: elaborada por indivíduos muito posteriores aos eventos e que, apesar de terem tido a oportunidade de examinar fontes primárias, seguiam uma agenda política própria.

Sobre os resultados da vitória macedônica também se nota um importante caráter retórico nas narrativas. Arriano comenta que, do lado persa, os cadáveres somavam algo em torno de trezentos mil, enquanto do lado macedônico mais de cem teriam morrido em batalha. Em Diodoro (17.61.3), o número de mortos entre os perdedores teria chegado a noventa mil e, entre os vencedores, cerca de quinhentos perderam a vida, além de muitos outros que ficaram feridos e morreram depois. Quinto Cúrcio (4.16.26) também traz números discrepantes das perdas persas e macedônicas. O romano informa que quarenta mil persas morreram, contra não mais de trezentos macedônios. Apesar dessas informações exageradas que aparecem nas fontes e indicam um número muito superior de perdas persas, de modo a superdimensionar o êxito macedônico (mais uma vez mediante um recurso narrativo de ênfase), infere-se que a vitória macedônica foi completa e que, apesar da fuga de Dario, a dinastia Aquemênida já não reinava sobre a Ásia.

Sobre as consequências da batalha de Gaugamela, Plutarco (*Alex.*, 34) diz: “O Império Persa estava definitivamente dissolvido. Alexandre então realizou sacrifícios aos deuses, presenteou os seus mais próximos com riquezas e terras e se autoproclamou Rei da Ásia”.⁴⁹

Nesse momento de vitória, o discurso pan-helênico esteve fortemente presente. Alexandre teria escrito aos gregos que, a partir dali, todas as tiranias estavam abolidas e que

⁴⁹ No original, em grego: ἡ μὲν ἀρχὴ παντάπασις ἢ Περσῶν ἐδόκει καταλελύσθαι, βασιλεὺς δὲ τῆς Ἀσίας Ἀλέξανδρος ἀνηγορευμένος ἔθνετοῖς θεοῖς μεγαλοπρεπῶς καὶ τοῖς φίλοις ἔδωρεῖτο πλοῦτους καὶ οἴκους.

agora eles poderiam viver sob suas próprias leis.⁵⁰ Em seguida, o rei escreveu aos cidadãos da cidade de Plateia que reconstruiria a cidade, uma vez que eles teriam cedido suas terras aos gregos para que eles pudessem lutar pela sua liberdade⁵¹ (PLU. *Alex.*, 34). Isso mostra que Alexandre, mesmo tendo vencido Dario, não abandonaria a causa pan-helênica. Como se verá adiante, o rei macedônio deu provas disso durante todo o resto da expedição, reforçando sempre a sua ligação com a Grécia.

1.2.1 Alexandre como o sucessor da dinastia Aquemênida

Savill (2002) afirma que apenas algumas linhas não seriam suficientes para explicar o quanto a vitória em Gaugamela impactou todo o curso dos eventos históricos por muitos séculos, tendo em vista que o êxito macedônico sacramentou o fim de uma dinastia bicentenária, abrindo espaço para as chamadas monarquias helenísticas que tomariam conta da região após a morte do rei Alexandre. No entanto, ainda durante a vida de Alexandre, a vitória em Gaugamela causou um enorme abalo. A partir desse momento, a figura do rei, até então rei macedônio e chefe militar grego, passou por uma complexa transformação, uma vez que os objetivos estipulados antes da partida para a Ásia foram alcançados e o poder do rei já não se limitava à Macedônia e às *poleis* gregas. Dessa forma, a historiografia pertinente ao tema há muito começou um debate acerca da nova situação de Alexandre (pós-vitória em Gaugamela e a tomada das capitais persas). Afinal, quem seria Alexandre nesse momento? Essa é, sem dúvida, uma questão repleta de implicações e que já recebeu várias respostas, mas que ainda carece de maiores esclarecimentos, por conseguinte continua a ser muito debatida. Nesta pesquisa, ocupa-se de elaborar uma nova possibilidade de resposta, antes, porém, cabe refletir sobre como a historiografia mais corrente tem abordado a questão. Nesse sentido, estando o rei macedônio na posse e no controle dos territórios pertencentes ao império do Grande Rei, boa parte da literatura tem afirmado, ao longo dos anos, que Alexandre, como vencedor da empreitada contra os bárbaros, se tornara o novo imperador aquemênida, o sucessor de Dario III. Essa tem sido, portanto, a visão mais propagada sobre a imagem de Alexandre após 331. Levando isso em consideração, esboçar-se-á um balanço historiográfico que ilustre os contornos e os argumentos comuns dessa tradição.

⁵⁰ Essa política de Alexandre de se colocar como líder que aboliria as tiranias em favor dos gregos parece ser apenas um gesto propagandístico. Afinal, se, por um lado, Alexandre implantava uma ideologia de liberação na Ásia, por outro, na Europa, Antipatro tinha carta branca para impor oligarquias e tiranias a fim de que o poder macedônico fosse mantido (GREEN, 2013; NAWOTKA, 2010).

⁵¹ Alexandre estaria se referindo à batalha de Plateia ocorrida durante as Guerras Médicas, no ano de 479 a.C.

Apesar da vitória na derradeira grande batalha, o Grande Rei ainda estava vivo e, apesar do enfraquecimento de seu poder, Dario, para todos os efeitos, ainda era o rei persa, o escolhido por Ahura-Mazda⁵² como soberano legítimo. Assim, Lane Fox (2004) e Cartledge (2004) defendem que, para que Alexandre, de fato, conseguisse tornar eficiente a sua propaganda como verdadeiro sucessor dos aquemênidas, deveria capturá-lo o quanto antes. Por essa razão, Alexandre teria usado de tanta energia na caça de Dario, fugido desde Gaugamela. Dando números a essa ideia, Alexandre teria coberto uma área de cerca de setecentos e vinte quilômetros em apenas três semanas (CARTLEDGE, 2004). Apesar da busca incessante pelo rei persa, os macedônios receberam a notícia de que ele havia sido assassinado. O ato teria sido cometido por Besso, familiar de Dario que participou ativamente da batalha de Gaugamela (ARR., 3.21.4-5). Após matar Dario, Besso voltou a sua província e conclamou os habitantes para que se revoltassem, a fim de conquistar a liberdade diante dos macedônios. Em seguida, o sátrapa de Bactria se autoproclamou sucessor de Dario sob o novo nome de Artaxerxes, passando a usar as vestimentas típicas do Grande Rei (ARR., 3.25.3; DIOD., 17.83.2).⁵³ Segundo Briant (2010), o persa planejava devastar o planalto bactriano no intento de castigar o exército de Alexandre mediante a privação de suprimentos e refúgios e, nessas condições, travaria uma última grande batalha contra o rei macedônio. Contudo, Besso não conseguiu mobilizar o apoio de que precisava e foi traído pelos seus generais, que, por sua vez, foram atraídos pelos presentes oferecidos pelo rei Alexandre (DIOD., 17.83.9; ARR., 3.30). O sátrapa da Bactria foi entregue a Alexandre, que tratou de dar fim ao usurpador.⁵⁴

Para Briant (1992), a punição exemplar, mediante métodos persas, aplicada ao sátrapa da Bactria seria uma forma de Alexandre se exibir como o grande vingador do último legítimo Grande Rei. Desse modo, a expedição ao Oriente contra Besso se manifestaria como uma guerra conduzida em nome de ideais aquemênidas, afinal Besso não só era um regicida, como também um usurpador do trono persa. Alexandre, ainda, transportou o corpo do Grande Rei até

⁵² Dario I foi o primeiro soberano aquemênida a aderir ao Zoroastrismo, ou seja, identificar-se como legitimado por Ahura-Mazda (SANT'ANNA; PEIXOTO, 2017). No Zoroastrismo, Ahura-Mazda é a fonte de toda justiça e de todo o bem. No entanto, a existência da crença em uma divindade antagônica, Angra-Mainyu, representante de todo o mal, não nos permite dizer que o Zoroastrismo fosse uma religião monoteísta (SPERLING, 2005; LECOQ, 1996).

⁵³ Diodoro relata que Besso, em dado momento, teria começado a usar a tiara real persa, o que teria incentivado Alexandre a encaminhar suas tropas para a Bactria (DIOD., 17.83.2).

⁵⁴ Besso fugiu da Bactriana e rumou para Sogdiana, onde, finalmente, foi capturado. Arriano (3.30) diz que, segundo Aristóbulo, Besso foi levado para Alexandre inteiramente nu, amarrado e com um jugo de escravo em seu pescoço. Ele foi castigado duramente e, depois, levado para ser julgado pelo assassinato do rei Dario. Teve as orelhas e o nariz cortados e, enfim, foi executado em público em Ecbatana, em 328. Plutarco (*Alex.*, 43) diz que Besso logo foi esquartejado por Alexandre, sem ter sido levado a julgamento. Diodoro afirma que o usurpador foi entregue aos parentes de Dario e exposto a todo tipo de humilhação até a sua morte (17.83.9).

Persépolis, onde Dario foi velado de acordo com os ritos persas. Diante disso, o macedônio, tendo vingado e sepultado o Grande Rei, se apresentaria, a partir de então, como o nome capaz de sucedê-lo.

Indo ao encontro dessa ideia, após a organização do funeral de Dario, Alexandre, segundo Cartledge (2004), passou a se enxergar e a se comportar como o sucessor legítimo da realeza aquemênida. Para ele, Alexandre não procurava transplantar a monarquia macedônica para os domínios territoriais persas. Na realidade, Alexandre estaria disposto, de fato, a se representar e agir de acordo com o padrão de ação dos antigos Grandes Reis. Isto é, Alexandre não ambicionava ser um rei estrangeiro (*zenos*) em terras persas, mas um legítimo rei daquele império, um sucessor da dinastia Aquemênida. Nesse sentido, uma série de fatores indicaria tal proposição. Entre eles, a coroação de Alexandre na Babilônia, logo após Gaugamela, uma vez que os predecessores de Dario também teriam passado pelo mesmo ritual. Além disso, a indicação, por parte de Alexandre, do primeiro sátrapa estrangeiro da expedição, Mazeus, como sátrapa da Babilônia seria um forte indício de sucessão (ARR., 3.16.4). Essa primeira indicação seria uma evidência da tentativa do rei Alexandre de se aproximar das elites orientais com o propósito de se legitimar como novo Grande Rei. Importante ressaltar que, a partir da Babilônia, a prática de nomear sátrapas estrangeiros (não macedônios) nas satrapias conquistadas se tornou cada vez mais corrente.⁵⁵ Tal política é entendida por Stoneman (2001) como parte da transformação da figura de Alexandre em Grande Rei, deixando aos poucos as suas raízes macedônicas para trás. Ainda sobre isso, Lane Fox (1973) enuncia que Alexandre, no intento de estabelecer-se como sucessor de Dario, lançou mão dessa estratégia como política central de seu governo, dado que seria prudente fazer sua nova nobreza se sentir em casa.

Green (2013) também advoga que Alexandre ambicionava se estabelecer como o novo Grande Rei, sucessor de Dario. À vista disso, defende que a resposta dada por Alexandre a Dario, quando o macedônio, segundo Arriano, disse que o rei persa deveria se referir a ele como Senhor da Ásia (τῆς Ἀσίας ἀπάσης κυρίου), seria mais um indício dos planos de Alexandre para superar Dario e tomar o seu trono como novo rei persa. Isso porque, em sua visão, Senhor da Ásia naquele momento significaria nada mais e nada a menos que rei do Império Persa e

⁵⁵ Assim como fez na Babilônia, Alexandre deu a satrápia da Armênia para outro iraniano, Mitriades, que havia se rendido em Sardis alguns anos antes (ARR., 3.16.4-5). Dessa forma, Alexandre iniciava uma nova política: as satrapias que se rendessem teriam suas administrações locais mantidas, o que facilitaria convencer a rendição das regiões ainda a serem conquistadas, além de aproximar o rei de seus novos súditos. No entanto, assim como fez no Egito, Alexandre mantinha sempre uma guarda macedônica, de modo que a administração local poderia continuar, mas o poderio militar era responsabilidade macedônica (LANE FOX, 2004). A mesma estratégia foi adotada anos antes pelos primeiros reis aquemênidas, dado que a dominação persa privilegiava continuidades, de modo que mantinha a administração local, contudo exercendo dominação político-militar (BRIANT, 2002).

sucessor legítimo da linhagem Aquemênida. Harmonizando com isso, Natwotka (2010) vai além e sustenta que, na realidade, Senhor da Ásia seria, de fato, um título real persa, mesmo que menos frequentemente usado. Para se legitimar como tal, segundo Green (2013), o rei dos macedônios teria, desde antes da batalha de Gaugamela, preparado o terreno para conseguir ser visto como o sucessor dos aquemênidas. Nesse sentido, descarta que o bom tratamento dado por Alexandre à família real, capturada após a batalha de Isso, e a manutenção de sua condição como pessoas da realeza fosse um ato composto simplesmente por sentimentos altruístas. Na verdade, a preservação da família Aquemênida estaria intimamente ligada a sua ambição de suceder ao trono persa, uma vez que a sucessão ao trono estaria condicionada à aceitação da figura materna (a figura da rainha era muito poderosa na política da dinastia Aquemênida). Dessa forma, ter a família do Grande Rei em suas mãos significaria ter uma grande oportunidade de suceder ao trono persa de forma legítima após a deposição de Dario. Estando atento a isso, Alexandre teria se encarregado de se aproximar da família real, e um exemplo disso seria o suntuoso funeral oferecido à esposa de Dario (DIOD., 17.54.7).

Endossando essa visão, Mossé (2004) sustenta que a primeira manifestação do novo estatuto de Alexandre (Grande Rei) teria sido a adoção de parte da indumentária persa:

Então, ele [Alexandre] partiu para a Pártia onde, durante um descanso entre as lutas, pela primeira vez, colocou trajes bárbaros, seja por um desejo pessoal de se adaptar aos costumes dos nativos, acreditando que a união das raças e dos costumes amoleceria os corações dos homens, seja por acostumar os macedônios aos poucos a mudanças em seu estilo de vida. (PLU. *Alex.*, 45.1)⁵⁶

Segundo Plutarco (*Alex.*, 45.1-2), Alexandre não assumiu a tradicional indumentária meda, que pareceria aos olhos macedônios estranha e bárbara. Além disso, Alexandre não teria adotado as calças e camisas de manga longa, assim como a tiara persa. O rei teria misturado trajes persas e macedônios. Sobre esse tema, O'Brien (2005) atesta que a adoção de trajes, assim como de certos hábitos estrangeiros – concubinas (CURT., 3.3.24; DIOD., 17.77.6-7), *proskynesis*, entre outros –, teria surgido a partir de uma necessidade prática de Alexandre de causar em seus súditos persas uma impressão de continuidade do Império Aquemênida para se afirmar como novo Grande Rei diante deles.

⁵⁶ No original, em grego: ἐντεῦθεν εἰς τὴν Παρθικὴν ἀναζεύξας καὶ σχολάζων πρῶτον ἐνεδύσατο τὴν βαρβαρικὴν στολὴν, εἴτε βουλόμενος αὐτὸν συνοικεῖσθαι τοῖς ἐπιχωρίοις νόμοις, ὡς μέγα πρὸς ἐξημέρωσιν ἀνθρώπων τὸ σύνηθες καὶ ὁμόφυλον, εἴτ' ἀπόπειράτις ὑφεῖτο τῆς προσκυνήσεως αὕτη τοῖς Μακεδόσι, κατὰ μικρὸν ἀνασχέσθαι τὴν ἐκ διαίτησιν αὐτοῦ καὶ μεταβολὴν ἔθιζομένους.

Entretanto, para Cartledge (2004), todas essas tentativas de se legitimar como o novo Grande Rei iam de encontro à tradicional instituição monárquica macedônica. Para ele, a crescente aproximação do rei da corte persa estava diametralmente oposta à justificativa pan-helênica usada para dar início à expedição anos antes. Dessa forma, quando Alexandre dispensou o contingente grego em 330, ele estaria dando um sinal de que, entre os três povos mais importantes que compunham o novo império (persas, macedônios e gregos), os gregos eram os mais dispensáveis e de que a cruzada pan-helênica havia acabado. Em vista disso, o novo rei da Ásia teria estabelecido inevitavelmente duas monarquias distintas que corriam em paralelo: primeiro, a sua monarquia macedônica; segundo, a sua nova monarquia oriental. Mossé (2004) também aponta consequências importantes causadas por essa política de Alexandre. Assim sendo, entende que, ao procurar identificar-se como rei persa, Alexandre rompia com a tradicional forma de governar macedônica, posto que o poder exercido pelos reis aquemênidas seria do tipo despótico, ao contrário do poder dos reis da Macedônia, que seria limitado pela obediência ao *nomos* (ARR., 5.26.2). Em consequência disso, Alexandre teria entrado em confronto direto com lideranças do exército, como Parmênio, general que serviu também a Filipe, que, em função de sua não concordância com as novas atitudes do rei Alexandre, teria sido executado com o seu filho Filotas⁵⁷ após a deflagração da chamada conspiração dos pajens.⁵⁸

Além dos problemas que sua proclamação trouxe no tocante a sua relação com os seus macedônios, Lane Fox (2004) aponta outro motivo que dificultou a êxito do rei da Macedônia em se tornar o novo Grande Rei. Para ele, Alexandre, apesar da forma respeitosa com que tratou a morte de Dario e da adoção de certos hábitos e vestimentas orientais, não poderia jamais atingir a aura religiosa que cercava os reis persas. Isso quer dizer que, por mais que o rei Alexandre desejasse substituir Dario, ele não compreenderia todo o ritual necessário para legitimar-se como tal. Aliando-se a essa ideia, Worthington (2014) ressalta que Alexandre, de fato, nunca entendeu a religião e os rituais persas, e esse fato teria levado os estrangeiros a sempre o identificarem como invasor, e não como o novo rei persa. Nesse sentido, o rei dos

⁵⁷ Plutarco registra que Filotas teria atingido um alto grau de respeito entre os macedônios, tendo sido o mais querido apenas atrás de Alexandre (PLU. *Alex.*, 48,1).

⁵⁸ Conspiração cujo objetivo seria assassinar Alexandre teria sido orquestrada por Filotas, filho de Parmênio (ARR., 3.26.1). Segundo Green (2014), Parmênio foi, desde antes da expedição, um problema para Alexandre. Isso porque Alexandre, antes de partir para a Ásia, teria pedido a Parmênio que orquestrasse a morte de um antigo desafeto seu, Átalo, genro do general. Parmênio aceitou, aliando-se a Alexandre, mas a um alto preço. O general teria ganhado a função de assessor imediato de Alexandre, além de indicar para cargos importantes amigos e parentes. Dessa forma, além da forte oposição de Parmênio à orientalização do rei, suas exigências teriam desgastado sua relação com Alexandre. Após as denúncias de conspiração contra Alexandre envolvendo o seu filho, Filotas, o rei macedônio parece ter achado a oportunidade perfeita de se livrar do velho general.

macedônios teria cometido uma série de falhas que evidenciariam sua falta de sensibilidade. Por exemplo, primeiro, a cunhagem de moedas na Ásia Menor que mostram um leão-grifo, tradicionalmente, para os persas, símbolo do caos e do mal, inclusive, em algumas ocasiões, retratado escravizando-os. Segundo, a ordem dada pelo rei macedônio para apagar todos os focos de fogo sagrado após a morte de Hefestion, o que significava um ultraje aos olhos persas, dado que tal ação apenas poderia ser praticada após a morte do Grande Rei. E terceiro, Alexandre parece não ter se preocupado em passar pelo ritual realizado em Pasargadae pelo qual todo novo Grande Rei deveria passar antes de subir ao trono (PLU. *Artax.*, 3.1-2). Logo, todas essas questões, entre outras, deixariam claro que Alexandre, apesar da tentativa de se impor como sucessor de Dario, na realidade, não compreendia as minúcias dos rituais da realeza persa.

Concluindo, assim enxerga grande parte da historiografia sobre a condição de Alexandre após Gaugamela. De forma a resumir, a narrativa assim se organiza: o rei macedônio teria se autoproclamado sucessor de Dario (PLU. *Alex.*, 34.1), se tornando assim o novo Grande Rei. No entanto, para conseguir se afirmar nessa posição, teria adotado diversos aspectos da cultura estrangeira, como vestimentas, hábitos e sátrapas persas com a intenção de ser aceito por essa nova nobreza como o seu novo rei. Em decorrência disso, tal política gerou descompasso entre sua nova e sua velha monarquia (persa e macedônica, respectivamente), o que lhe causou problemas que estiveram presentes ao longo de toda a expedição.

1.2.2 Alexandre e uma nova perspectiva sobre a construção de um império universal

Tendo revisitado os argumentos defendidos por grande parte da historiografia concernente à vida de Alexandre, apresenta-se uma nova perspectiva, revisionista, que propõe outras respostas sobre a conquista do Império Aquemênida pelo rei da Macedônia. Parte-se da premissa inaugurada por Hammond (1986) e Fredricksmeier (2000) de que Alexandre, ao vencer Dario em Gaugamela, não estava sucedendo o Grande Rei como novo imperador persa, mas fundando uma nova monarquia que se distinguia tanto da monarquia persa quanto da monarquia argeada, o que foi concretizado com a assunção do diadema, como se demonstrará adiante. Unindo-se a essa visão e indo além, pretende-se demonstrar, segundo as contribuições de Beaulieu, que a conquista do Império Aquemênida e a edificação de uma nova monarquia são frutos de uma cultura política de formação de impérios universais que se instaurou no início do primeiro milênio e que, a partir daí, predominou na região mesopotâmica. Assim, com a derrocada do império dos Grandes Reis, Alexandre começou a construir um novo império universal que pegava elementos emprestados de seus predecessores, no entanto se compunha como um novo império, tendo em vista que se tratava de um império alicerçado sobre bases greco-macedônicas.

Antes de tudo, revela-se fundamental delimitar de forma mais clara as fronteiras do que se entende por império universal. Nesse sentido, primeiro, sabe-se que a palavra “império”, do latim *imperium* (ISIDORO DE SEVILHA. *Etymologies*, 9.3.14), originalmente designava o atributo (direito) de comandar, chefiar um corpo militar. Entretanto, naturalmente, o termo sofreu transformações em seu significado ao longo do tempo de modo a perder sua antiga conotação. Hoje, império se refere, *grosso modo*, a um grande território controlado por um poder central. Neste trabalho, adota-se a definição de império proposta por Doyle (1986, p. 12): “Sistema de interação entre duas entidades, sendo uma a metrópole dominante, que exerce sobre a outra, propriedade subordinada, controle político interno e externo – a soberania completa”.

Dessa forma, império universal designa um sistema de interação entre uma entidade central, soberana, e um complexo e diverso conjunto de entidades que se submetem a uma relação de dominação. Assim sendo, entre os séculos IX e IV do primeiro milênio antes de Cristo, o mundo mesopotâmico foi governado por uma sucessão de Estados hegemônicos que podemos chamar de impérios universais.⁵⁹ Segundo Beaulieu (2005), esse período é

⁵⁹ O primeiro foi o Assírio (930-610 a.C.), em seguida, o Neobabilônico (610-539 a.C.), o Persa (539-331 a.C.) e o Greco-Macedônico criado por Alexandre, desintegrado logo após a sua morte (BEAULIEU, 2005).

caracterizado por introduzir uma nova fase na cultura política da região, uma vez que o tipo de poder e organização observado difere substancialmente do que o precede.⁶⁰ Indo ao encontro dessa ideia, Chavalas (2005) assinala que os Estados constituídos no primeiro milênio divergem em vários aspectos daqueles mais antigos. Entre esses aspectos, pode-se dizer que os impérios do primeiro milênio eram mais bem organizados (mais competentes), além de apresentarem estrutura mais aos moldes do que se entende hoje por império, isto é, permanente ocupação do território conquistado, imposição de postos militares e exploração de atividade econômica.

Nessa perspectiva, o Império Assírio, talvez o maior responsável por essa transformação, se desenvolveu de forma nunca antes vista não apenas em escala, mas também em sua distinta e inédita forma de organização imperial, expressão ideológica e principalmente longevidade (em oposição à efemeridade dos impérios predecessores). Assim, destaca-se o dinamismo assírio diante da situação estática de quase toda a Mesopotâmia nesse período, mediante a organização de uma rede provincial sob intervenção direta do controle central, de modo a, inclusive, promover uma “assirilização” das terras conquistadas. Além disso, há de ser observado a assimilação pelo exército de novos contingentes estrangeiros na formação de um exército imperial uno. Portanto, infere-se que a história do Império Assírio também é a história do crescimento de uma ideia. A experiência assíria causou um fato irreversível que modificou a cultura política da região, de modo a tornar a sua alternativa (império universal) a única opção viável. A estrutura criada por eles, mesmo depois de sua queda, sobreviveu em função da inexistência de razões para voltar ao antigo estado de fragmentação, logo uma nova era havia sido inaugurada (BEAULIEU, 2005).

Essa proposta, intitulada por Nuñez (1988) como “teoria da sucessão de impérios universais”, no entanto, não é produto apenas de uma análise moderna, mas já percebida pelos antigos, tendo se comportado, inclusive, como alvo de sua atenção. Heródoto, por exemplo, em diversos momentos ao longo de seu *Livro I*, faz menção a uma sucessão natural de grandes impérios (1.95;1.130) que se iniciaria com os assírios, passando pelos medos e chegando, nessa ordem, até os aquemênidas.⁶¹ O historiador ainda faz uma distinção importante quando não inclui nesse esquema a conquista cita de parte da Ásia, de modo a diferenciar uma conquista passageira e nômade do que seria de fato a instituição de um império universal. Sabendo disso,

⁶⁰ O impacto dessa nova forma predominante de governar foi sentido já na Antiguidade. Nesse sentido, a ideia de sucessões de grandes hegemonias pode ser notada no livro de Daniel, que, em sonho profético, informa ao rei babilônio sobre a ascensão e queda de quatro grandes impérios, o seguinte mais frágil que o seu predecessor.

⁶¹ Heródoto parece não fazer distinção entre assírios e babilônios (1.178; 1.188; 1.192; 3.155) (NUÑEZ, 1988).

parece ser mais factível pensar que, realmente, durante o curso do primeiro milênio, uma nova ideia estava em jogo e isso afetou o *modus operandi* de todos que seguiram.

Assentado nesse ponto de vista, após a queda do Império Assírio (mais uma característica importante que une todos esses Estados do primeiro milênio é a forma célere com que conquistam larga porção territorial e a forma súbita com que caem)⁶² e o estabelecimento dessa nova cultura política por meio dos sucessivos impérios que seguiram, entende-se que Alexandre, ao vencer Dario em Gaugamela, teria sido influenciado por ela e, assim, instituía um novo império universal nesses mesmos moldes que teria o diadema como grande símbolo. Por conseguinte, não sucedia ao trono persa que acabara de ruir.

Contudo, não se pode inferir disso que o novo império (mesmo sofrendo influência direta de outras experiências) funcionaria exatamente à maneira dos assírios e de outros predecessores. Concebe-se que, ao passo que o Estado assírio influenciou a organização de impérios grandes territorialmente e centralizados (como exemplo pode-se citar a organização do império em províncias, realizada pelo rei assírio Tiglath-pileser III, e também utilizada pelos primeiros reis aquemênidas na criação de suas satrapias e por Alexandre na manutenção das satrapias persas), os seus predecessores também rejeitaram certas práticas assírias e inauguraram algumas novas. Por exemplo, a política de assimilação cultural promovida pelos assírios durante a dominação aquemênida não esteve presente, visto que o plano adotado pelos Grandes Reis, desde o início com Ciro, se distinguia dessa política, uma vez que buscava a preservação das continuidades, em detrimento das rupturas culturais para a unificação do império (BRIANT, 2002). Portanto, torna-se significativo ressaltar que, apesar de a influência assíria ter se feito presente de maneira bastante forte, isso não sublimou as particularidades de cada novo império subsequente, haja vista que cada comunidade vai sempre se organizar de acordo com suas próprias necessidades.

⁶² Pode-se citar como exemplo a rápida expansão promovida por Ciro II (BRIANT, 2002), além da fulminante expansão do Império da Macedônia na Grécia com Filipe e, em seguida, na Ásia com Alexandre, o qual conquistou o coração do Império Persa em apenas três anos de expedição, mas que foi rapidamente fragmentado após a morte de Alexandre.

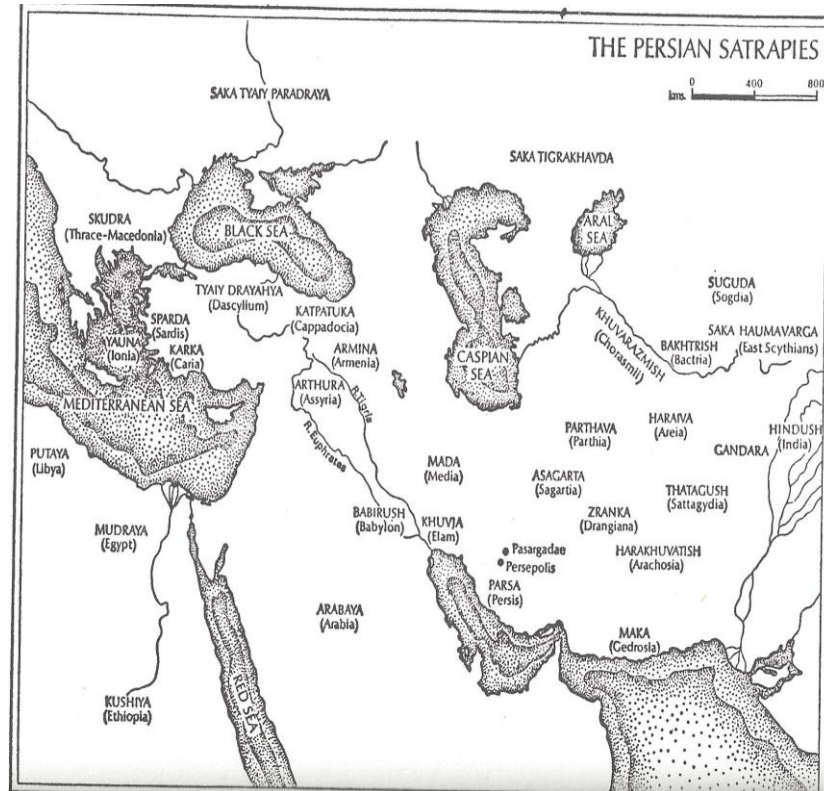


Figura 2 – Império Aquemênida

Fonte: GREEN, 2013, p. 171

Isso posto, o novo império universal planejado por Alexandre haveria de ter características próprias e nesse sentido seria um Estado edificado sobre bases greco-macedônicas. Justificando essa afirmativa, apoiado nas reflexões de Flower (2000), defende-se que a causa pan-helênica em nenhum momento foi abandonada por Alexandre, uma vez que, para além de um simples pretexto para realizar a expedição, havia também motivos pessoais envolvidos. Isto é, deve-se enxergar a questão pan-helênica na campanha de Alexandre como sendo composta por dois pilares igualmente importantes: primeiro, em um sentido propagandístico, já que uma campanha asiática, sem dúvida, se configurava para o reino da Macedônia como grande oportunidade de aumentar seus domínios e sua influência.⁶³ Assim, robustecer essa ideia de união grega de modo a conquistar o apoio das *poleis* era muito vantajoso e foi usado por Filipe e por seu filho. Segundo, em um sentido revanchista, assinalado por Políbio como sendo o principal motivo da expedição asiática (3.6). Assim, como descendentes de Hércules (e, no caso de Alexandre, não apenas de Hércules, mas também de Aquiles), é fácil imaginar que os reis macedônios também teriam o desejo pessoal de vingar os gregos das invasões estrangeiras organizadas tempos antes e, dessa forma, expandir a influência

⁶³ Sobre o sentido propagandístico forjado pelos reis macedônicos ver: DIOD. 16.91.2-4.

grega. Caso contrário, quais razões teria o grego Isócrates para convocar Filipe em uma expedição grega contra os bárbaros?

Todavia, tradicionalmente, tem-se dito que a causa pan-helênica apenas foi um artifício de publicidade para empreender uma campanha asiática, de modo que a dispensa das tropas gregas em 330 é vista como um marco do abandono do pan-helenismo por Alexandre, uma vez que ele não precisaria mais desse pretexto. Apesar disso, compreende-se aqui que o rei macedônio levou a cabo a causa pan-helênica até mesmo depois de vencer em Gaugamela, sabendo que o novo império se alicerçava sobre esses preceitos. Assim sendo, podem-se mencionar alguns eventos que comprovam a presença desse ideal durante momentos diversos da vida de Alexandre.

Primeiro, logo no início da campanha, Alexandre desembarcou em solo asiático antes de todos os demais, fazendo alusão ao mítico Prosistelaus, primeiro grego a morrer em solo estrangeiro antes da batalha de Troia (ARR., 1.11.5). Ainda nesse evento, Diodoro destaca que Alexandre fincou a sua espada na praia, conclamando que aceitava a Ásia dos deuses (deuses gregos) (DIOD., 17.7.2). Segundo, após a batalha do Granico, Alexandre enviou aos atenienses presentes dedicados à deusa Atena com a seguinte inscrição: “Alexandre, filho de Filipe, e os gregos, exceto os lacedemônios, conquistaram esses espólios dos bárbaros da Ásia” (ARR., 1.16.7; DIOD., 17.21.1). Nessa mensagem, observa-se clara exclusão dos espartanos como aqueles que não se recusam a lutar por uma causa comum pelos gregos. Terceiro, logo antes da batalha de Gaugamela, segundo Plutarco, em seu discurso antes da batalha, Alexandre reforçou a necessidade de se defender e fortalecer a Grécia diante dos inimigos bárbaros. E em seguida, após a batalha (quando na prática já se haviam esgotado as forças de Dario, e o apoio das cidades gregas já não seria patente), Alexandre se preocupou em manter o discurso pan-helênico e mandou mensagem a todos os gregos, dizendo que todas as tiranias estavam abolidas. Ordenou, ainda, em agradecimento aos serviços prestados aos gregos, a reconstrução de Plateia e enviou parte dos espólios à cidade de Croton⁶⁴ (PLU. *Alex.*, 34). Quarto, em Susa, uma das capitais persas, em 331, Alexandre devolveu aos atenienses as estátuas de bronze tomadas como espólio por Xerxes, de modo a relembrar e vingar a invasão sofrida pelos helenos (ARR., 3.16.7-8). Quinto, também se pode destacar, dois anos após a batalha de Gaugamela, em 329, o massacre emplacado por Alexandre aos habitantes de uma pequena cidade na Bácia cujos ancestrais teriam profanado o templo de Apolo durante a invasão de Xerxes, em 479. Aqui, mais uma vez, observa-se a tentativa de castigar os bárbaros que infligiram sofrimento ao povo grego

⁶⁴ Cidade grega na Itália da qual, segundo Plutarco, seria oriundo um grande atleta grego chamado Failos, o qual teria ajudado os gregos na Batalha de Salamina (PLU. *Alex.*, 34).

(ESTRABÃO, 7.1.43).⁶⁵ Sexto, por fim, não se pode deixar de mencionar os eventos ocorridos em Persépolis, capital persa, que, segundo Diodoro, superou todas as outras cidades em prosperidade. Sobre esse evento, podem-se levantar dois pontos que exemplificam o cuidado de Alexandre da Macedônia com os gregos. Primeiro, no relato de Justino (11.14.11-12), há o registro de que Alexandre concedeu a liberdade e porções de terra no curso desse momento para cerca de oitocentos gregos aprisionados na cidade acometidos por severas punições, assinalando o fim da crueldade de seus inimigos. Segundo, sobre a destruição dos palácios da cidade de Persépolis, tanto Quinto Cúrcio quanto Diodoro reportam que Alexandre teria dito aos seus comandados que nenhuma cidade persa seria mais odiosa para os gregos do que Persépolis (DIOD., 17.70.1; CURT., 5.6.1). Nesse sentido, conclui-se que, independentemente da forma como se deu a destruição dos palácios da cidade (seja pelo entusiasmo da *hetairoi*, Thaís, ou pelo próprio ímpeto de Alexandre), ao invés de se concentrar nas diferenças entre os relatos, é mais vantajoso concentrar-se nas semelhanças, e, assim, esse ato se revela como ato de vingança ancestral grega diante do inimigo bárbaro (FLOWER, 2000).

Conclui-se, portanto, que Alexandre não abandonou, ao longo de toda a expedição, os ideais pan-helênicos, uma vez que havia ali não apenas um sentido propagandístico usado para justificar o início da campanha, mediante um discurso preservado nas fontes de aversão aos persas, mas também motivos de cunho pessoal. De modo a sintetizar, em oposição a uma recorrente literatura histórica, Alexandre não sucedeu a Dario como Grande Rei (como será detalhado adiante), mas, em função de uma cultura política corrente naquele momento, o rei macedônio deu início à criação de um novo império universal que se apoiaria em vários aspectos das experiências anteriores, mas que se estabeleceria como distinto, uma vez que se configuraria como um império greco-macedônico por essência (*vide* a permanência da ideia de união grega).

⁶⁵ Relato de Estrabão apoiado na narrativa de Calístenes.

2 Argumentos que distanciam Alexandre da sucessão dos grandes reis

Ma, quando se acquista stati in una província disforme di língua, di costumi e di ordini[...], qui bisogna avere notevoli contingenza favorevoli e grandi capacità operative per conservarli.

MACHIAVELLI. *Il principe*. III

Neste capítulo, o objetivo principal é sustentar de forma sistematizada, com base em uma série de argumentos, que Alexandre não deu pistas, em nenhum momento da expedição asiática (de acordo com as fontes disponíveis), de que sucederia a Dario como o novo Grande Rei. Como objetivo secundário, pretende-se evidenciar que a adoção de certos trajes e costumes persas (ao contrário do que defende grande parte da historiografia) não revela uma tentativa de emulação da realeza aquemênida, mas uma estratégia maior cuja finalidade era estabelecer uma nova forma de poder real, de modo a equilibrar a monarquia macedônica e a monarquia persa. Com isso, robustece-se a visão apresentada no capítulo anterior de que Alexandre estava, na realidade, fundando um novo e distinto império universal sobre bases greco-macedônicas, e não dando continuidade a uma tradição aquemênida. Para alcançar esse propósito, estrutura-se assim a argumentação: i) exposição de atitudes tomadas pelo rei macedônio que indicam descontinuidade da dinastia Aquemênida; ii) exposição de aspectos negligenciados por Alexandre que sugerem transformação do poder político em outra direção, que não a da sucessão.

2.1 Atitudes tomadas por Alexandre que evidenciam a não tentativa de sucessão da coroa persa

Ao longo da sua incursão à Ásia, Alexandre tomou uma série de atitudes e deixou outra série de rastros que indicam que a sucessão da coroa aquemênida não fazia parte dos objetivos finais perseguidos por ele. Entre essas atitudes, a adoção de certos itens e práticas da realeza persa que, na verdade, em vez de sugerir uma sucessão de Dario, se revela como estratégia de equilíbrio entre duas realezas diferentes que compunham o novo domínio. Sendo assim, Alexandre se preocupou em imitar os hábitos persas com o fito de se tornar rei não apenas dos macedônios, mas também de uma população estrangeira acostumada com trajes e hábitos distintos dos usuais gregos.

2.1.1 A chegada à Ásia

A primeira atitude tomada pelo rei macedônio que sinaliza para a não sucessão de Dario está localizada bem no início da expedição, mais precisamente na chegada de Alexandre à Ásia. Nesse momento, é crucial refletir sobre dois elementos reveladores para a análise que cercam tal evento. Primeiro, o real significado do termo “Ásia” (Ἀσία) para os gregos (utilizado por Diodoro em seu relato sobre o desembarque de Alexandre em Troia), entendido aqui não como uma referência direta ao Império Persa, mas como termo de cunho meramente geográfico. Segundo, os sacrifícios e honras feitos pelo rei macedônio somente aos deuses e heróis gregos, tendo em conta o simbolismo do momento. Sobre esse evento, Diodoro reporta:

Ele [Alexandre] pessoalmente navegou com sessenta embarcações de guerra para Troia onde saltou do barco e fixou sua espada no chão, tendo sido o primeiro macedônio a desembarcar, o que significa que recebia a Ásia dos deuses como prêmio de terra conquistada pela lança. Ele visitou a tumba dos heróis Aquiles, Ajax e outros, as honrou com oferendas e outras formas apropriadas de respeito e seguiu para organizar as tropas. (DIOD., 17.17.2-3)⁶⁶

Na passagem, Diodoro diz que Alexandre, ao desembarcar em Troia, fincou sua espada no solo de modo a receber a Ásia dos deuses. Sobre isso, é fundamental sublinhar que Diodoro não se refere especificamente ao Império Aquemênida, dado que, para os gregos, na época de Alexandre, o termo “Ásia” não era empregado necessariamente como sinônimo de Império Persa, mas como conceito geográfico que, a depender do contexto, poderia variar, correspondendo à porção territorial exata controlada pelos aquemênidas, ou mais ou até menos (FREDRICKSMEYER, 2000). Sobre isso, Heródoto (9.116.3), por exemplo, ao narrar caso entre Xerxes e um dos seus sátrapas,⁶⁷ relata que os persas acreditavam (*nomizusi*) governar toda a Ásia, sendo ela sua possessão.⁶⁸ Infere-se disso que a Ásia era apenas uma possessão persa e não a própria Pérsia e que, uma vez necessário para Heródoto fazer esse comentário explicativo, para ele (e para os gregos de forma geral), a questão de toda a região estar sob controle

⁶⁶ No original, em grego: αὐτὸς δὲ μακρὰς ναυσὶν ἐξήκοντα καταπλεύσας πρὸς τὴν Τρωάδα χώραν πρῶτος τῶν Μακεδόνων ἀπὸ τῆς νεῶς ἠκόντισε μὲν τὸ δόρυ, πήξας δ' εἰς τὴν γῆν καὶ αὐτὸς ἀπὸ τῆς νεῶς ἀφαλλόμενος παρὰ τῶν θεῶν ἀπεφαίνετο τὴν Ἀσίαν δέχεσθαι δορίκτητον. Καὶ τοὺς μὲν τάφους τῶν ἡρώων Ἀχιλλέως τε καὶ Αἴαντος καὶ τῶν ἄλλων ἐναγίσμασι καὶ τοῖς ἄλλοις τοῖς πρὸς εὐδοξίαν ἀνήκουσιν ἐτίμησεν, αὐτὸς δὲ τὸν ἐξετασμὸν τῆς ἀκολουθούσης δυνάμεως ἀκριβῶς ἐποιήσατο.

⁶⁷ Na passagem, o sátrapa Artayctes tenta persuadir o Grande Rei Xerxes a entregar a propriedade onde estaria a tumba de Protesilau – figura mítica grega que se notabilizou por ter sido o primeiro grego a pisar em solo asiático e morrer na Guerra de Troia (ARR. 1.11.5; Hom. *Il.*, 2.695-710) – que conteria um grande tesouro.

⁶⁸ “τὴν Ἀσίην πᾶσαν νομίζουσι ἑωυτῶν εἶναι Πέρσαι καὶ τοῦ αἰεὶ βασιλεύοντος.”. Em português: Os persas entendiam que toda a Ásia era deles próprios e de seus reis.

aquemênida não era bem uma unanimidade. Nesse sentido, em uma passagem após a batalha do Granico (334), Arriano diz:

Ele enviou para Atenas trezentos panóplias persas e ordenou que nelas fosse inscrita a mensagem: “Alexandre, filho de Filipe, e os gregos, exceto os lacedemônios, conquistaram esses espólios dos bárbaros habitantes da Ásia” (Ἀσίαν κατοικούντων)⁶⁹ (ARRIANO, 1.16.7)

Nesse trecho, Arriano utiliza o termo *katoikeo*, que remete à ideia de residir, habitar ou colonizar para se referir à relação dos persas com aquela terra, ou seja, os persas eram aqueles que habitavam o território chamado Ásia. Logo, Império Persa e Ásia se revelam termos que não devem ser confundidos, dado que são de naturezas distintas: enquanto um delimita um Estado ou uma dinastia, o outro se refere a uma grande porção de terra. Indo ao encontro disso, em outra passagem em Arriano (7.1.3), o próprio rei macedônio parece entender essa questão desta mesma maneira: “Os persas e os reis medos, na sua visão [visão de Alexandre], não haviam conquistado nem mesmo uma fração da Ásia, logo não tinham o direito de se autoproclamarem Grandes Reis”.⁷⁰

Portanto, quando Diodoro afirma que Alexandre recebeu a Ásia dos deuses, ele não está se referindo apenas ao chamado Império Persa, mas se utilizando de um conceito geográfico, isto é, uma porção de terra que estava ocupada (*katoikeo*) pelos persas, pelo menos em parte. Assim, Alexandre desembarcou em Troia para a conquista daquele território e de todos os povos que lá habitassem, e não apenas para a conquista e sucessão de uma dinastia.

Outro ponto importante a ser destacado ainda na chegada de Alexandre à Ásia são os sacrifícios e honras a deuses gregos oferecidos por ele naquele momento. No trecho retirado de Diodoro acima, é dito que Alexandre, ao desembarcar em Troia, fez sacrifícios a grandes heróis gregos, como Aquiles e Ajax. Em relato sobre o desembarque em Troia, Arriano reporta:

Chegando a Elaeus, ele fez sacrifícios a Protesilau⁷¹ em sua tumba, uma vez que ele teria lutado com Agamenon contra Troia. A intenção do sacrifício foi de que sua chegada em solo asiático fosse mais imbuída de sorte que a de Protesilau [...] sacrificou um touro em honra a Poseidon e as Nereides a caminho do Helesponto [...]. Dizem ainda que ele foi o primeiro a desembarcar em solo asiático, tendo construído altares para Zeus, Atena e Hércules tanto no ponto de partida, na Europa, quanto onde ele chegou na Ásia [...] Em

⁶⁹ No original, em grego: ἀποπέμπει δὲ καὶ εἰς Ἀθήνας τριακοσίας πανοπλίας Περσικὰς ἀνάθημα εἶναι τῇ Ἀθηνᾶ ἐν πόλει: καὶ ἐπίγραμμα ἐπιγραφῆναι ἐκέλευσε τόδε: Ἀλέξανδρος Φιλίππου καὶ οἱ Ἕλληνες πλὴν Λακεδαιμονίων ἀπὸ τῶν βαρβάρων τῶν τὴν Ἀσίαν κατοικούντων.

⁷⁰ No original, em grego: τοὺς γὰρ τοὶ Περσῶν καὶ Μήδων βασιλέας οὐδὲ τοῦ πολλοστοῦ μέρους τῆς Ἀσίας ἐπάρχοντας οὐ σὺν δίκῃ καλεῖν σφᾶς μεγάλους βασιλέας.

⁷¹ Ver nota número 2.

seguida, ele fez sacrifícios também para Príamo no altar de Zeus em Enclosures. (Arr., 1.11.5-8)

Em sua versão, Plutarco (*Alex.*, 15.4) também assinala a preocupação de Alexandre em fazer libações e oferendas em ocasião tão simbólica a figuras mitológicas gregas: “Então, indo para Troia, ele – Alexandre – ofereceu sacrifícios a Atena e fez libações aos heróis – heróis da Guerra de Troia”.⁷² Como observado, segundo diferentes fontes, Alexandre ofereceu sacrifícios apenas a personagens do imaginário religioso grego. Sabendo disso, parece ser mais factível aceitar que Alexandre chegou à Ásia como um representante grego, e não como um pretendente à coroa persa.

Isso vai ao encontro de uma passagem relatada por Diodoro (16.89.2), quando Filipe II teria anunciado que invadiria a Pérsia como líder grego para vingar as tentativas de invasão ao território helênico anos antes pelos aquemênidas. Para Green (2007), a fala de Filipe e os gestos feitos no desembarque na Ásia por Alexandre se configurariam apenas como uma propaganda pública com o propósito de garantir a cooperação dos gregos. No entanto, como demonstrado no primeiro capítulo, a expedição de Alexandre não recorreu ao pan-helenismo apenas como estratégia propagandística para obter vantagens da união dos gregos, uma vez que esse ideal também fazia parte da própria razão de ser da expedição, nunca abandonado por Alexandre. Por conseguinte, a reverência a apenas divindades gregas relatada nas fontes já na chegada à Ásia corrobora a ideia de continuação desse ideal pan-helênico ao mesmo tempo em que rejeita a interpretação de que haveria uma tentativa de sucessão de Dario.

⁷² No original, em grego: ἀναβάς δὲ εἰς Ἴλιον ἔθυσσε τῇ Ἀθηνᾷ καὶ τοῖς ἥρωσιν ἔσπεισε.

2.1.2 Correspondências com Dario

Antes da derradeira batalha em Gaugamela que selou o fim de Dario e a vitória de Alexandre, os dois reis se comunicaram por meio de cartas. O conteúdo real dessas correspondências, muito provavelmente, jamais será conhecido. O que resta, portanto, ao historiador é se agarrar às fontes disponíveis que tratam sobre esse evento. Nesse sentido, são fundamentais a análise e a contraposição de fontes que fazem parte de tradições distintas a fim de verificar a relevância das informações apresentadas.

Na tentativa de evitar mais uma grande batalha e resolver a guerra de forma diplomática, Dario enviou mensagens a Alexandre⁷³ ao longo dos seus insucessos. A primeira delas (HAMMOND, 1986), no ano 333, é relatada por Arriano. Nesse primeiro contato, Dario teria solicitado a liberdade de sua mãe, mulher e filhos. Para tanto, tentou persuadir Alexandre, dizendo que Filipe e Artaxerxes viveram em amizade e aliança e, desde que Dario subiu ao trono, Alexandre não havia enviado nenhum sinal para reforçar essa amizade; ao contrário, invadiu o seu império. Alexandre, em resposta, teria dito que os ancestrais de Dario invadiram a Macedônia e a Grécia, portanto os persas haviam começado as hostilidades. Além disso, Alexandre teria acusado os persas, enunciando que seu pai, Filipe, havia sido assassinado por ordem dos aquemênidas e que Dario teria usurpado o trono que ocupava mediante outra conspiração. Desse modo, o Grande Rei deveria se referir a Alexandre em uma próxima carta como Senhor da Ásia (ὡς οὖν ἐμοῦ τῆς Ἀσίας ἀπάσης κυρίου⁷⁴ ὄντος ἦκε πρὸς ἐμέ), e não como um igual. Fazendo isso, o rei persa poderia requisitar o que desejasse a Alexandre (ARR., 2.14.2-15). Dario teria se comunicado novamente com o rei macedônio. Dessa vez, o rei persa teria oferecido dez mil talentos, todo o território persa a oeste do Eufrates e sua filha em casamento. Arriano (2.25.1) reporta que Alexandre levou a proposta a um conselho. Lá, Parmênio teria aconselhado o rei a aceitar as condições oferecidas, no entanto Alexandre rejeitou.⁷⁵ O rei macedônio teria justificado, dizendo que Dario não lhe poderia oferecer nada, uma vez que já havia tomado posse de tudo e que o Grande Rei deveria ir até ele caso quisesse ter melhor tratamento.

⁷³ O número de vezes em que Dario fez a Alexandre uma oferta de paz varia de acordo com as fontes. Quinto Cúrcio relata que Dario teria entrado em contato com o rei macedônio três vezes antes da batalha de Gaugamela (CURT., 4.11.1).

⁷⁴ O termo “Κυρίος” usado por Alexandre, segundo Arriano, corresponde a uma autoridade absoluta.

⁷⁵ Parmênio teria dito que, se fosse Alexandre, aceitaria a proposta. Alexandre teria respondido que ele também o faria, caso fosse Parmênio. No entanto, como ele era Alexandre, refutou a proposta do Grande Rei (ARR., 2.25.1).

Diodoro também relata as propostas de Dario a Alexandre por sua família e um acordo de paz. Em sua versão, em um primeiro contato, Dario cederia parte do império a oeste para Alexandre, além de vinte mil talentos de prata, mas Alexandre não teria aceitado. Sendo assim, o Grande Rei teria enviado mais uma mensagem ao rei macedônio, agora mais generosa, em que se teria disposto a entregar toda a porção oeste do império a partir do rio Eufrates, trinta mil talentos de prata e a mão de uma de suas filhas. Contudo, o rei macedônio, mais uma vez, teria refutado a proposta do rei persa, dizendo que preferiria a glória aos presentes oferecidos. Com palavras orgulhosas, Alexandre teria dito aos persas enviados por Dario (*presbeia*) que não poderia haver dois sóis, assim como dois reis não poderiam dividir a soberania da Terra. Então, o rei dos macedônios teria informado aos persas para dizerem a Dario que:

Se ele [Dario] quisesse a supremacia, que batalhasse com Alexandre a fim de descobrir qual teria o controle do solo e universal. Entretanto, caso quisesse uma vida mais fácil, em vez da glória, que passasse a obedecer a Alexandre, podendo assim ainda reinar sobre outros reis, uma vez que tal ato lhe haveria sido concedido pela generosidade de Alexandre.⁷⁶ (DIOD., 17.54.6)⁷⁷

O relato de Justino segue a mesma linha das fontes supracitadas. Ele reporta que Alexandre, em resposta a Dario (que teria oferecido uma de suas filhas em troca de uma trégua), teria dito que o que lhe teria sido ofertado já seria seu e que o persa deveria ir até ele como suplicante, de modo a aceitar a sua conquista. Mais adiante, após nova oferta de Dario, Justino (11.12.2-14) relata que Alexandre mais uma vez teria recusado veementemente a proposta do rei aquemênida, mas oferecido a Dario todos os seus desejos, caso ele aceitasse ser o segundo, após Alexandre, e não ser tratado como um igual.

Sobre a validade desses relatos, como dito anteriormente, o conteúdo completo dos diálogos não é conhecido e permanecerá um mistério. Entretanto, sabe-se que Arriano, em sua narrativa, se utilizou principalmente dos relatos contemporâneos de Ptolomeu e Aristobolo. Por outro lado, Justino pertence a uma tradição distinta de fontes referentes à vida de Alexandre, dado que acompanha mais de perto o relato de outro contemporâneo do rei macedônio,

⁷⁶ Após a recusa de Alexandre às propostas de Dario, Diodoro relata a morte da esposa do Grande Rei persa, tendo Alexandre organizado um suntuoso funeral em respeito à perda da rainha (DIOD., 17.54.7). Quinto Cúrcio reporta que Alexandre teria ficado devastado com a notícia e que, embora a tenha visto apenas uma vez, sua notável beleza lhe serviu de incentivo não para a paixão, mas para a glória (CURT., 4.10.18-24).

⁷⁷ No original, em grego: διόπερ ἀπαγγέλλειν αὐτοὺς ἐκέλευσε τῷ Δαρείῳ, εἰ μὲν τῶν πρωτείων ὀρέγεται, διαμάχεσθαι πρὸς αὐτὸν περὶ τῆς τῶν ὅλων μοναρχίας· εἰ δὲ δόξης καταφρονῶν προκρίνει τὴν λυσιτέλειαν καὶ τὴν ἐκ τῆς ῥαστώνης τρυφήν, αὐτὸς μὲν Ἀλεξάνδρῳ ποιεῖτω τὰ προσταττόμενα, ἄλλων δὲ ἄρχων βασιλευέτω, συγχωρουμένης αὐτῷ τῆς ἐξουσίας ὑπὸ τῆς Ἀλεξάνδρου χρηστότητος.

Cleitarco. Dessa forma, *vide* a homogeneidade das narrativas oriundas de tradições distintas, parece ser possível fazer algumas inferências.

Nas fontes que relatam com mais detalhes as correspondências entre Dario e Alexandre antes de Gaugamela (ARRI., 2.14.2-15; DIOD., 17.54.6; CURT., 4.1.13; JUST., 11.12.2-14), é nítida a percepção de que (pelo menos em um primeiro momento) Alexandre não demonstra que teria a clara intenção de eliminar o rei persa. Em todas elas, se faz presente a proposta de Alexandre a Dario de permanecer vivo e em luxo digno de um rei, ou seja, permanecer como o rei persa, mas com a condição de aceitar Alexandre como novo soberano. Em outro momento da expedição reportado por Arriano, a indicação do rei macedônio de que manteria o trono persa com os aquemênidas fica mais uma vez à mostra, quando, após reter a família de Dario como refém, Alexandre envia um representante à tenda dos persas para lhes informar que não era sua intenção torná-los menos do que eles eram, mantendo assim os seus títulos e prerrogativas reais (ARR., 2.12.5). Sobre isso, Quinto Cúrcio (4.1.12) registra, inclusive, a promessa de Alexandre de libertar a mãe, a esposa e os filhos de Dario, caso o rei persa aceitasse seu novo posto como suplicante (*server*) diante de Alexandre.

Portanto, entende-se que Alexandre não aspirava eliminar o rei persa, logo não agia de acordo para sucedê-lo, dado que, para tanto, a morte do Grande Rei se fazia patente. A falta de ímpeto de matar Dario em um primeiro momento se explica, pois suceder ao trono persa não era o objetivo principal da campanha, mas, sim, controlar aquele território com Dario morto ou ainda vivo no trono persa. Compactuando com essa ideia, Hammond (1986) defende que a manutenção da vida de Dario funcionaria para Alexandre como uma estratégia política que se repetiu anos mais tarde na Índia, quando o rei macedônio conservou o rei Poros no poder. Poros representava para Alexandre um aliado importante para a sustentação do imenso território conquistado⁷⁸ mais a leste. Nesse sentido, a manutenção de Dario poderia ser vista pelo rei *hegemon* dos gregos da mesma maneira, ou seja, como tentativa de conquistar um aliado fundamental para a consolidação do novo império.

⁷⁸ Alexandre encontrou em Poro um grande guerreiro, que, diferentemente de Dario, não fugiu, deixando seu exército para trás diante de iminente derrota. Dessa forma, segundo Diodoro, após a batalha, Poro foi designado regente da região (DIODORO, 17.89).

2.1.3 A adoção do título de Rei da Ásia

Sobre as consequências da vitória em Gaugamela, Plutarco afirma:

Tendo a batalha terminado dessa forma, o Império Persa se encontrava completamente dissolvido (*katalelustai*), e Alexandre, proclamado Rei da Ásia (*basileus de tes asias*), fez grandes sacrifícios para os deuses e presenteou os seus companheiros com riquezas e terras.⁷⁹ (PLUT. *Alex.*, 34.1)

Na passagem, Plutarco revela que, tendo o Império Persa desmoronado após a vitória de Alexandre em Gaugamela, o macedônio teria sido proclamado Senhor da Ásia. Apesar de ser a única fonte a mencionar tal acontecimento após a batalha, a informação é aceita por grande parte da historiografia especializada como factível (FREDRICKSMEYER, 2000).⁸⁰ Em outro evento, durante as trocas de correspondências entre Alexandre e Dario (portanto, pouco antes do confronto em Gaugamela), Arriano reporta a imposição do rei macedônio diante do rei persa de ser tratado como Senhor da Ásia: “Me encare [Alexandre] como Senhor da Ásia”.⁸¹

Ao contrário de Plutarco, que usa o termo *basileus*, Arriano usa o vocábulo *kyrios*. Todavia, por mais profundas que sejam as existentes diferenças de significados entre as duas palavras na antiga língua grega, para a presente análise, é suficiente saber que as duas formas usadas indicam autoridade sobre algo. No caso específico mencionado, as duas fontes se referem à autoridade absoluta sobre a Ásia.

A reivindicação (Arriano) e a aclamação (Plutarco) de Alexandre como Senhor da Ásia pode causar confusão, levando à precipitada ideia de que a adoção desse título significaria uma prova da tentativa de suceder a Dario, dado que os persas controlavam boa parte da Ásia, e, dessa forma, ter o mesmo significado que Rei da Pérsia. No entanto, tal titulação se configura como título inédito, já que se apresenta como elemento constitutivo da criação de um distinto tipo de poder real e que, assim, não diz respeito diretamente à monarquia persa. A seguir, alguns argumentos que corroboram essa tese.⁸²

Primeiro, a proclamação de Alexandre como o novo Senhor da Ásia marca um ponto de ruptura com a história do antigo Império Persa, e não de continuidade dessa tradição. Isso porque Alexandre adotou esse título (*Basileus de tes Asias*) como um título oficial, tendo a

⁷⁹ No original, em grego: τοῦτο τῆς μάχης ἐκείνης λαβούσης τὸ πέρας, ἢ μὲν ἀρχὴ παντάπασιν ἢ Περσῶν ἐδόκει καταλελύσθαι, βασιλεὺς δὲ τῆς Ἀσίας Ἀλέξανδρος ἀνηγορευμένος ἔθυε τοῖς θεοῖς μεγαλοπρεπῶς καὶ τοῖς φίλοις ἐδωρεῖτο πλούτους καὶ οἶκους καὶ ἡγεμονίας.

⁸⁰ Cf. ALTHIEM, 1947, p. 177-184; GOUKOWSKY, 1978, p. 175.

⁸¹ No original, em grego: ὡς οὖν ἐμοῦ τῆς Ἀσίας ἀπάσης κυρίου ὄντος ἦκε πρὸς ἐμέ.

⁸² Cf. GREEN, 2013, p. 297; NAWOTKA, 2010, p. 232; O'BRIEN, 2005, p. 93; SAVILL, 2002, p. 34.

proclamação ocorrido no curso de uma grandiosa cerimônia formal (FREDRICKSMEYER, 2000). De modo a demonstrar isso, observa-se no relato de Plutarco que, nesse momento, Alexandre também teria recompensado seus companheiros com riquezas (*plutos*), terras (*oikos*) e poder sobre províncias (*hegemonia*),⁸³ além de ter instituído a abolição de todas as tiranias na Grécia (uma vez que toda a Grécia deveria viver sob suas próprias leis – *autonomos*), prometido reconstruir a *polis* de Plateia, que havia lutado pela liberdade da Grécia, e, por fim, enviado para o povo de Crotona, na Península Itálica, parte dos espólios da vitória em lembrança a sua disposição para auxiliar os gregos durante as invasões persas do século anterior. Nesse sentido, pode-se concluir que, nesse momento, houve a organização de um grande evento, mas, além disso, uma celebração de simbolismo mais profundo, tendo em vista que se configurava como ponto de ruptura com o passado, um momento especial (pelo menos no imaginário de Alexandre), no qual o rei ratificava a sua vitória sobre os persas e inaugurava um recomeço, em uma cerimônia de grandes proporções, colocando-se em novo patamar. Essa ideia salta aos olhos na forma como Plutarco constrói a sequência de sua narrativa, na qual é apresentada, primeiro, a ideia de dissolução do Império Aquemênida (*katalego*) e, logo em seguida, a ideia de adoção de um título de Senhor da Ásia por Alexandre. Dessa maneira, Plutarco faz oposição proposital entre Império Persa e Senhor da Ásia, de sorte a demonstrar que, ao passo que um já estava em ruínas, o outro já o substituíra, e, assim, se iniciava algo novo. Como indício disso, mediante análise gramatical do texto em grego, observa-se que Plutarco utiliza duas frases interligadas em seus sentidos, unidas pelas partículas de coordenação *men* e *de* (μὲν; δὲ), que, usadas em conjunto, podem transmitir a ideia de contraposição, ou seja, o fim do Império Persa e a autoproclamação do *hegemon* grego como Senhor da Ásia aparecem conectados em frases coordenadas em um sentido de substituição.

Segundo, entre os macedônios e gregos, não havia dúvidas de que, antes dos persas, o território mesopotâmico já havia sido controlado por impérios antecessores, como o Império Assírio e o Império dos Medos (DIOD. 2.22.2; 2.32.2; 2.28.1). Isso quer dizer que, ao controlar o território antes controlado pelos persas e adotar o novo título de Senhor da Ásia, Alexandre apenas ratificava sua posição como novo soberano daquele espaço, assim como muitos outros antes dos persas. Dessa vez, Alexandre se colocava como um conquistador grego que reivindicava aquele território para si, dando continuidade a um ciclo de dominações. Logo, a adoção do título mencionado por Plutarco não se caracteriza de modo estrito como uma continuidade da dinastia Aquemênida.

⁸³ Justino também registra um momento de recompensas aos macedônios logo após a batalha perto de Arbela (JUST., 11.14.8).

Terceiro, sabe-se, como demonstrado anteriormente neste capítulo, que, para os gregos, o termo “Ásia” não fazia referência direta ao Império Aquemênida, mas a uma ideia de unidade territorial. Dessa forma, o novo título adotado de *Basileus de tes Asias* não representa, necessariamente, o mesmo que dizer “Rei da Pérsia”, tendo em vista que tal relação entre esses termos não existe (Império Persa e Ásia). Portanto, os vocábulos dessa nova titulação, por si sós, não revelam qualquer indício de apropriação da coroa persa, mas a reivindicação da posse de um território específico.

Quarto, lê-se no seguinte trecho retirado de Arriano, já mencionado acima:

Alguns registraram que Alexandre estava planejando navegar pela Arábia, Etiópia, Líbia, em meio a tribos nômades para além do Monte Atlas, Gadeira, e pelo nosso mar, e tendo, assim, conquistado a Líbia e Cartago, finalmente, ganhar o título de Rei da Ásia (*Basileus tes Asias*), sabendo que os persas e medos, na visão de Alexandre, não haviam conquistado nem uma fração da Ásia.⁸⁴ (Arr., 7.1.2)

Essa passagem se torna de grande relevância, pois não apenas ratifica que para o rei macedônio (e, por extensão, para os todos os gregos) o termo “Ásia” não era empregado com o mesmo sentido de Império Persa, como também revela que, para macedônios e gregos, a forma “Senhor da Ásia” não era utilizada usualmente para fazer referência aos Grandes Reis. Nesse sentido, segundo relatado por Arriano, Alexandre considerava que os persas não haviam conquistado sequer uma fração desse território chamado de Ásia, por conseguinte “Senhor da Ásia” não parece corresponder necessariamente, no vocabulário grego, a uma forma correta de referência aos reis persas, uma vez que toda a Ásia não pertencia a eles. Isto é, caso Alexandre desejasse ser reconhecido pelos gregos como novo rei aquemênida, esse título não seria o mais adequado.

Quinto, cabe ainda refletir sobre como o outro lado (o lado dos persas) enxergava essa questão: “Senhor da Ásia” fazia parte da titulação real persa? Afinal, caso Alexandre desejasse se tornar o novo rei da dinastia de Ciro, ele deveria incorporar a sua nova figura os títulos usados pelos Grandes Reis, sob a penalidade de não ser aceito pelos novos súditos como seu novo soberano. Sendo assim, a apreciação da titulação utilizada pelos reis da Pérsia se apresenta

⁸⁴ No original, em grego: οἱ δὲ καὶ τάδειδεν τὰς ἐκβολὰς τὰς ἐς τὸν πόντον, καθάπερ τοῦ ἀνέγραψαν, ὅτι ἐπενόει Ἀλέξανδρος περιπλεῦσαι τὴν τε Ἀραβίαν τὴν πολλὴν καὶ τὴν Αἰθιοπῶν γῆν καὶ τὴν Λιβύην τε καὶ τοὺς Νομάδας ὑπὲρ τὸν Ἄτλαντα τὸ ὄρος ὡς ἐπὶ Γάδαιρα ἔσω ἐς τὴν ἡμετέραν θάλασσαν καὶ τὴν Λιβύην τε καταστρεψάμενος καὶ Καρχηδόνα οὕτω δὴ τῆς Ἀσίας πάσης δικαίως ἂν βασιλεὺς καλεῖσθαι: τοὺς γὰρ τοὶ Περσῶν καὶ Μήδων βασιλέας οὐδὲ τοῦ πολλοστοῦ μέρους τῆς Ἀσίας ἐπάρχοντας.

como essencial para localizar, ou não, a presença do título adotado por Alexandre em Gaugamela como um título corrente na forma de se representar dos reis aquemênidas.

Sabe-se que, ao contrário de outros povos que também estabeleceram grandes níveis de dominação, os persas não deixaram registros escritos de sua própria história em termos de produções de narrativas escritas. Dessa forma, não há registros de crônicas ou arquivos históricos compostos por membros da corte sob as ordens dos Grandes Reis que detalhem conquistas e expedições militares. Contudo, não se deve subestimar a importância da tradição oral na Mesopotâmia, tendo sido nesses moldes, mediante músicas e recitações passadas de geração em geração, que os persas transmitiram as histórias de seus reis e de seus grandes heróis míticos (BRIANT, 2002; LECOQ, 1997). Infelizmente, com a perda desse conhecimento, o trabalho do historiador que deseja trabalhar com a dinastia Aquemênida se torna bastante complicado devido à escassez de fontes. Como alternativa, as inscrições deixadas pelos reis persas surgem como fonte singular para se conhecer melhor a cultura política desse povo, pois nelas há registros de como os reis aquemênidas eram representados, ou melhor, como queriam ser representados. Assim sendo, as inscrições são a única saída persa para a determinação e análise dos títulos usados pelos reis da dinastia de Dario.

As inscrições reais⁸⁵ não eram narrativas, mas uma oportunidade de celebrar a grandeza de Ahura-Mazda, a continuidade da dinastia, o registro de suas possessões (de modo a dimensionar o grande império que os reis persas controlavam) e o estabelecimento do soberano persa como uma figura influente e poderosa (Rei dos Reis), ou seja, tinham forte caráter propagandístico. Uma das mais interessantes inscrições é a do chamado Cilindro de Ciro,⁸⁶ o qual se divide em duas partes. Em um primeiro momento, é exaltada a irritação do deus babilônio Marduk (Rei dos Deuses) e, em seguida, o papel do Grande Rei, Ciro, para restabelecer os cultos locais a esses antigos deuses. No entanto, o que interessa aqui é a forma como Ciro se apresenta nessa inscrição, isto é, quais títulos reais são usados por ele. Nesse sentido, lê-se: “Eu sou Ciro, rei do mundo, grande rei, rei potente, rei da Babilônia, rei da Suméria e da Acádia, rei dos quatro cantos do mundo, filho de Cambises, o grande rei, rei de Ansan⁸⁷ [...]”⁸⁸.” [CB]⁸⁹

⁸⁵ Grande parte das inscrições que chegaram até nós está apresentada em três versões: persa antigo (língua oficial do império), babilônio e elamita (LECOQ, 1997).

⁸⁶ Texto encontrado na Babilônia, em 1879 d.C., e, agora, em custódia no Museu Britânico.

⁸⁷ Antigo reino controlado pelos medos.

⁸⁸ Tradução do texto em francês (LECOQ, 1997, p. 183).

⁸⁹ A identificação das inscrições dos reis da dinastia Aquemênida é tradicionalmente organizada da seguinte maneira: a primeira letra maiúscula faz referência à primeira letra do nome do soberano persa responsável pela inscrição; a segunda letra maiúscula faz menção ao local de origem da inscrição; uma última letra na forma minúscula faz a distinção entre inscrições de um mesmo rei e com um mesmo local de origem.



Figura 3 – Cilindro de Ciro

Museu Britânico

No trecho selecionado acima, temos uma representação de Ciro – o soberano aquemênida mais exaltado e que, segundo Heródoto (1), teria colocado os persas em posição de destaque ao superar o rei medo Astíages – na qual se observa a enunciação do rei feita em primeira pessoa, mediante a apresentação dos seus títulos. Entre os títulos apropriados por Ciro, no entanto, não se identifica nada relacionado ao título adotado por Alexandre de Senhor da Ásia, mas a adoção de títulos como Rei do Mundo e Rei da Babilônia, oriundos de uma antiga tradição mesopotâmica, que sugerem uma tentativa do rei persa de restabelecer uma estabilidade política na região que havia sido perdida havia muito tempo, desde a queda do Império Neoassírio (612-610) (BRIANT, 2002).

Como mais um exemplo, citam-se as várias inscrições do soberano Dario I, grande incentivador desse tipo de propaganda, em *Behistun* (lugar sagrado), sítio estrategicamente escolhido para fabricação dessas inscrições, uma vez que se situava em um posto bem visível na rota movimentada entre Susa e a Ectabana (LECOQ, 1997). Em uma delas [DB], vê-se, logo no início, a apresentação do Grande Rei: “Eu sou Dario, o grande rei, o rei dos reis, rei dos persas, o rei do povo, filho de Vistaspa e neto de Arsames”.⁹⁰ [DB]

Em outra inscrição, agora de Xerxes I, localizada na cidade de Persépolis, lê-se: “Eu sou Xerxes, o grande rei, rei dos reis, o rei dos povos de nobres origens, o rei sobre essa grande terra e, além, filho do rei Dario, o aquemênida”.⁹¹ [XPa]

Em outra inscrição oriunda de Persépolis, dessa vez do soberano Artaxerxes III, lê-se: “Artaxerxes, o grande rei, o rei dos reis, o rei dos povos, o rei sobre a terra”.⁹² [A³Pa]

⁹⁰ Tradução do texto em francês (LECOQ, 1997, p. 187).

⁹¹ Tradução do texto em francês (LECOQ, 1997, p. 251).

⁹² Tradução do texto em francês (LECOQ, 1997, p. 265).

A partir de todos esses exemplos, pode-se ter uma ideia de que o título “Senhor da Ásia” não se encaixa como um dos muitos títulos oficiais usados pelos reis aquemênidas em distintos períodos de soberania dessa dinastia.⁹³ Essa ausência pode ser explicada, segundo Fredricksmeier (2000), visto que a possível utilização de tal título que previa o controle sobre a Ásia poderia soar como uma limitação, portanto como uma contradição, ao poder dos Grandes Reis, tendo em conta que os títulos de fato empregados por eles não se prendiam a apenas a um território, mas pretendiam a soberania sobre “a toda grande terra e além”.

Por fim, conclui-se que a adoção, registrada por Plutarco, de Senhor da Ásia por Alexandre logo após a batalha de Gaugamela não se configurava como titulação adequada para quem desejasse se apresentar como o sucessor da coroa persa (tanto para os gregos quanto para os próprios persas), mas como um título oficial inédito que rompia com a antiga tradição aquemênida e inaugurava um novo momento, no qual se observa a reivindicação da posse para Alexandre de todo o território da Ásia.

2.1.4 O saque de Persépolis

Sobre a antiga cidade persa de Persépolis, Estrabão (15.3.6) registra: “Persépolis, próximo a Susa, era a mais bela cidade construída e a maior, tendo um grande palácio, e particularmente importante pelo grande tesouro que guardava”.⁹⁴

Segundo Diodoro (17.70.1), Persépolis era a capital do Império Persa. Assim, por mais que cidades como Babilônia e Susa fossem centrais para as atividades aquemênidas, Persépolis era o centro ideológico máximo do império, não sendo apenas uma cidade ritual – onde o Grande Rei frequentemente renovava a sua legitimidade como vice-rei de Ahura-Mazda e onde eram realizados tradicionalmente os rituais funerários reais (COLLINS, 2008; FREDRICKCMEYER, 2000; POPE, 1957) –, mas também um importante polo econômico e administrativo,⁹⁵ *vide* a sua localização privilegiada, escolhida estrategicamente por Dario I, próximo a Babilônia, capaz de fornecer recursos básicos (BRIANT, 2002). Para dimensionar a importância da cidade como evidenciada nas fontes, Diodoro (17.70.2), por exemplo, sublinha que Persépolis, antes da chegada de Alexandre, era a cidade mais rica sob o sol e que as suas casas foram enfeitadas

⁹³ Ver também COLLINS, 2008, p. 137.

⁹⁴ No original, em grego: ἦν δὲ ἡ Περσέπολις μετὰ Σοῦσα κάλλιστα κατεσκευασμένη μεγίστη πόλις, ἔχουσα βασιλεία ἐκπρεπῆ, καὶ μάλιστα τῆ πολυτελείᾳ τῶν κειμένων. ῥεῖ δ' ὁ Ἀράξης ἐκ τῶν Παραϊτακῶν.

⁹⁵ Cf. COLLINS, 2008, p. 113.

com as maiores riquezas ao longo dos anos.⁹⁶ Quinto Cúrcio (5.6.9) ressalta a grande riqueza apropriada por Alexandre e suas tropas no saque à cidade persa, apontando que o montante acumulado beirava o inimaginável (*prope ut findem excedat*), cerca de cento e vinte mil talentos. Logo, apreende-se que Persépolis não era apenas mais uma cidade, mas um centro envolto de grande simbolismo, visto o seu caráter ritualístico, e também de significativa importância prática para o funcionamento do império, dadas sua posição estratégica e sua grande riqueza. O próprio rei Alexandre parece ter reconhecido esse *status* ao ordenar a realização dos ritos funerários de Dario III na cidade, assim como era tradicionalmente feito por seus predecessores (ARR., 3.22.1).

Apesar de sua importância, a passagem do macedônio por Persépolis tem contornos dramáticos, marcada pela destruição dos palácios e o saque dos tesouros ali guardados. Sobre isso, Diodoro relata:

Alexandre a descreveu [Persépolis] aos macedônios como a mais odiosa cidade persa e permitiu que os seus soldados a saqueassem [...] os macedônios se entregaram ao saque durante todo o dia, inclusive, lutando um contra os outros [...] Persépolis, que uma vez superou todas as outras cidades em riqueza, agora superava todas as outras em desgraça.⁹⁷ (DIOD., 17.70.1-6)

Arriano (3.18.11-12) conta uma história semelhante à de Diodoro: “Ele [Alexandre] incendiou o palácio de Persépolis [...] e disse que gostaria de punir os persas por saquear Atenas e queimar seus templos, quando eles invadiram a Grécia [...]”.⁹⁸ Igualmente, Plutarco (*Alex.*, 38.3-5) diz que, ao chegar a Persépolis, um grande número de prisioneiros foi massacrado, em seguida, o rei teria derrubado uma grande estátua de Xerxes e, dirigindo-lhe a palavra, teria dito que o deixava por terra em vingança à invasão da Grécia.⁹⁹

Nesses relatos, o saque de Persépolis é inspirado pelo desejo de vingar-se dos persas pela invasão ao território grego no século anterior,¹⁰⁰ o que não vai ao encontro de uma ideia

⁹⁶ No original, em grego: πλουσιωτάτης δ' οὔσης τῶν ὑπὸ τὸν ἥλιον καὶ τῶν ἰδιωτικῶν οἴκων πεπληρωμένων ἐκ πολλῶν χρόνων παντοίας εὐδαιμονίας.

⁹⁷ No original, em grego: τὴν δὲ Περσέπολιν, μητρόπολιν οὔσαν τῆς Περσῶν βασιλείας, ἀπέδειξε τοῖς Μακεδόσι πολεμιωτάτην τῶν κατὰ τὴν Ἀσίαν πόλεων καὶ τοῖς στρατιώταις ἔδωκεν εἰς διαρπαγὴν χωρὶς τῶν βασιλείων [...] οἱ δὲ Μακεδόνες ἐνημερεύσαντες ταῖς ἀρπαγαῖς τὴν ἀπληστον τοῦ πλείονος ἐπιθυμίαν οὐκ ἐδύναντο πληρῶσαι. [...] τοσαύτη γὰρ ἦν τῆς πλεονεξίας ὑπερβολὴ κατὰ τὰς τούτων ἀρπαγὰς ὥστε καὶ πρὸς ἀλλήλους διαμάχεσθαι καὶ πολλοὺς ἀναίρειν τῶν τὰ πολλὰ τῆς ἀρπαγῆς ἐξιδιοποιουμένων [...] ἢ μὲν οὖν Περσέπολις ὅσῳ τῶν ἄλλων πόλεων ὑπερεῖχεν εὐδαιμονία, τοσοῦτον ὑπερεβάλετο τὰς ἄλλας τοῖς ἀτυχήμασιν.

⁹⁸ No original, em grego: τὰ βασιλεία δὲ τὰ Περσικὰ ἐνέπρησε [...] ὁ δὲ τιμωρήσασθαι ἐθέλειν Πέρσας ἔφασκεν ἀνθ' ὧν ἐπὶ τὴν Ἑλλάδα ἐλάσαντες τὰς τε Ἀθήνας κατέσκαψαν καὶ τὰ ἱερὰ ἐνέπρησαν [...].

⁹⁹ Segundo Arriano (6.30.1-2), ao final da expedição, Alexandre teria se arrependido da destruição de Persépolis, condenando seu próprio ato por ter destruído muitos templos e tumbas e matado muita gente injustamente.

de continuidade, mas de ruptura com uma tradição persa. Mais uma vez, portanto, Alexandre se portou como um representante grego, e não como um candidato à coroa aquemênida. No entanto, além disso, como defende Fredricksmeier (2000), há de se problematizar a escolha de Persépolis como cidade símbolo da invasão persa à Grécia. Isso porque, caso Alexandre apenas quisesse se vingar dos persas, a escolha mais provável haveria de ser Susa, e não Persépolis, dado que, para os gregos, era Susa o centro de poder e agressão dos persas contra os gregos. Por exemplo, partiu de Susa a invasão persa à Grécia (AESCH. *Persae.*, 15), foi em Susa a proclamação do humilhante tratado da paz do Grande Rei (387 a.C.), foi nessa cidade também que emissários gregos, inclusive macedônios, foram forçados por diversas vezes a se curvar diante do rei persa (HDT., 7.151) e foi para lá que Xerxes enviou um cavaleiro para anunciar a sua soberania sobre Atenas (HDT., 8.54).

Curiosamente, no entanto, Alexandre poupou Susa, mas destruiu Persépolis, que, segundo Pope (1957), era pouco ou quase nada conhecida no mundo grego, ou seja, na teoria, sua destruição não causaria catarse revanchista nos gregos, já que não representava em seu imaginário a invasão persa. Por conseguinte, parece ser mais razoável pensar que a motivação decisiva para a destruição de Persépolis não tenha sido apenas inspirada pela vingança (apesar de também ter esse caráter, como citado nas fontes), mas pelo seu *status* político e religioso no mundo aquemênida, tendo em vista sua baixa representatividade na Grécia, em face da sua importância na Pérsia, de modo a atacar o coração do império conquistado. Assim, a destruição da cidade se configura como claro sinal para os persas de não continuação da antiga instituição aquemênida e início de uma nova tradição.

Nessa lógica, a destruição de Persépolis se desenhou como ato político e simbólico, tendo sido premeditado pelo rei macedônio. Duas indicações claras disso são: primeiro, logo na chegada à cidade, a carta branca dada por Alexandre para o saque da cidade pelos soldados, que o fizeram com grande empolgação, conforme o relato de Diodoro; segundo, o imenso esforço logístico, que não poderia ser arquitetado de um dia para o outro, empregado para a remoção do grande tesouro da cidade (algo em torno de cento e vinte mil talentos em ouro e prata) para a cidade de Susa, o que aponta para a ideia de que a cidade teve seu destino decidido desde o início. Quinto Cúrcio faz um pequeno comentário sobre isso: “[...] para transportar isso [tesouro], uma vez que o rei decidiu levar com ele para usar na guerra, foram necessários camelos e outros animais de carga para Susa e Babilônia”.

Ainda assim, algumas fontes sugerem que o rei teria se arrependido, depois de alguns anos, da destruição da cidade persa (Arr., 6.30.1). De qualquer modo, caso Alexandre tivesse qualquer ambição de se proclamar o novo Grande Rei diante dos persas, ele ainda poderia ter

mandado reconstruir a cidade, assim como mandou construir e reconstruir templos no Egito e na Babilônia (Arr., 3.1.5; 3.16.4; 7.17.2), no entanto isso não é relatado nas fontes. A destruição da cidade foi um gesto de caráter definitivo.

2.1.5 A adoção costumes e vestimentas orientais

Durante os anos em que esteve na Ásia, Alexandre adotou diversas práticas e vestimentas alheias aos costumes greco-macedônicos, de modo que grande parte da historiografia especializada interpretasse nesse momento uma fase de transição cuja culminância se daria com Alexandre sucedendo a Dario como o novo Grande Rei.¹⁰¹ Essa visão fica clara nas palavras de Mossé (2004, p. 71): “Desde então era ele o sucessor dos aquemênidas. E a primeira manifestação desse novo estatuto consistia em ‘vestir o traje dos bárbaros’, como diz Plutarco”.

Entretanto, pretende-se mostrar que, em nenhum desses momentos, o rei assinalou para a sucessão, mas sempre para a criação de um novo tipo de poder real. Desse modo, para entender melhor a adoção de costumes persas por Alexandre nesses termos, primeiro se mostra produtivo estabelecer uma comparação – sem correr o risco de cair em anacronismo¹⁰² (HERMAN, 1997) – entre as ideias propostas por Norbert Elias sobre a corte no *Ancien Régime*, nas quais a autoridade individual do soberano na França não chegava a se caracterizar como uma forma irrestrita de poder, e a ideia de construção de uma nova forma de autoridade em um território multicultural forjada por Alexandre. Segundo Elias (2001), até mesmo o próprio Rei-Sol, Luís XIV, famoso por simbolizar uma forma onipotente de realeza, se revela como um indivíduo que, mesmo na posição de rei absolutista, fazia parte de uma longa rede de interdependências na qual o exercício e a manutenção da soberania existiam em função de uma estratégia muito bem articulada entre os membros que compunham a corte. Ou seja, a soberania absoluta no Antigo Regime não era exatamente tão ilimitada como se poderia pensar. Da mesma maneira, defende-se aqui que Alexandre, ao adotar alguns trajes e hábitos persas, e não outros, não mostrava com isso que ansiava emular as práticas dos Grandes Reis, mas articular uma forma de conviver com as duas tradições mais potentes de seu novo império, a grega e a persa, de sorte a estabelecer uma complexa e delicada “estratégia de equilíbrio” em um território marcado

¹⁰¹ CARTLEDGE, 2004, p. 152; O'BRIEN, 2005, p. 108; MARTIN/BLACKWELL, 2012, p. 80; MOSSÉ, 2004, p. 72; STONEMAN, 2001, p. 46; LANE FOX, 1973, p. 559; SAVILL, 2005, p. 125; BOSWORTH, 2000, p. 47.

¹⁰² Em análise sobre a corte selêucida, Herman (1997) defende que a formação de cortes e das suas relações de interdependência está associada a uma configuração social universal, e não a um tempo histórico específico. Portanto, se revelam mais como fenômeno sociológico do que como acontecimento estritamente histórico.

pela diversidade cultural. Em outras palavras, a incorporação de tradições estrangeiras é uma evidência do entendimento de Alexandre de que, como novo soberano de um novo império, ele não poderia governar sozinho, mas amparado por uma vasta e heterogênea rede de aliados que contribuiriam em vários aspectos, por exemplo, com aparato militar e com o seu corpo administrativo existente. A mesma estratégia foi aplicada anos depois pelos primeiros reis helenísticos, que tiveram que afinar suas representações reais de acordo com as expectativas de seus heterogêneos grupos de súditos. Assim como eles, as adoções de certos aspectos culturais persas por Alexandre se arranjam como um grande guarda-chuva cultural e ideológico, o qual, no entanto, a princípio se mantém helênico por essência (STROOTMAN, 2011). Como salientou Lane Fox (2004), mesmo tendo que incluir orientais em sua performance política, aproximando-se de seus novos aliados, Alexandre permaneceu como um grego por natureza.

Para exemplificar essa estratégia adotada por Alexandre, entre uma quantidade significativa de episódios, decidiu-se pela escolha de três momentos durante a expedição asiática caracterizados por uma aproximação do rei aos costumes orientais com o intuito de evidenciar que não houve tentativa de sucessão da coroa persa: i) adoção da genuflexão; ii) uso do culto ao fogo sagrado persa; iii) adoção de certos itens típicos persas.

Primeiro, a tentativa da adoção da *proskynesis* por Alexandre. De acordo com Heródoto (1.134), era fácil identificar se dois persas pertenciam à mesma classe. Caso fossem iguais, se davam um beijo nos lábios; caso pertencessem a esferas ligeiramente distintas, se davam um beijo no rosto; mas se estivessem em classes muito diferentes, o mais humilde deveria prestar obediência, curvando-se diante do outro sujeito hierarquicamente superior. Portanto, na cultura persa, o ato da genuflexão se configurava como gesto comum, prestado em respeito a um indivíduo de classe superior e diante do Grande Rei, que não costumava ouvir aqueles que não se curvassem para ele (THEM., 27.4-5). Todavia, para os gregos, curvar-se diante de uma pessoa, fosse ela da realeza ou não, era um ato de extrema humilhação, blasfêmia e, por vezes, de natureza cômica (GREEN, 2013). Além do mais, para os gregos, a genuflexão era um símbolo de submissão do povo persa diante do Grande Rei, que, segundo Walbank (1992), tinha, de fato, a maior autoridade. Mais especificamente, os macedônios não apreciavam tal forma de devoção e se orgulhavam de ser um povo liderado não pela força, e sim pela persuasão (DROYSEN, 2010). O ato de curvar-se, portanto, era aceito apenas diante de uma figura divina (BRIANT, 2002). Ilustrando isso, cita-se mais uma passagem de Heródoto (7.136), na qual representantes espartanos recusam-se a se prostrar diante de Xerxes: “[...] na presença do rei, quando os guardas determinaram para que eles se curvassem, eles disseram que nunca fariam isso [...] uma vez que não era o seu costume praticar tal gesto para um mortal [...]”.

Segundo Arriano (4.9.8-9; PLUT. *Alex.*, 52.7), após a morte de Dario e a prisão do usurpador Besso, Alexandre teria oferecido um banquete para promover a sua imagem, sugerindo aos gregos que ele deveria ser visto como um deus, e não como um homem. Diante de um constrangimento relatado por Arriano após o discurso de um sofista da corte que pregava essa distinção, Calístenes teria se exaltado e pronunciado que o gesto de se prostrar era incompatível com os costumes gregos, de modo que não poderia ser praticado diante de um mortal, como Alexandre, mas apenas diante de deuses, dado que estes estavam muito além dos homens e não poderiam ser tocados.¹⁰³

Refletindo sobre isso, como ponto de partida, sabe-se que a *proskynesis* não apenas fez parte de uma tradição persa, mas se constituía como costume mesopotâmico muito mais antigo e que, portanto, já estava fixado naquele meio mesmo antes do seu estabelecimento pela dinastia Aquemênida (LANE FOX, 1973; COLLINS, 2012). Dessa maneira, é possível entender a tentativa da adoção da genuflexão como uma atitude com fins práticos, e não ideológicos, isto é, com o propósito de aproximar e incluir seus novos súditos em seu novo império. Afinal, os persas estavam acostumados com esse tipo de prática e se prostraram diante de Alexandre desde o início. Logo, dar continuidade a essa tradição, sem dúvida, se configuraria como um gesto de empatia e inclusão, necessários para a construção de um império heterogêneo.

Ainda assim, todo o evento não passou de um experimento do rei, que se mostrou mal-sucedido, tendo em vista que, nas fontes que relatam o acontecimento, Calistenes é identificado como aquele que exprimiu tudo que os macedônios não tinham coragem de falar (PLUT. *Alex.*, 54.2; ARR., 4.12.1). Como prova desse caráter experimental, Alexandre não arriscou a lealdade de seus macedônios apenas pela *proskynesis*, já que, mais uma vez, a sua adoção era apenas motivada por fatores práticos. Não tendo sido bem recebida, a implementação dessa prática foi logo abandonada: “Ao recusar ferozmente a prosternação, Calistenes [...], dissuadindo Alexandre de adotar esta prática, livrou os gregos de uma grande vergonha, e Alexandre de uma humilhação maior ainda” (PLUT. *Alex.*, 54.2).¹⁰⁴ Caso Alexandre almejasse, de fato, suceder a Dario, a insistência na prática da genuflexão seria um movimento natural e necessário, uma vez

¹⁰³ No episódio que se seguiu, conhecido com “conspiração dos pajens”, cujo objetivo seria assassinar Alexandre, Calístenes foi acusado de ser um dos líderes. O resultado da fracassada tentativa foi a execução de cinco pajens e de Calístenes, que tinha a função de registrar a expedição asiática. A participação do sobrinho de Aristóteles na conspiração nunca foi comprovada, mas sua radical posição contra a tentativa de Alexandre de introduzir a genuflexão entre os macedônios durante um banquete pode ter levado a seu nome constar entre os conspiradores.

¹⁰⁴ No original, em grego: ἀλλὰ τὴν γε προσκύνησιν ἰσχυρῶς ἀπωσάμενος καὶ φιλοσόφως, καὶ μόνος ἐν φανερῶ διελθὼν ἃ κρύφα πάντες οἱ βέλτιστοι καὶ πρεσβύτατοι τῶν Μακεδόνων ἠγανάκτουν, τοὺς μὲν Ἕλληνας αἰσχύνῃς ἀπήλλαξε μεγάλῃς, καὶ μείζονος Ἀλέξανδρον.

que fazia parte de uma longa tradição, no entanto não foi isso que aconteceu. O seu abandono se traduz como uma evidência de seu caráter pragmático, e não, como dito, ideológico.



Figura 4 – Súdito presta obediência ao rei Assírio Salmaneser III

Museu Britânico

Segundo, o uso herético do fogo sagrado por Alexandre. De acordo com Heródoto (1.131), os cultos ao fogo, ao sol, à lua, à água e ao vento eram os alvos originais dos sacrifícios feitos pelos persas. O fogo, em particular, era considerado sagrado e de alguma maneira divino, estando o seu culto intimamente ligado ao poder real e tendo sido gravada nos relevos das tumbas reais a imagem do Grande Rei próximo de altares com o fogo aceso (COLLINS, 2008; BRIANT, 2002; FREDRICKMEYER, 2000). A ligação entre o fogo sagrado e a vida do Grande Rei é confirmada no relato de autores antigos. Diodoro registra que era costume entre os persas apagar o que eles chamavam de fogo sagrado (ἱερὸν πῦρ) após a morte de seu rei. Em outra passagem, Xenofonte também preserva a importância do fogo sagrado para a representação do Grande Rei, ao descrever a ordem dos itens presentes em uma procissão real do rei Ciro:

Os persas ficavam do lado direito da rua, enquanto os outros aliados ficavam à esquerda [...]. Na sequência dos touros, vinham os cavalos, um sacrifício ao Sol [...]. Após isso, se apresentava uma terceira carruagem com cavalos cobertos por tecidos de cor púrpura e, atrás, homens carregando o fogo em um altar sagrado. Logo em seguida, o próprio rei Ciro aparecia nos portões em sua carruagem, usando a sua tiara [...].¹⁰⁵ (XEN. *Cyr.*, 8.3.9-13)

¹⁰⁵ No original, em grego: ἔστασαν δὲ Πέρσαι μὲν ἐκ δεξιᾶς, οἱ δὲ ἄλλοι σύμμαχοι ἐξ ἀριστερᾶς τῆς ὁδοῦ, καὶ τὰ ἄρματα ὡσαύτως τὰ ἡμίσεια ἐκατέρωθεν[...]μετὰ δὲ τοὺς βοῦς ἵπποι ἤγοντο θῦμα τῷ Ἡλίῳ[...]μετὰ δὲ τοῦτο ἄλλο τρίτον ἄρμα ἐξήγετο, φοινικίσι καταπεπταμένοι οἱ ἵπποι, καὶ πῦρ ὀπισθεν αὐτοῦ ἐπ' ἐσχάρας

No trecho acima, é perceptível a importância simbólica atribuída ao fogo e sua relação próxima com a imagem do Grande Rei, tendo em conta o seu lugar de destaque na procissão real, aparecendo logo antes de Ciro, como se o estivesse apresentando aos seus súditos (persas e não persas). O grande simbolismo do fogo na tradição persa ainda pode ser apreendido nos relatos de Quinto Cúrcio (3.3.14), quando este narra a sequência da marcha militar liderada por Dario III: “A ordem da marcha era como se segue. Primeiro, em um altar de prata, era carregado o fogo, que eles chamavam de sagrado e eterno”.¹⁰⁶ Aqui, mais uma vez, o fogo tem papel de destaque, abrindo caminho para as forças persas, só que já na época de Alexandre, ou seja, a sua importância ainda era presente quando da conquista da Ásia pelo rei macedônio durante o reinado do último rei aquemênida.

Desse modo, é interessante observar como Alexandre se apropriou dessa tradição. Como visto, o culto ao fogo era sagrado para os persas e sua existência estava vinculada à vida do Grande Rei, de modo que, com a sua morte, a chama deveria ser apagada. Sabendo disso, caso Alexandre tivesse a ambição de tomar para si diante dos persas a coroa aquemênida, o cuidado com essa tradição deveria ser guardado com atenção. No entanto, segundo Diodoro (17.114.4-5), após a morte de seu companheiro Hefestion, Alexandre ordenou que todos os focos de fogo sagrado fossem apagados, fato que causou estranheza aos persas, dado que Hefestion não estaria à altura desse gesto, afinal não era rei. Essa informação se revela de fundamental importância, uma vez que evidencia que Alexandre (que a essa altura dificilmente desconhecia o simbolismo e o significado desse culto para os aquemênidas, ainda mais sob uma perspectiva de que o rei macedônio é pintado como pretendente a sucessor de Dario) não apenas não se identificava como o novo rei persa, como também não parece ter mostrado interesse em ser representado como tal para os súditos persas, tendo em vista a sua falta de preocupação com o uso do fogo sagrado. Portanto, o seu uso da tradição do culto ao fogo não se configura como tentativa de se apresentar como sucessor da linha dinástica persa, mas, ao contrário, revela certa despreocupação a esse respeito.

Terceiro, a adoção de certos itens usados pelos reis persas, após a batalha da Gaugamela e a morte de Dario, também é costumeiramente interpretada como maneira usada pelo filho de Filipe II de se apresentar como sucessor dos aquemênidas. Entende-se aqui, contudo, que a

μεγάλης ἄνδρες εἶποντο φέροντες. ἐπὶ δὲ τούτοις ἤδη αὐτὸς ἐκ τῶν πυλῶν προουφαίνετο ὁ Κῦρος ἐφ’ ἄρματος ὀρθὴν ἔχων τὴν τιάραν [...].

¹⁰⁶ No original, em latim: *Ordo autem agminis erat talis. Ignis, quem ipsi sacrum et aeternum vocabant, argenteis altaribus praeferebatur.*

adoção de itens tradicionais da realeza persa se deu a partir de uma construção pragmática, com o propósito principal de incluir a Pérsia na zona de influência de seu novo poder real (HAMMOND, 1986). Dessa forma, essas adoções se comportam como mais uma ferramenta importante para a construção de uma autorrepresentação, na qual a incorporação de aspectos culturais de grupos étnicos distintos é usada com funções políticas.

Alexandre adotou alguns artigos do vestuário da corte persa, no entanto nenhum item ligado única e exclusivamente ao Grande Rei. Entre os mais simbólicos, o diadema, que terá a adoção analisada com mais cuidado à frente, mas, a título de exemplo, pode-se citar o cinto persa (*zone*) (DIOD., 17.77.5; PLUT. *Alex.*, 51.5). Para os gregos, o uso do cinto da maneira como os persas usavam poderia parecer demasiadamente efeminado (CURT., 3.3.18), todavia a explicação para a sua adoção está no alto significado da peça para os persas. O *zone* tinha grande simbolismo, remetendo à ideia de lealdade e laço entre as hierarquias superiores e inferiores, de modo que a sua apropriação se configurava como um instrumento poderoso no tocante aos aspectos de submissão e dominação da cultura persa (COLLINS, 2012), e não se comportava como um costume grotesco aos olhos gregos.

Outro item adotado por Alexandre foi o trono persa, importante insígnia do Grande Rei, diversas vezes representado sentado em seu trono. No mundo grego, o trono não fazia parte, de maneira corrente, da tradição monárquica, mesmo assim foi apropriado pelo macedônio e ganhou grande significado simbólico – tendo em mente o evento relatado por Arriano (7.24.3) no qual o rei é perturbado após um homem se sentar em seu trono. Sobre essa adoção, sabe-se que o uso do trono não foi prerrogativa dos Grandes Reis, mas faz parte também de uma antiga tradição mesopotâmica. Dessa forma, a sua apropriação por Alexandre pode ser caracterizada não apenas como a apropriação de um costume persa, mas também babilônico (COLLINS, 2012), por exemplo, ou assírio. Logo, o que se apreende é que o seu uso se assemelha mais a uma tentativa de estabelecimento de uma nova monarquia com fortes aspectos mesopotâmicos (natural para quem almejava constituir um novo império universal) do que a um esforço de emulação da coroa quemênida, simplesmente.

Nesse sentido, nas próprias fontes que registram o uso por Alexandre de itens persas, em nenhum momento é suscitada a ideia de que isso representaria uma tentativa de sucessão. Plutarco (*Alex.*, 45.1) afirma que o uso de vestimentas bárbaras, por exemplo, foi primeiro empregado, pois Alexandre julgava ser importante se aproximar dessas populações, adotando seus costumes, isto é, um ato de natureza prática. Quinto Cúrcio usa o argumento da “terra conquistada pela lança”, sublinhando que Alexandre usou esses elementos como espólios da guerra contra os persas (*spolia Persarum*), de modo a ressaltar a sua posição de vitorioso diante

de seu adversário derrotado, portanto não como um gesto de sucessão. Diodoro (17.77.4-7), Justino (12.3.8-12) e Arriano (4.7.3-5) atribuem o uso de diversos símbolos persas à tentativa de imitação da luxúria e extravagância oriental, e não a um exercício pragmático de apropriação do legado dos Grandes Reis.

Além disso, mesmo tendo adotado alguns artigos utilizados pelos reis persas, Alexandre fez a opção de excluir outros de sua nova indumentária real. Plutarco (*Alex.*, 45.1) faz referência a essa ação quando diz que Alexandre decidiu não adotar a vestimenta meda, que seria demasiadamente bárbara, excluindo, assim, a calça, a tiara e a túnica – também a camisa de manga longa (DIOD., 17.77.4). Portanto, Alexandre teria optado de modo pragmático por uma forma intermediária entre a forma meda e persa. Melhor dizendo, por mais que o rei macedônio tenha incorporado itens estrangeiros (e também práticas como a genuflexão e o uso do fogo sagrado), alheios aos gregos, essa conversão não foi completa, mas limitada a um propósito estratégico claro de aproximação dos estrangeiros.

2.2 Atitudes negligenciadas por Alexandre que evidenciam a sua despreocupação em suceder a Dario como o novo Grande Rei

A monarquia dos aquemênidas, à época da invasão macedônica, já cumpria a sua soberania como dinastia Persa havia mais de dois séculos. Naturalmente, com o passar do tempo, o caráter simbólico e institucional desse poder monárquico foi se tornando mais forte e aparente. A necessidade de cumprimento de certos rituais para a legitimação do rei não é exclusividade dos Grandes Reis. Ritos de passagem e de práticas para a manutenção do poder são comuns nas mais diversas formas de monarquia ao redor do globo e ao longo da história. Décadas depois do fim do Império Aquemênida, os reis do período helenístico, segundo Strootman (2007), estavam preocupados com cerimoniais e rituais que cumpriam um papel de fundamental importância para o exercício de sua soberania, constituindo-se como base para a sua representação monárquica. Os rituais serviam, dessa forma, para a criação da personagem do monarca e da ideologia do império, de modo a convencer a sua corte, seu heterogêneo corpo de súditos e não súditos da sua existência. Após a morte de Ptolomeu IV, por exemplo, Políbio (15.25.3) descreve o processo de sucessão cumprido por Ptolomeu V, que, como de costume (*ethos*), após a cremação do antigo rei, anunciou a sua morte e ordenou que a audiência entrasse em luto para, apenas assim, no dia seguinte, receber o diadema e ser proclamado rei. Ao encontro disso, Bertelli (2001) resgata uma passagem escrita por um cortesão de Luís XVI que exprime a importância de certas práticas para a existência do modelo monárquico:

Cerimônias são o mais importante suporte para a autoridade real. Caso se acabe com o esplendor que cerca o monarca, ele será apenas um homem comum aos olhos da multidão, porque a população reconhece sua soberania não pela sua virtude, mas pelo ouro e pela pompa que o cerca. (BERTELLI, 2001, p. 4)

Ao vislumbrar se tornar o sucessor dos aquemênidas, Alexandre da Macedônia deveria se preocupar em, no mínimo, passar pelos caminhos necessários para uma sucessão nos moldes de uma sucessão regular persa e para a manutenção desse poder. Do contrário, como ele poderia ser visto pelos persas como pertencente a essa tradição? Neste tópico, analisa-se uma série de eventos que demonstram que Alexandre negligenciou aspectos importantes da cultura persa, de modo a assinalar que o rei macedônio tinha outros objetivos que não a sucessão de Dario III.

2.2.1 O não cumprimento do ritual de iniciação em Pasargadae¹⁰⁷

Na biografia do Grande Rei Artaxerxes, Plutarco (ARTAX., 3.1) reporta um ritual de iniciação de um novo monarca persa em Pasargadae: “Pouco tempo depois da morte de Dario, o novo rei fez um expedição à cidade de Pasargadae, onde recebeu a iniciação real pelas mãos dos sacerdotes persas”.¹⁰⁸ O ritual descrito por Plutarco (*Artax.*, 3.1-2) consistiria em uma forma de iniciação composta por uma série de práticas simbólicas e minuciosas, em que o pretendente ao trono deveria se dirigir primeiro ao templo de uma deusa, que aos olhos gregos seria Atena, em seguida, vestir o manto usado por Ciro antes de ele se tornar rei, comer um bolo de figos, mascar folhas de terebinto e beber um copo de leite azedo.¹⁰⁹ Além disso, havia outras práticas desconhecidas pelos estrangeiros (ἄδηλόν ἐστι τοῖς ἄλλοις).

Como visto, ao pretendente ao trono da Pérsia era requerido passar por uma cerimônia real de iniciação constituída por vários detalhes necessários para essa transformação em Pasargadae, na qual a continuação da dinastia *via* Ciro era ponto central. Contudo, a partir da leitura das fontes que registram a passagem de Alexandre pela cidade fundada por Ciro, o rei

¹⁰⁷ Cidade fundada por Ciro após a consumação da vitória contra o rei persa Astíages, onde foi construído um grande palácio em memória a essa conquista (τῆς νίκης μνημεῖον) (Strab., 15.3.8). Portanto, cidade de significativa importância simbólica para a dinastia dos Aquemênidas.

¹⁰⁸ No original, em grego: ὀλίγω δ' ὕστερον ἢ τελευτῆσαι Δαρεῖον ἐξήλασεν εἰς Πασαργάδας ὁ βασιλεὺς, ὅπως τελεσθῆι τὴν βασιλικὴν τελετὴν ὑπὸ τῶν ἐν Πέρσῃσι ἱερέων.

¹⁰⁹ No original, em grego: ὀλίγω δ' ὕστερον ἢ τελευτῆσαι Δαρεῖον ἐξήλασεν εἰς Πασαργάδας ὁ βασιλεὺς, ὅπως τελεσθῆι τὴν βασιλικὴν τελετὴν ὑπὸ τῶν ἐν Πέρσῃσι ἱερέων, ἔστι δὲ θεᾶσπολεμικῆς ἱερόν, ἦν Ἀθηναῖαν ἂν τις εἰκάσειεν. εἰς τοῦτο δεῖ τὸν τελούμενον παρελθόντα τὴν μὲν ἰδίαν ἀποθέσθαι στολὴν, ἀναλαβεῖν δὲ ἦν Κύρος ὁ παλαιὸς ἐφόρει πρὶν ἢ βασιλεὺς γενέσθαι, καὶ σύκωνπαλάθης ἐμπαγόντα τερμίνθου κατατραγεῖν καὶ ποτήριον ἐκπιεῖν ὄξυγάλακτος.

macedônio parece não ter passado – nem mesmo se preocupado em passar – por alguma cerimônia nesses termos que incluísse a instituição da lamentação pública diante da morte do antigo Grande Rei (CURT., 10.5.18) e os rituais realizados em Parsargadae (PLUT. *Artx.*, 3.1). Na realidade, na passagem pela cidade persa, a ênfase que é dada nos relatos antigos se concentra no encontro de Alexandre com a tumba destruída do Grande Rei Ciro (ARR., 6.29.4-5; STRABÃO, 15.3.7-8; PLU. *Alex.*, 69.3-7).

A tumba do primeiro soberano aquemênida estava localizada no parque real da cidade (*paradeisos*), rodeada por diversos tipos de árvores e com uma porta tão estreita que apenas permitia a entrada de um homem de proporções pequenas (ARR., 6.29.4). Havia também uma inscrição em palavras persas que dizia: “Mortal, eu sou Ciro, filho de Cambises, que fundou o Império Persa e que foi o rei da Ásia, não me inveje, nem a meu monumento”.¹¹⁰ Alexandre teria ficado descontente com a condição em que se encontrava a tumba do antigo rei persa, na qual restaria apenas o sarcófago, que já teria sido violado, e um divã (*kline*). Assim, Aristóbolo, segundo Arriano (6.29.4-9), reporta que teria sido encarregado de colocar a tumba em ordem e recolocar o que fora tirado de lugar e que Alexandre teria torturado os responsáveis por assistir ao local (*magos*) com o objetivo de encontrar os culpados pelo saque, mas sem obter sucesso.¹¹¹

A atenção de Alexandre com o estado da tumba de Ciro relatada nas fontes revela a preocupação do rei em agir de maneira benevolente diante de outro rei. Essa postura se mostraria vantajosa para Alexandre, uma vez que apresentava o rei aos persas como uma figura à altura de Ciro – alvo de admiração, que provou ser um homem sábio e feliz (Xen. *Cyr.*, 1.1) para os persas e também para os gregos –, isto é, pode ser entendida como mais um gesto estratégico de aproximação com o intuito de ser aceito como novo líder. Entretanto, efetivamente, uma cerimônia de iniciação nos moldes do ritual ao que foi submetido Artaxerxes descrito por Plutarco com o propósito de aquisição do legado persa não é relatada em Pasargadae, o que sugere uma não tentativa de sucessão da coroa aquemênida.

2.2.2 A não adoção do título de Rei dos Reis, ou qualquer outro título persa

¹¹⁰ No original, em grego: ὦ ἄνθρωπε, ἐγὼ Κῦρός εἰμι ὁ Καμβύσου ὁ τὴν ἀρχὴν Πέρσας καταστήσάμενος καὶ τῆς Ἀσίας βασιλεύσας. μὴ σὺν φρονήσῃς μοι τοῦ μνήματος.

¹¹¹ Em Plutarco (*Alex.*, 69.3), o culpado pelo saque da tumba real não era um desconhecido, tampouco persa, mas um macedônio de Pela chamado Poulamacos, que logo teve a sua execução decretada pelo rei.

Em sua obra sobre a vida de Demétrio, Plutarco (2.5.3) faz um registro de fundamental importância: “[...] e certamente o rei Alexandre [...] nunca se proclamou Reis dos Reis, ainda que muitos reis tenham recebido essa posição e título dele [...]”.

Sabe-se que entre os títulos mais usados pelos reis persas estava o título de Rei dos Reis (COLLINS, 2008), que se configura como uma proclamação à altura das pretensões dos aquemênidas, ou seja, o controle de toda a terra conhecida. Além dessa titulação, os reis persas adotaram vários outros títulos com o mesmo caráter, tais quais: Grande Rei (DNa; XPh; DSf); Rei dos quatro cantos da terra (CB); Rei dessa Terra (DSf); Rei de todos os povos de nobres origens (XPh); Rei da terra e além (XPh); Rei dos povos (DSf; DBa); Rei do mundo (CB). Em oitenta e três esparsas inscrições publicadas por Ronald Kent em 1961, foram contabilizadas cinquenta e uma aparições de “Grande Rei”; trinta e nove de “Rei dos Reis”; “Rei dos povos” e variantes foram trinta e sete; e “Rei da Terra” e variantes, vinte e cinco vezes (FREDRICKSMEYER, 2000). Sobre isso, conclui-se que, além da tentativa de impregnar na titulação oficial a ambição de soberania sobre a terra, havia uma considerável quantidade de títulos que variaram pouco em seu sentido ao longo dos anos.

Todos esses títulos faziam parte da titulação oficial de um rei aquemênida, contudo nenhum deles foi adotado por Alexandre, fato que naturalmente deveria ter ocorrido caso o rei macedônio desejasse se converter no sucessor de Dario III.¹¹² A passagem de Plutarco acima nesse sentido é crucial, afinal ele afirma que o título “Rei dos Reis” (um dos mais comuns nas inscrições dos reis aquemênidas) não foi incorporado por Alexandre em nenhum momento. A constatação de que esse título não foi apropriado pelo macedônio, no entanto, pode ser encarada de forma mais abrangente. Em outras palavras, quando Plutarco faz a afirmação de que Alexandre em nenhum momento assumiu o título “Reis dos Reis”, uma interpretação possível, como defende Fredricksmeyer (2000), é a de que o historiador grego talvez não estivesse apenas se referindo a esse notório título em distinção aos outros, mas como um representativo de todos os outros graus adotados pelos reis persas, tendo em vista a sua relevância. Desse modo, a passagem seria um indicativo de que Alexandre não teria adotado nenhum título persa.

Sabendo que não existem evidências da adoção por Alexandre de títulos aquemênidas, mas apenas o registro de sua não adoção, conclui-se que o rei macedônio não se chamava e também não se fazia chamar de Grande Rei, o que sugere sua não tentativa de emulação da realeza persa.

¹¹² Curiosamente, apesar do fato de Alexandre ter rejeitado a titulação usada pelos reis persas, tendo em vista a sua desvinculação da coroa aquemênida, observa-se que alguns subsequentes reis helenísticos adotaram para si essa pomposa titulação, como Antíoco I, que adotou o título de *Basileus megas Atiocos* (COLLINS, 2008).

2.2.3 O não cumprimento das honras devidas a Ahura-Mazda

De acordo com uma inscrição de Dario I localizada em Persépolis:

Ahura-Mazda é grande, é o maior entre todos os deuses, que criou o céu e a terra, que criou os povos, que deu toda a prosperidade aos homens que viviam abaixo, que fez de Dario rei, e deu ao rei Dario a realeza sob esta vasta terra, onde há nobres países: a Pérsia a Média e outros países [...]. [DPg] (LEQOQ, 1996, p. 187)

Em outra inscrição do rei Dario, em Behiston, encontra-se: “O rei Dario declara: Honras a Ahura-Mazda, eu sou o rei Dario, Ahura-Mazda me concedeu a realeza” [DB5] (LEQOQ, 1996, p. 101).

Sabe-se que a comunhão entre o Grande Rei e Ahura-Mazda é abordada com abundância nas inscrições dos soberanos persas. Levando isso em consideração, podem-se estabelecer alguns pontos. Primeiro, Ahura-Mazda era a autoridade divina máxima no imaginário religioso persa, afinal, “entre todos os deuses ele é o maior”¹¹³ (pelo menos a partir do reinado de Dario I). Segundo, o Grande Rei persa era a figura encarregada de representar o divino e fazer a intermediação entre o deus e a terra, tendo recebido todo o seu poder dele.

A intermediação com os deuses não é uma novidade persa, posto que há certa abundância de exemplos. Mais ao Oriente, a título de exemplo, os reis da antiga dinastia Zhou, na China, estavam submetidos aos desígnios divinos e fornecem algumas das primeiras evidências dessa noção de mandato divino (SHAUGHNESSY, 1999). Além disso, na Babilônia, sabe-se que a legitimação real dependia da veneração aos deuses locais, que se encarregavam de selecionar os reis, eleitos pelo deus Marduk, que durante o primeiro milênio assumiu papel de destaque no cenário político/religioso babilônico (COLLINS, 2013). No caso do Império Persa, como defende Briant (2002), a mais poderosa ideologia da dinastia Aquemênida, sem dúvida, dizia respeito à colaboração entre o poder real e o divino. Os Grandes Reis recebiam todo o seu poder e a sua autoridade sobre outros povos mediante sua relação com Ahura-Mazda, sendo, assim, o elo entre o mundo terreno e o plano superior. Ao encontro disso, Leqoq (1996) ressalta que a principal função de Ahura-Mazda, conforme tradição mesopotâmica, era justamente garantir a legitimidade do Grande Rei, direito divino (*Gottesgnadentum*), logo,

¹¹³ Figura também vista pelos autores gregos como Zeus. “Eles chamam todo o círculo do paraíso de Zeus, a quem eles oferecem sacrifícios nos pontos mais altos das montanhas [...]” (HDT., 1.131).

todas as ações do rei (vitórias militares, supressão de revoltas, domínio sob outros povos) se deviam à vontade do deus, supremo, mas não único.

Como evidência dessa posição do rei persa, em uma passagem de Xenofonte (*Cyr.*, 1.5.6) sobre o primeiro ato de Ciro como soberano, lê-se: “Agora que havia sido escolhido, seu primeiro ato foi consultar os deuses: e não até ele ter feito os sacrifícios e receber os presságios, ele não escolheu seus duzentos homens”.¹¹⁴ Nessa passagem, fica clara a condição de intermediador que o rei detém, tendo em vista que suas ações são motivadas e justificadas mediante a legitimação do divino.

Dessa maneira, caso Alexandre gozasse de alguma pretensão de sucessão, sua relação com Ahura-Mazda deveria ser próxima, de modo a ele passar a ser o responsável por fazer a ligação entre o deus e a Terra, como de costume entre os reis persas. Afinal, a coroa aquemênida era concedida ao soberano persa pelo próprio Ahura-Mazda. Entretanto, defende-se aqui que Alexandre conquistou parte do território asiático, incluindo o Império Persa, não com a ambição de dar continuidade à dinastia de Dario, mas, de acordo com as evidências sobreviventes, como um grego que fundava algo novo. Assim sendo, Alexandre, desde o início da campanha, realizou uma série de cerimônias, sacrifícios e rituais em momentos cruciais para os deuses do panteão greco-macedônico, e não para os deuses persas. Por exemplo, foram os deuses gregos que ele evocou em sua chegada à Ásia (DIOD., 17.17.2-3). Foram esses mesmos deuses que ele também utilizou em sua reivindicação da Ásia nas correspondências com Dario III (ARR., 2.14.7) e, principalmente, foi em honra a eles que Alexandre fundou o desejo de conquistar a Ásia para punir os persas antes de tudo (POL., 3.16.3). Em outras palavras, Alexandre, em nenhum momento da expedição, performou algum ritual ou fez honras a Ahura-Mazda, como se esperaria, caso almejasse ser o novo soberano aquemênida. Logo, as evidências vão ao encontro da tese defendida.

2.2.4 A não adoção da tiara *orthe* (*kidaris*; *kitaris*; *kyrbasia*) persa

Em sua comédia *As aves*, Aristófanes faz uma comparação curiosa entre a crista de um galo e a *kyrbasia orthe*¹¹⁵ do Grande Rei. Na trama, as aves têm inteligência superior e já haviam (tempos antes) governado todo o mundo, bem como a todos os homens, sendo um

¹¹⁴ No original, em grego: ἐπεὶ δὲ ἡρέθη τάχιστα, ἦρχετο πρῶτον ἀπὸ τῶν θεῶν: καλλιεργησάμενος δὲ τότε προσηρέϊτο τοὺς διακοσίους.

¹¹⁵ Vários termos são utilizados por diversas fontes de origem grega e latina em momentos distintos em referência ao adereço (WIESEHÖFER, 2009).

desses antigos soberanos o rei Dario I, simbolizado na história como uma ave, um galo, devido a sua longa crista, comparada aqui com a tiara real persa. Na narrativa, o “rei galo” é descrito de forma jocosa como uma personagem facilmente reconhecida por qualquer um por meio do maior símbolo de seu poder, posto de forma evidente em sua cabeça, a sua tiara ereta (crista). O rei seria tão orgulhoso e poderoso, tendo governado um Estado tão vasto e forte, que mesmo após a queda de seu grandioso império, ainda quando canta pela manhã, acorda todos os mortais (AR. Av., 485).

Sobre a tiara persa, antes de tudo, cabe fazer uma distinção. O adereço genérico “tiara” não era de uso incomum na comunidade aquemênida e em seus vizinhos, sendo, inclusive, usado por várias camadas da sociedade (M. ROAF, 1983; NIESWANDT, 2009). O próprio Xerxes teria presenteado o povo de Abdera com uma tiara revestida de ouro com o objetivo de ganhar a sua fidelidade (HDT., 8.120). No entanto, a tiara utilizada de forma exclusiva pelo Grande Rei, como relatada na comédia de Aristófanes, se diferenciava de todas as outras por ser ereta – *orthe* –, isto é, com o topo erguido, provavelmente, mediante suportes internos, por isso chamada de *tiara orthe* – *kidaris*; *kiraris*; *kyrbasia* (SHAHBAZI, 2011).

Para o desenvolvimento do argumento, faz-se necessário apurar dois pontos centrais sobre a questão que cerca o uso dessa tiara pelos reis persas com o propósito de averiguar as atitudes de Alexandre. Primeiro, verificar se, de fato, a tiara era utilizada pelos reis persas como insígnia constitutiva do seu poder real. Segundo, verificar a sua exclusão por Alexandre.

Sobre o primeiro ponto, em uma passagem de Arriano (3.25.3), lê-se: “[...] alguns persas encontraram Alexandre e disseram que Besso estava usando a tiara (τιάραν ὀρθήν), vestido em trajes reais, chamando a si mesmo de Artaxerxes, ao invés de Besso [...]”.¹¹⁶ Em outra passagem, Plutarco (*Artax.*, 26.2) descreve o processo de sucessão do Grande Rei Artaxerxes da seguinte maneira: “[...] ele [Artaxerxes] proclamou Dario, então com cinquenta anos de idade, o seu sucessor e, assim, deu a ele a sua permissão para usar a tiara (κίταριν ὀρθήν), ou kitaris, como era chamada”.¹¹⁷

Essas duas passagens se mostram de significativa importância ao passo que revelam que a tiara *orthe* persa cumpria um destacado papel de legitimação para os reis persas, sendo, inclusive, essencial no processo de sucessão. No caso reportado por Arriano, a adoção por Besso (que após Gaugamela se autoproclamou o sucessor de Dario) da tiara real se configura

¹¹⁶ No original, em grego: ἐν τούτῳ δὲ ἀφικνοῦνται παρ’ αὐτὸν Περσῶν τινες, οἱ ἡγγελλον Βῆσσον τήν τε τιάραν ὀρθήν ἔχειν καὶ τήν Περσικὴν στολὴν φοροῦντα Ἄρτοξέρξην τε καλεῖσθαι ἀντὶ Βῆσσου [...].

¹¹⁷ No original, em grego: ἀνέδειξε τὸν Δαρεῖον βασιλέα πεντηκοστὸν ἔτος γεγονότα, καὶ τήν καλουμένην κίταριν ὀρθήν φέρειν ἔδωκε [...].

como gesto estratégico, dada a sua necessidade de logo se identificar como o novo rei aquemênida. Besso era um ex-sátrapa e, portanto, conhecia bem os predicados de um Grande Rei. Assim, ao incorporar, de pronto, a tiara *orthe*, fornece forte indício da sua importância para a legitimação de um rei aquemênida, afinal seu propósito era anunciar aos persas a sua sucessão direta como novo membro da dinastia fundada por Ciro II.

Na passagem de Plutarco, observa-se um papel semelhante para o uso da *kitaris orthe*. Quando Artaxerxes confere a sua sucessão real a Dario, a ele e apenas a ele é autorizado o uso dessa insígnia, portanto o objeto parece materializar em si o poder real persa, uma vez que não tinha o seu uso autorizado a qualquer outra pessoa, a não ser àqueles diretamente ligados à monarquia. É interessante notar, a partir desse trecho, que a tiara real era utilizada não apenas pelo Grande Rei, mas também pelo seu sucessor imediato (WIESEHÖFER, 2009), fazendo parte constitutiva, portanto, do ritual de sucessão da monarquia.

Esse uso da tiara ereta exclusivo é, mais uma vez, reforçado na descrição feita por Xenofonte dos trajes usados por Ciro: “Em seguida, o próprio rei Ciro aparecia em uma carruagem, usando a sua tiara (ὀρθὴν ἔχων τὴν τιάραν) e a sua túnica branca com uma listra branca, apenas usadas pelo rei [...]”¹¹⁸ (XEN. *Cyr.*, 8.3.13).

Aqui, Xenofonte narra a ordem de uma procissão real, na qual o rei é apresentado com todos os seus símbolos reais, como o fogo sagrado, e entre essas insígnias é citada, em posse do próprio Ciro, a tiara *orthe*. Novamente, a tiara aparece entre os principais símbolos de identificação do soberano persa, mas agora com um adendo: desde a remota época do primeiro Grande Rei.

Além disso, Arriano (6.29.3) fala sobre certo medo chamado Baryaxes, que teria sido condenado à morte por Alexandre em sua chegada a Pasargadae por ter se rebelado contra o rei macedônio, após ter usado a sua *kidaris* de forma ereta, assim como os Grandes Reis.

Sabendo da forte identificação e importância da tiara real para a monarquia aquemênida, cabe agora refletir sobre o ponto dois: afinal, Alexandre adotou a tiara real? Inicialmente, sabe-se que, caso Alexandre desejasse se apresentar como novo soberano aquemênida, a incorporação da tiara *orthe* a sua indumentária oficial seria necessária, dado que essa peça, como visto, se revela importante instrumento de legitimação monárquica, e deixá-la de fora comprometeria a sua sucessão como novo rei dos persas (basta recordar que Besso se apropriou da tiara ao tentar usurpar o poder para si). Entretanto, o que se observa é que, entre os itens

¹¹⁸ No original, em grego: ἐπὶ δὲ τούτοις ἤδη αὐτὸς ἐκ τῶν πυλῶν προφαίνεται ὁ Κύρος ἐφ’ ἄρματος ὀρθὴν ἔχων τὴν τιάραν καὶ χιτῶνα πορφυροῦν μεσόλευκον (ἄλλω δ’ οὐκ ἔξεστι μεσόλευκον ἔχειν.

excluídos por Alexandre da sua remodelada vestimenta real, está presente a tiara. Sobre isso, Plutarco destaca:

No entanto, ele não adotou a vestimenta meda, que era totalmente bárbara e estrangeira; ele não usou o calção, nem a túnica, nem a tiara, mas escolheu uma veste intermediária entre a dos medos e a dos persas,¹¹⁹ mais simples que a segunda, mais majestosa que a primeira. (PLUTARCO. *Alex.*, 45.2)¹²⁰

Na passagem, é posto que Alexandre elaborou uma mistura estratégica entre os trajes orientais, de sorte a não parecer demasiadamente estrangeiro (DIOD., 17.77.5). Nesse processo, optou, naturalmente, pela exclusão de certos objetos em favor de outros e, entre os itens preteridos pelo rei, estava a tiara. Nesse trecho, Plutarco não se refere especificamente à tiara ereta – *kidaris*, *kitaris*, *kyrbasia orthe* –, mas apenas genericamente ao adereço “tiara”, utilizado por outros membros da corte, que não necessariamente o Grande Rei. Contudo, infere-se daí que o rei macedônio não adotou tiara persa alguma, muito menos a *kidaris orthe*. A sua não adoção pode ser justificada por dois motivos principais: primeiro, como relatado por Plutarco, Alexandre procurou não parecer muito bárbaro aos olhos gregos e, como fora observado na comédia de Aristófanes, o uso da tiara real pelos Grandes Reis era bem conhecido na Grécia e visto como algo cômico/estranho por parte da sociedade grega, ao ponto de fazer parte de uma peça de comédia, sendo comparada à crista de um galo. Logo, a sua adoção despertaria estranheza. Segundo, como apontado, a tiara ereta era de uso exclusivo da monarquia persa, isto é, usá-la seria reivindicar para si o legado aquemênida, uma vez que o adereço, inclusive, fazia parte do processo de sucessão, e Alexandre, pelo contrário, não deu indícios claros, ao longo de sua expedição, de que esse era o seu objetivo. Caso não fosse assim, se o rei desejasse ocupar o cargo de novo rei persa, a adoção da tiara seria o ato simbólico mais importante a se fazer, o que provavelmente não teria passado despercebido da forma como se encontra nos relatos disponíveis.

Assim, ao não incorporar à sua indumentária real o grande símbolo da realeza persa, Alexandre fornece uma forte pista sobre quais seriam as suas pretensões. A sucessão à coroa aquemênida não parece fazer parte de tais pretensões, mas, sim, a construção de um novo tipo

¹¹⁹ Apesar de o texto de Plutarco dizer que Alexandre misturou trajes medos e persas, é discutida a questão se o grego não teria cometido um erro ou se o texto não teria sido adulterado, diante da forma que seria a correta: macedônicos e persas. Isso porque o próprio Plutarco, em *De Fortuna Alexandri*, se contradiz ao afirmar que Alexandre não aprovava os costumes medos, mas aceitava os trajes persas. Além disso, esse relato é inconsistente com as informações obtidas em Diodoro, que também teria se utilizado dos relatos de Cleitarco (COLLINS, 2008).

¹²⁰ Cf. ARR., 4.7.3-5; DIAL. *Mort.*, 12.4.

de poder monárquico no qual outra insígnia teria de ser incorporada e ressignificada de modo a se tornar o novo grande símbolo de seu poder.

3 O diadema: símbolo fundador de uma nova era

It's also true that a particular ritual or symbol is never fixed or fossilized; instead, it changes and develops along with the society that expresses but not entirely comprehend it. It's very obscurity may assure it effectiveness. (BERTELLI, 2001, p. 2)

A morte do rei Alexandre da Macedônia é entendida há muito, por parte ampla da historiografia, como momento inaugurador de uma nova era. O período cunhado por Droysen como helenístico, que abarca o espaço temporal compreendido entre a morte de Alexandre III (323 a.C.) e a da última e mais revisitada rainha helenística, Cleópatra VI^{121 122}(30 a.C.), é marcado não somente pela criação de novas dinastias, mas também de novas formas de poder real no Mediterrâneo e na região mesopotâmica, uma vez que abrigaram em seu seio diversas tradições, como a grega e as pertencentes à antiga e heterogênea zona de influência persa. A criação desse novo *tipus* monárquico esteve estreitamente atrelada à figura do rei macedônio, tendo em conta que foi fundado a partir dos espólios territoriais das conquistas levadas a cabo por Alexandre e que os primeiros reis helenísticos eram a princípio os seus *hetairoi*, que dividiram o grande território conquistado a troco de muitas manobras políticas e reviravoltas.

Nesse cenário de legitimação de novas dinastias, o diadema cumpriu papel de protagonismo, tendo se tornado “o atributo visual central dos reis helenísticos” (LICHTENBERGER, 2009, p. 9), uma vez que se portava como o grande símbolo real – *regalia* – do período em comunhão com o título de *basileus* (ambos adotados amplamente pelos primeiros reis helenísticos a partir de 307-306 a.C.). A adoção do diadema como atributo fundamental do novo período pode ser explicada pelo fato de o adereço ter ganhado, ainda durante a vida de Alexandre, grande importância para a sua representação monárquica. Logo, a sua adoção pelos diádocos, em seguida, se configura como tentativa natural da apropriação do legado de seu antigo rei. Com isso posto, uma análise do diadema é central para o entendimento não somente do período helenístico, mas também para cercar questões importantes sobre os objetivos do filho de Filipe.

Neste capítulo, dedicado ao diadema, coloca-se como objetivo central demonstrar que a adoção de uma nova *regalia* por Alexandre, que dialogava com todas as porções de seu grande império, fortalece a tese defendida de que ocorria ali a criação de algo novo, de um novo império

¹²¹ Devido à grande variação da enumeração das rainhas e reis do Egito, adota-se aqui o padrão adotado por Bevan (1968).

¹²² A datação para o fim do período helenístico pode variar em função da bibliografia selecionada, dada a diferença dos parâmetros de interpretação escolhidos.

universal, diferente de seus antecessores mesopotâmicos (ainda que seguisse uma tradição mesopotâmica) e distinto da tradicional monarquia macedônica. Para tanto, serão usadas as fontes disponíveis para a análise do adereço, que se resumem às fontes escritas – em sua maioria, bastante posteriores à vida de Alexandre e que, muitas vezes, se contradizem acerca do assunto –, à iconografia que traz consigo o diadema e às moedas cunhadas durante as primeiras décadas do período helenístico, as quais revelam detalhes importantes sobre a representação real helenística e resgatam a imagem de Alexandre como rei.

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, dividir-se-á a argumentação da seguinte maneira: primeiro, exposição do objeto e sua relação com o rei Alexandre, com o objetivo de demonstrar a significativa importância adquirida pelo diadema para a representação real de Alexandre ainda em vida; segundo, problematização das teorias que cercam a origem da insígnia (grega ou persa), com o fim de estabelecer a influência exercida em Alexandre para a adoção do diadema; terceiro, contextualização e análise da apropriação do maior símbolo da nova monarquia de Alexandre após sua morte pelos seus generais, os novos reis helenísticos, de modo a verificar uma nova forma de poder real forjada a partir das conquistas do antigo rei da Macedônia.

3.1 O diadema e Alexandre

3.1.1 A estética do adereço

Antes de maior reflexão sobre os significados e implicações do uso do diadema, mostra-se de grande importância reservar um pouco de atenção para a descrição do que era o objeto “diadema” adotado por Alexandre (e, em seguida, pelos reis helenísticos), com o fito de facilitar a compreensão acerca do tema. De início, é interessante notar como o adereço se revela, em um primeiro olhar, no mínimo curioso, dada a sua desproporcionalidade, explicada pela radical oposição entre a complexidade de seu significado e a simplicidade de sua forma. Isso porque, se, por um lado, o diadema real detinha grande relevância simbólica para Alexandre e para os reis helenísticos, sendo verificado, inclusive, na historiografia antiga que o ato de amarrar a fita na cabeça marcava a própria assunção da realeza, do mesmo modo que o ato de tirar o diadema simbolizava, por vezes, nas fontes, a queda do rei (DIOD., 31.15.2; PLUT. *Luc.*, 28.5-6; *Aem.*, 23.1); por outro, com relação a sua estética, o diadema revela-se um objeto de surpreendente simplicidade, sem complexidade ornamental e de fácil uso. Nesse sentido, por ser feito de pano, e não de metal ou de pedras preciosas, infere-se que Alexandre, assim como os reis helenísticos,

possuíam, inclusive, mais de um diadema, devido à fragilidade do adereço (HAAKE, 2009). Logo, o objeto de estudo se configura como um adorno simples e que, por essa razão, poderia parecer para algum desavisado um objeto desprovido de importância, quando, na realidade, se trata de um símbolo muito valioso para a compreensão das conquistas de Alexandre e das monarquias helenísticas, diante do seu significado oculto, presente detrás de sua forma.

A palavra “diadema” tem origem no verbo grego *diadeo*, que significa “amarrar ao redor”, e é primeiro usada nesses termos e em fontes relacionadas a Alexandre por Xenofonte em sua descrição dos trajes utilizados pelo fundador da dinastia Aquemênida, Ciro II (XEN. *Cyr.*, 8.3.13). Como objeto, o diadema pode ser descrito no referido contexto como uma simples e estreita fita, feita de pano, que poderia variar, tanto na época de Alexandre quanto em todo o período helenístico, nas cores branca, púrpura e branca com detalhes em dourado, ou púrpura. A fita era amarrada com um nó acima da testa, deixando duas longas faixas soltas sobre a nuca (STROOTMAN, 2007; HAAKE, 2009; COLLINS, 2012). Na Figura 5, de modo a exemplificar o uso típico dessa insígnia real pelos reis helenísticos, observa-se uma moeda cunhada por Ptolomeu *Soter*, fundador da dinastia Ptolomaica e general de Alexandre, na qual é notada, na porção obversa, a representação do rei com o diadema real, posicionado acima da linha da testa e com uma perceptível sobra da fita na nuca, como de costume.



Figura 5 – Ptolomeu I - 305-283 a.C.

Fonte: SALZMANN, 2009, p. 362

Alexandre costumava usar o diadema junto com uma espécie de touca (chapéu) macedônica, chamada *kausia* (ARR., 7.22.1-4).¹²³ ¹²⁴ Ao contrário do diadema, a *kausia* se portava como um ornamento usado não apenas por Alexandre, mas também por toda a nobreza

¹²³ Apesar da explícita menção da *Kausia* usada em conjunto com o diadema por Alexandre, o uso dessa combinação antes da morte do rei macedônio é visto com desconfiança e rechaçado por parte da literatura especializada, sendo visto como uma projeção anacrônica do período helenístico (LICHTENBERGER, 2009).

¹²⁴ Ver também: *FGrH* 126 F 5.26-28 = Ath. 12.537e-538b.

macedônica desde de tempos mais remotos (COLLINS, 2012; LICHTENBERGER, 2009). No entanto, o uso em conjunto (*kausia* com um diadema) foi composição exclusiva real para Alexandre e, em seguida, para os reis subsequentes. Sobre isso, em um relato de Plutarco (*Dem.*, 41.4), há, inclusive, a descrição curiosa do uso da *kausia* em combinação com um diadema duplo pelo rei da Macedônia à época, Demétrio Poliorketes (306-283 a.C.). Para melhor visualização, na Figura 6 se observa o obverso de um tetradracma de prata que apresenta a imagem do rei da Bactria, Antímaco I, usando uma composição de trajes exclusivos dos reis helenísticos: a *kausia* macedônica, juntamente com o diadema real (*kausia diadematophoros*), da mesma maneira que teria sido usado por Alexandre.



Figura 6 – Antímaco I (185-170 a.C.)

American Numismatic Society

3.1.2 A adoção do diadema e a sua importância constatada ainda na vida de Alexandre

A adoção dessa fita têxtil como símbolo real aconteceu em dado momento durante a vida do rei Alexandre e, com o passar dos anos, ganhou grande importância ao ponto de se tornar o maior atributo identificador do seu novo império. A seguir, primeiramente, se questionará o momento em que o diadema teria sido incorporado como *regalia* pelo rei dos macedônios e o significado da adoção nesse instante. Adiante, a partir dos relatos encontrados nas fontes principais, se evidenciará essa importância supracitada para a representação monárquica adquirida pelo adereço, constatada já no fim da vida de Alexandre e na forma como o diadema foi usado pelos reis que o seguiram.

Sobre o momento da adoção do diadema pelo rei Alexandre, há, de um lado, uma tradição oriunda de Cleitarco, na qual é instituído que o diadema foi apropriado pelo rei

macedônio como mais um dos atributos persas adotados por ele após a morte de Dario (DIOD., 17.77.5-6; JUST., 12.3.8; CURT., 6.6.4; 6.6.5). Justino, por exemplo, relata que Alexandre adotava os trajes daqueles que ele mesmo conquistou, entre eles o diadema, o que causou certa perturbação entre os macedônios. Quinto Cúrcio escreve que a apropriação do diadema, assim como de outros trajes aquemênidas, se portava como a apropriação dos espólios de guerra dos derrotados, os persas. Essa narrativa do diadema persa foi adotada por parte da historiografia como uma evidência da sucessão de Dario por Alexandre, considerando a importância desse adereço para a representação real do rei macedônio. Contudo, como já explicitado,¹²⁵ o grande símbolo da monarquia persa era, na verdade, a *tiara orthe*, que quase certamente não foi um dos itens adotados por Alexandre dentre os que explicitamente são descritos nas fontes (PLU. *Alex.*, 45.2). Portanto, tal conexão é falha. Assim sendo, a versão de que o diadema teria sido incorporado oficialmente após a morte de Dario como mais um atributo persa não deve ser aceita precipitadamente (adiante se desenvolverão os argumentos contra o diadema real com de origem persa). Nesse sentido, Fredricksmeyer (1997) é enfático ao dizer que Cleitarco não é uma das fontes mais confiáveis, dado que sequer esteve presente durante a campanha de Alexandre na Ásia. Hammond (1986) diz que Cleitarco era, na verdade, um notório romancista e que esses relatos não podem ser vistos como relatos históricos confiáveis. Logo, Cleitarco teria cometido um erro de inferência ao concluir que o diadema fazia parte do conjunto de trajes e hábitos adotados por Alexandre, talvez pelo fato de o uso do diadema pelo rei e a sua incorporação de elementos estrangeiros terem sido informações amplamente conhecidas, o que poderia tê-lo levado a correlacioná-las. Isso posto, entende-se que a adoção do diadema provavelmente não ocorreu nesse momento, junto com outros trajes persas, mas um pouco antes da morte de Dario.

Assim como foi defendido por Fredricksmeyer (1997) e julgado como tese bastante plausível por Haake (2009), parece ser mais coerente inferir que o uso da fita que viria a se tornar o maior atributo do poder de Alexandre tenha acontecido logo após a batalha de Gaugamela, em Arbela, durante os banquetes oferecidos pelo rei, ou seja, cerca de um ano antes das alegações de adoção do diadema juntamente com outros trajes persas. Isso se explica, pois, como demonstrado anteriormente,¹²⁶ após a batalha derradeira contra Dario, Alexandre teria oferecido um grande banquete no qual teria adotado o título de *Basileus de tes Asias* e oferecido terras e riquezas aos seus macedônios, além de ratificar o seu compromisso com os gregos (PLUT. *Alex.*, 34.1). Apesar de não dar maiores detalhes, Justino (10.11.2) também menciona o

¹²⁵ Ver tópico 2.2.4.

¹²⁶ Ver tópico 2.1.3.

fato de que, após o êxito, Alexandre teria organizado uma imponente cerimônia formal. Sabendo disso, parece ser mais provável pensar que o grande banquete oferecido em Arbela se revela como um evento muito mais propício para a adoção pública daquele que viria a ser o seu maior símbolo, sendo esse momento um marco de ruptura, fortalecimento dos laços com o seus aliados e de adoção de uma nova titulação. Por conseguinte, por meio de uma interpretação contextualizada das fontes, a adoção oficial do diadema parece ter ocorrido nesse momento, e não após a morte de Dario, mesmo que isso não seja encontrado explicitamente nas fontes.

Tendo estabelecido o contexto de adoção do diadema em Arbela, ocupa-se agora de demonstrar a importância adquirida por esse objeto já durante a vida de Alexandre. Antes de tudo, em um fragmento de Epphippus (Ath., 12.537 e 538b), contemporâneo de Alexandre, Ateneu narra que o rei macedônio “quase todos os dias vestia um manto roxo, com um robe púrpura com uma listra branca, e a macedônica *kausia* atrelada ao diadema real”. O uso da expressão “diadema real” (*to diadema to basilikon*) por Epphippus se mostra como um indicativo importante de que, a partir de certo momento, de fato, o diadema já era apresentado como uma insígnia tipicamente real para Alexandre (COLLINS, 2008). Contudo, além disso, entende-se que mais do que um atributo componente do traje real, o diadema cumpria um papel legitimador da monarquia, sendo o seu principal atributo. Como exemplo disso, há uma passagem de Arriano localizada já ao fim da campanha – na Babilônia – bastante curiosa, mas também de grande importância para o tema:

Enquanto Alexandre navegava pelo pântano [...] um forte vento levou a sua *kausia* e o seu diadema preso a ele. A *kausia* por ser mais pesada afundou no rio, enquanto o diadema foi levado pela brisa até cair na água. [...] Por si só, isso já pareceu um presságio do destino. Além disso, um dos navegadores pulou para resgatar o diadema e, tendo chegado ao objeto, não conseguiu carregá-lo em suas mãos, uma vez que o molharia no momento em que fosse nadar. Logo amarrou o diadema na cabeça. A maioria dos historiadores (*anagrafantou*) relata que Alexandre recompensou o homem com um talento, mas ordenou que o homem fosse decapitado, já que os profetas aconselharam não deixar viva uma cabeça que havia possuído o diadema. Já Aristobulo relata que o homem recebeu um talento, mas foi açoitado por amarrar a fita na cabeça.¹²⁷ (ARR., 7.22.2-4)

¹²⁷ No original, em grego: τῶν βασιλέων τῶν Ἀσσυρίων τοὺς τάφους ἐν ταῖς λίμναις τε εἶναι τοὺς πολλοὺς καὶ ἐν τοῖς ἔλεσι δεδομημένους. ὡς δὲ ἔπλει Ἀλέξανδρος κατὰ τὰ ἔλη, κυβερνᾶν γὰρ αὐτὸν λόγος τὴν τριήρη, πνεύματος μεγάλου ἐμπεσόντος αὐτῷ ἐς τὴν καυσίαν καὶ τὸ διάδημα αὐτῇ συνεχόμενον, τὴν μὲν δὴ οἷα βαρυτέραν πεσεῖν ἐς τὸ ὕδωρ, τὸ διάδημα δὲ ἀπενεχθὲν πρὸς τῆς πνοῆς σχεθῆναι ἐν καλάμῳ: τὸν κάλαμον δὲ τῶν ἐπιπεφυκόντων εἶναι τάφῳ τινὶ τῶν πάλαι βασιλέων. τοῦτό τε οὖν αὐτὸ πρὸ τῶν μελλόντων σημεῖον καὶ ὅτι τῶν τῶν ναυτῶν ἐκνηξάμενος ὡς ἐπὶ τὸ διάδημα ἀφελὼν τοῦ καλάμου αὐτὸ μετὰ χειρὸς μὲν οὐκ ἤνεγκεν, ὅτι νηχομένου ἂν αὐτοῦ ἐβρέχετο, περιθεὶς δὲ τῇ κεφαλῇ τῇ αὐτοῦ οὕτω διήνεγκε. Καὶ οἱ μὲν πολλοὶ τῶν ἀναγραφάντων τὰ Ἀλεξάνδρου λέγουσιν ὅτι τάλαντον μὲν ἐδωρήσατο αὐτῷ Ἀλέξανδρος τῆς προθυμίας ἕνεκα, ἀποτεμεῖν δὲ ἐκέλευσε τὴν κεφαλὴν, τῶν μάντεων ταύτη ἐξηγησαμένων, μὴ περιθεῖν σώαν ἐκείνην τὴν κεφαλὴν ἧτις ἰ τὸ διάδημα ἐφόρησε τὸ βασιλείου:

Na passagem acima, é nítida a percepção de que o diadema materializava em si, já durante a vida de Alexandre, a síntese de seu poder monárquico, após as conquistas levadas a cabo na Ásia, uma vez que não poderia sequer ser colocado na cabeça de outra pessoa, senão a do próprio rei. Mais interessante ainda é perceber que Arriano não apenas descreve o evento a partir de apenas uma tradição historiográfica, na qual o homem é decapitado, mas também robustece a narrativa com a adição de outra tradição acerca do acontecimento, oriunda de Aristóbulo, que não narra a decapitação, mas ainda uma punição severa, o açoitamento. Logo, há motivos para se creditar o relato de Arriano como válido, o que clarifica a importância vital do diadema para Alexandre.

Ademais, em outro momento, durante um desentendimento com o exército macedônio deflagrado em Ópis, durante o retorno à Babilônia, em um discurso proferido pelo rei aos seus comandados, Arriano narra que o rei dos macedônios teria dito:

[...] Babilônia é de vocês, assim como a Bactria e Susa; a riqueza da Lídia, os tesouros da Pérsia, as coisas boas da Índia, o mar distante, tudo é de vocês [...]. Dessa forma, o que sobra para mim? De todas essas benesses eu fico apenas com esse manto roxo e o diadema? Eu não peguei nenhuma riqueza para mim [...].¹²⁸ (ARR., 7.9.8-9)

Esse trecho se torna muito significativo, já que, mais uma vez, desvela a proximidade estabelecida entre o rei Alexandre e o diadema. Na passagem, o rei se coloca em uma situação de benevolência diante dos seus macedônicos em função da crise causada pela dispensa de veteranos macedônicos,¹²⁹ dizendo que a ele não havia sido entregue nada, com exceção da própria realeza, aqui simbolizada pelo diadema. Sobre isso, cabe pontuar que, mesmo que

Ἀριστόβουλος δὲ τάλαντον μὲν ὅτι ἔλαβε λέγει αὐτόν, ἀλλὰ πληγὰς λαβεῖν τῆς περιθέσεως ἕνεκα τοῦ διαδήματος.

¹²⁸ No original, em grego: καὶ Βαβυλῶν καὶ Βάκτρα καὶ Σοῦσα ὑμέτερα, καὶ ὁ Λυδῶν πλοῦτος καὶ οἱ Περσῶν θησαυροὶ καὶ τὰ Ἰνδῶν ἀγαθὰ καὶ ἡ ἔξω θάλασσα ὑμέτερα: ὑμεῖς σατράπαι, ὑμεῖς στρατηγοί, ὑμεῖς ταξίαρχαι. ὡς ἔμοιγε αὐτῷ τί περίεστιν ἀπὸ τούτων τῶν πόνων ὅτι μὴ αὕτη ἢ πορφύρα καὶ τὸ διάδημα τοῦτο; κέκτημαι δὲ ἰδίᾳ οὐδέν, οὐδὲ ἔχει τις ἀποδείξει θησαυροὺς ἐμούς ὅτι μὴ ταῦτα.

¹²⁹ Parte da historiografia especializada apresenta esse evento ocorrido em Ópis como um motim. No entanto, a indisciplina deflagrada após o anúncio da dispensa de alguns veteranos (323 a.C.) não é entendida na presente pesquisa dessa forma, ou como uma revolta, nos sentidos estritos dos termos, por isso a supressão de tais terminologias para caracterizar o evento. A causa disso está no fato de esses conceitos trazerem à mente aspectos que não estão presentes na vida militar macedônica, como: obediência militar absoluta e separação de direitos e comportamentos entre cidadão macedônio e soldado macedônio. Nesse sentido, segundo Carney (1996), seus conceitos são um fenômeno moderno, que coincidem com o desenvolvimento dos Estados modernos nacionais e o ideal de separação do campo político e militar. Dessa forma, seu uso acarretaria um sentido anacrônico, na medida em que assume estruturas e valores não existentes no recorte histórico estudado. A questão a ser descrita é um ato de indisciplina, mas não no sentido atual, militar, na qual divergir de um indivíduo hierarquicamente superior significa, necessariamente, estar errado, ou fazer parte de um motim.

Arriano tenha descrito palavra por palavra o que Alexandre teria dito, o que poderia gerar suspeitas sobre a autenticidade do relato, deve-se pensar no sentido do discurso como um todo, sendo o uso exato das palavras apenas um recurso retórico, comum quando se trata de historiografia antiga. No caso, é perceptível que Arriano, apoiado em fontes próximas temporalmente ao rei Alexandre, tem o intuito claro de transmitir a índole do rei macedônio e, para tanto, estabelece uma relação direta entre a monarquia e a insígnia, diadema.

A importância do diadema para a representação de Alexandre ainda pode ser verificada em relatos que narram eventos ocorridos após a morte do rei. Um exemplo claro disso é exemplificado no relato de Quinto Cúrcio, em um discurso de Filipe Arrideu, no qual o irmão de Alexandre, na incômoda posição de novo rei macedônio, faz um apelo para que se chegasse a uma solução harmônica sobre a divisão do império e da coroa macedônica:

Então, com lágrimas nos olhos, ele tirou o diadema de sua cabeça e estendeu-o em sua mão direita, para que caso alguém julgasse ser mais merecedor da realeza que pegasse. Essa atitude aflorou grande esperança sobre o seu caráter, que antes daquele dia estava obscurecido diante da fama do irmão. (QUINTO CÚRCIO, 10.8.20)

Nas palavras de Quinto Cúrcio, o diadema, mais uma vez, é usado como o símbolo materializador do poder de Alexandre, sendo a sua apropriação a própria assunção do legado do rei macedônio. Esse relato vai ao encontro de outros que versam sobre momentos posteriores à morte do rei e sugerem a importância desse adereço para a realeza de Alexandre (DIOD., 18.60.5; 61.3; ARR. *Dem.*, 53.2-18). Essas passagens são de grande importância para a verificação do uso do diadema como insígnia central para a representação do filho de Olímpia, pois, apesar de narrarem eventos *post mortem*, é fundamental salientar que, para os seus sucessores, o *nomos* implantado pelo rei ainda era válido e deveria ser utilizado com propósitos de legitimação política.¹³⁰

Dessa forma, seguindo a conceituação feita por Strootman (2007), pode-se definir o diadema, durante o reinado de Alexandre e após a sua morte – com o estabelecimento dos reis subsequentes –, como um objeto que se enquadra no conceito de *regalia*. Isto é, um atributo utilizado exclusivamente pelo sujeito que ocupa a posição de rei, um símbolo monárquico *par excellence*. Tais objetos imbuídos dessa qualidade se tornam capazes de transformar homens em personificações do poder real, conferindo-lhes essa legitimidade. Assim sendo, comunicam aos súditos o carisma e o *status* do rei, de modo a tornar conceitos ideológicos visíveis a todos.

¹³⁰ Ver BOSWORTH, 2006, p. 21.

Logo, o diadema deve ser encarado como uma típica *regalia*, afinal, cumpria todas essas exigências, tendo sido um objeto materializador – exclusivo – do poder monárquico de Alexandre, como verificado acima.

3.2 Origens do diadema

Sabe-se que Alexandre passou a utilizar o diadema como uma *regalia* após suas conquistas na Ásia e que esse adereço, portanto, ao final de sua vida, simbolizava em si a sua própria monarquia. No intuito de desenvolver essas conclusões, a pergunta fundamental para a compreensão tanto do diadema quanto da própria lógica de poder implantada por Alexandre é: afinal, qual é a origem do diadema? Tal pergunta é central para qualquer pesquisa que cerque questões relacionadas ao poder real de Alexandre, uma vez que se questiona o caráter simbólico proposto pelo rei para a sua nova monarquia, o que pode esclarecer a ideia do tipo de poder que estava sendo forjado. No entanto, essa indagação ainda permanece como ponto de ampla divergência na historiografia especializada. A seguir, serão discutidas as principais teorias sobre a origem do diadema, visitando seus argumentos fortes e seus pontos fracos. Desse modo, pretende-se, ao fim, esboçar uma explicação coerente para a questão, de maneira a fortalecer a tese defendida de que Alexandre criava um novo império universal.

3.2.1 Origem macedônica

Entre as teorias que cercam a origem do diadema helenístico, a que estabelece uma origem exclusiva com a monarquia macedônica é certamente a mais desacreditada. No entanto, como se demonstrará, uma investigação sobre o uso do diadema no âmago da dinastia Argeada pode contribuir em muito para uma melhor e mais ampla compreensão no que diz respeito ao seu significado.

Nesse sentido, o diadema seria apenas uma continuidade promovida pelo rei Alexandre de uma mais antiga tradição macedônica. Isso se explicaria naturalmente, pois Alexandre ainda era, por um lado, um rei macedônio, herdeiro do posto e dos planos de Filipe II. Dessa maneira, após as conquistas na Ásia, o diadema poderia ser traduzido como uma continuidade do legado macedônico, isto é, um símbolo procedente dos costumes argeadas, dado que também foi usado como insígnia legitimadora pelos antigônidas na própria Macedônia. Na tentativa de identificar essa possível tradição, poder-se-ia sugerir como evidência, por exemplo, o chamado “medalhão

de Tarso”, no qual provavelmente está representada a imagem do pai de Alexandre, Filipe II, usando o típico diadema componente do traje real helenístico.



Figura 7 – Medalhão de Tarso, Filipe II

Fonte: LICHTENBERGER, 2009, p. 166

Além disso, uma evidência possível para uma origem macedônica do diadema seria outra representação de Filipe II, agora em mármore, também utilizando um diadema:



Figura 8 – Filipe II

Fonte: LICHTENBERGER, 2009, p. 164

No entanto, essas duas evidências não correspondem à época de Filipe II, tampouco à de Alexandre, uma vez que são datadas do período romano (LICHTENBERGER, 2009). Logo, metodologicamente, não poderiam ser utilizadas como evidências conclusivas para um período

pré-helenístico, no que diz respeito ao uso do diadema antes de Alexandre, dado que soam como projeções anacrônicas do período romano, ainda mais quando estão ligadas a uma figura tão próxima ao próprio Alexandre, e não a um rei macedônio mais distante.

Além dessas fontes, algo de fato intrigante ocorreu quando, durante o final dos anos 1970, uma pesquisa arqueológica liderada por Andronikos teria desvelado a famosa e suposta tumba de Filipe II em Aigai, antiga capital macedônica.¹³¹ Isso porque, entre os objetos encontrados, um objeto feito de metal semelhante a um diadema foi descoberto, levantando suspeitas sobre quem ali havia sido velado e a função real do diadema na corte macedônica.



Figura 9 – Diadema dourado

Museu Arqueológico de Thessaloniki

Apesar de esse objeto realmente parecer simular uma fita de pano, devido aos detalhes cravados no metal, a sua ligação com o diadema helenístico foi vigorosamente refutada por Ritter (1965), o que foi, em seguida, sustentado por Lichtenberger (2009) e Fredrickmeyer (1997). A razão disso está no fato de que, levando em consideração tudo o que se sabe sobre o diadema, em nenhum momento este é apresentado, ou mesmo representado, como peça de metal ou pedra valiosa (mesmo em parte). Logo, o objeto encontrado estaria mais próximo a um artifício usado para a fixação da *kausia*, como pode ser aferido na chamada cabeça de *Kalymnos*, uma vez que podia ter o diâmetro ajustado. Dessa forma, se trataria de um atributo usado por qualquer homem em posição social mais elevada, inclusive, o próprio rei, mas não como uma *regalia*, como o diadema de Alexandre e dos reis helenísticos.

Em combinação com a falta de evidências, ainda se poderia trazer à tona uma passagem rápida de Justino (12.3.8), na qual é posto que o diadema incorporado por Alexandre, durante a sua campanha à Ásia, não era sequer conhecido pelos reis da Macedônia antes dele. Desse modo, parece ser mais coerente assumir que uma explicação somente focada na tradição

¹³¹ O verdadeiro dono desse sepulcro permanece como um ponto de divergência na bibliografia especializada (ANDRONIKOS, 1979; FREDRICKSMEYER, 1997; LICHTENBERGER, 2009).

macedônica para a origem do diadema de Alexandre não vai ao encontro das evidências disponíveis. Ainda que se saiba da existência de fitas que eram amarradas ao redor da cabeça em uma Macedônia pré-helenística,¹³² como é atestado, por exemplo, nas moedas cunhadas em Pella e Amphiopolis, no século V a.C., essas parecem estar mais ligadas à tradição grega das chamadas fitas da vitória (*Siegerbinde*), e, por isso, não há razões para validar o argumento de que seriam exclusivas do rei, mas apenas um adereço de distinção social, dado que nas referidas moedas a identificação do rei é obscura (LICHTENBERGER, 2009). Melhor dizendo, o diadema adotado pelo rei Alexandre e incorporado pelos reis helenísticos não tem origem exclusiva em tradição oriunda da Macedônia.

3.2.2 Origem grega

A ideia de que o diadema helenístico foi aderido em função de uma origem grega é ampla, subdividindo-se em uma procedência advinda do deus Dioniso, posição adotada por Fredricksmeier (1997), e uma origem nas chamadas *tainai*, ou *stephanoi*, isto é, as fitas da vitória gregas, tese argumentada por Alföldi (1985). Nesse contexto, o diadema, ressignificado no período helenístico, teria sido incorporado por Alexandre em um esforço de se colocar como um conquistador grego diante de seus novos súditos. Essa ideia não parece de todo estranha, afinal, como já demonstrado, as fontes fornecem vários indícios de que o novo império arquitetado por Alexandre, apesar de se configurar como um império universal heterogêneo, se comportava como uma ideia construída a partir de alicerces gregos. Nessa lógica, a porção grega da zona de influência do rei macedônio, em todos os momentos da expedição, recebeu atenção especial do rei.¹³³

De modo a investigar uma origem em Dioniso para o diadema, um forte argumento usado para a defesa dessa tese é a proximidade conhecida entre Alexandre (e toda a dinastia Argeada) e essa divindade.¹³⁴ Primeiro, no relato de Heródoto (8.137.1-138.3), Dioniso teria recebido um papel especial na mitologia da própria fundação da dinastia Argeada.¹³⁵ Segundo, é relatado em Plutarco (*Alex.*, 2.6) que Olímpia, mãe de Alexandre, era uma grande devota do

¹³² Moedas macedônicas cunhadas durante o século V a.C. apresentam rostos com uma fita amarrada que não parece corresponder ao diadema, como era usado pelos reis helenísticos, o que sugere a não existência de uma tradição macedônica estabelecida para o diadema.

¹³³ Ver tópico 1.2.3.

¹³⁴ Cf. STROOTMAN, 2007, p. 370,

¹³⁵ Isso, caso considerarmos que, quando Pérdicas recebe legitimidade real para reinar na Macedônia do deus Helios, ele o recebe a partir de uma manifestação de Dioniso. Como suporte a essa tese, existem evidências do culto a Dioniso-Solar na Trácia, ao norte da Macedônia (FREDRICKSMEYER, 1997).

deus, tendo sido “afetada por essas possessões divinas mais do que qualquer outra mulher”. E terceiro, foi durante a sua estadia na Macedônia, no seio da corte argeada, que o tragediólogo, Eurípedes, escreveu *As Bacantes*, tragédia que tem como personagem central o deus Dioniso. Tendo observado isso, Fredricksmeier (1997) defende que Alexandre teria iniciado sua campanha contra os persas usando como o seu modelo de herói o próprio Dioniso, e o diadema se comportaria nesses termos como uma materialização desse desejo.

Voltando-se para as fontes, de modo a desenvolver essa ideia, cita-se o relato de Plínio, o Velho, que, em sua *História Natural*, destaca em uma breve passagem: “*Liber Pater* instituiu a compra e a venda, e também o emblema da realeza, o diadema, e a processão triunfal”¹³⁶ (*Nat.*, 7.191). Em outra fonte literária, Diodoro também confirma uma origem dionisíaca para o diadema real:

Além disso, para impedir as dores de cabeça causadas pelo excesso de bebida, dizem que ele [Dioniso] usava uma fita (Mitra) ao redor da cabeça, e essa era a razão para ele ser chamado de *Mitrephorus*, e teria sido essa fita que teria permitido tempos depois a introdução do diadema dos reis.¹³⁷ (DIOD., 4.4.4)

Em dois autores, portanto, podemos encontrar expressamente uma genealogia do diadema real ligado ao deus Dioniso. Plínio faz uso do termo latino *Pater Liberis*, uma referência direta ao deus grego Dioniso, incorporado ao panteão romano¹³⁸ (BRUHL, 1953). Diodoro institui um processo transformador sofrido pelo adereço que passaria primeiro pela *mitra* dionisíaca até o seu desenvolvimento como diadema real, como usado pelos diádocos. Além disso, Diodoro sugere que sua informação é proveniente de fontes diferentes (*legusin*), o que pode contribuir para o fortalecimento de sua credibilidade. No entanto, como visto acima, Diodoro, em outro momento (17.77.5-6), fornece outra versão e escreve que o diadema de Alexandre seria oriundo dos trajes persas adotados pelo rei macedônio após a morte de Dario. Essa contradição enfraquece a narrativa de Diodoro, ao mesmo tempo em que indica que essas duas tradições coexistiam durante o período helenístico.

Ainda diante do relato de Diodoro, é interessante ressaltar que, apesar de se saber que as histórias sobre a incursão de Dioniso na Ásia foram amplamente conhecidas em uma Macedônia pré-Alexandre (COLLINS, 2012), o que é usado como um indício para localizar o

¹³⁶ No original, em latim: *emere ac vendere, iastituit Liber pater, idem diadema, regium insigne, et triumphum invenit.*

¹³⁷ No original, em grego: πρὸς δὲ τὰς ἐκ τοῦ πλεονάζοντος οἴνου κεφαλαλγίας τοῖς πίνουσι γινομένας διαδεδέσθαι λέγουσιν αὐτὸν μίτρα τὴν κεφαλὴν, ἀφ’ ἧς αἰτίας καὶ μιτρηφόρον ὀναμάζεσθαι: ἀπὸ δὲ ταύτης τῆς μίτρας ὕστερον παρὰ τοῖς βασιλεῦσι καταδειχθῆναι τὸ διάδημά φασι.

¹³⁸ Ver também TAC. *Hist.* 5.5.

diadema real de Alexandre como insígnia com origem na mitra de Dioniso, Diodoro não faz nenhuma relação entre a adoção da mitra pelo deus e a conquista da Ásia; pelo contrário, ele diz que a fita seria apenas usada para aliviar as dores de cabeça provocadas pelo excesso de ingestão de bebida alcoólica. Logo, nesses termos, uma possível adoção da mitra por Alexandre como símbolo de sua invasão na Ásia em referência à jornada de Dioniso por essas terras, como defende Fredricksmeier, não faz sentido, uma vez que tal relação não existiria.

Na iconografia grega, Dioniso é tipicamente retratado com um ramo de flores e com uma fita amarrada em sua cabeça, posicionada no meio da testa, mitra.¹³⁹ Acerca disso, cabe salientar que o uso dessa fita se torna, em meados do século V a.C., não apenas um atributo integral de sua representação, mas também um atributo exclusivo (MEYER, 2009). Abaixo, alguns exemplos nos quais Dioniso é representado com uma fita na testa.

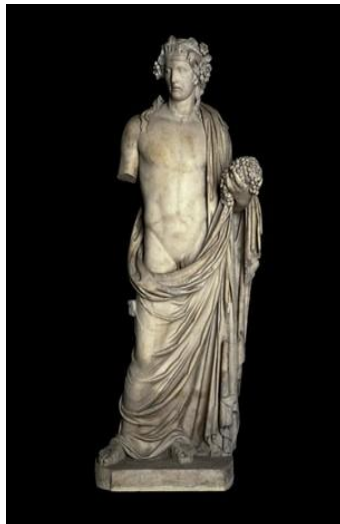


Figura 10 – Cópia romana de original grego do século III a.C.

Museu Britânico



¹³⁹ A representação iconográfica de Dioniso sofre um processo de mudança ao longo dos séculos VI e IV a.C. Nesse período, o deus era apenas representado com um ramo de flores na cabeça, mas ao longo do século V a.C., entra em cena a fita amarrada em sua testa (MEYER, 2009).

Figura 11 – Sicília, Naxos (430-420 a.C.)

Coleção particular

Nesse sentido, sabendo da forte ligação entre Dioniso e um adereço amarrado ao redor de sua cabeça, uma evidência usada para identificar o diadema real oriundo de Dioniso é uma representação feita por Ptolomeu do antigo rei macedônio, na qual Alexandre aparece com os atributos comuns ao deus (escalpo de elefante e os chifres de âmbar), incluindo a mitra:



Figura 12 – Representação de Alexandre III por Ptolomeu I (305-283 a.C.)

Museu de Berlim

Contudo, uma defesa para a origem do diadema em Dioniso enfrenta sérios problemas de forma. Primeiro, como pôde ser observado, a mitra usada por Dioniso era usada na testa, abaixo da linha do couro cabeludo, isto é, ao contrário do diadema real helenístico, que era usado acima da testa. Segundo, a sobra da fita que cai sobre a nuca, característica do diadema helenístico, não é observada na iconografia de Dioniso com o seu uso da mitra (RITTER, 1987). Assim, conclui-se que, na representação de Alexandre feita por Ptolomeu, Alexandre é apresentado como Dioniso, portando uma mitra (assim como outros atributos do deus), mas, pelos motivos já apresentados, esse adereço não se relaciona diretamente com o diadema real adotado por ele e usado por Ptolomeu depois como uma *regalia*. Esses pontos de distinção são importantes dado que uma possível falta de critério com os detalhes da representação real não se ajusta com a lógica do referido contexto, na qual a legitimação mediante atributos simbólicos era algo de grande importância, sendo manejado de forma cuidadosa.

Logo, sobre a mitra de Dioniso, entende-se que foi associada com o deus já em um período bem anterior à época de Alexandre, mas que era um objeto distinto do diadema real

devido a sua possível ligação com a ingestão de bebida, e não com a conquista da Ásia, e também a sua forma, significativamente diferente do diadema helenístico (COLLINS, 2008).

Outra possibilidade para uma origem grega do diadema helenístico está nas fitas gregas da vitória, *tainai*, que costumeiramente eram amarradas ao redor da cabeça dos atletas gregos vencedores em competições esportivas. Lehman (2009) defende que essa tese faz sentido, pois os novos reis helenísticos estavam, antes de tudo, inseridos em uma tradição aristocrática grega na qual a vitória na prática esportiva já fazia parte do quadro habitual da vida da elite. Sabendo disso, teria se observado com o passar do tempo uma transferência do caráter simbólico do adereço de uma esfera esportiva para uma esfera política, em que uma ideologia da vitória advinda da vida social no *gymnasium* é incorporada a uma ideologia legitimadora. Essa ideologia teria influenciado fortemente os reis helenísticos, que, dessa forma, eram comumente representados como verdadeiros vencedores em combate. Nesse sentido, a *tainai* seria esse elemento grego de legitimação política que identificava o rei como um vitorioso. Logo, diadema, oriundo dessas fitas distribuídas aos vencedores, se portaria como um elemento helenizador usado pelos reis helenísticos diante de seus novos súditos não gregos – movimento do qual ainda faziam parte outros elementos da Paideia grega, como o teatro e a poesia.

De maneira a refletir sobre essa tese, na Figura 13, observa-se uma cópia de mármore de uma escultura de Policleto, Diadúmeno, do século V a.C., que se caracteriza como exemplar típico do uso da fita da vitória grega distribuída em competições esportivas do período clássico.



Figura 13 – Diadúmeno, cópia romana (século II d.C.)

Museu Britânico

Tendo observado a disposição da fita da vitória na Figura 13, agora se vê uma escultura datada do período helenístico, na qual está representado o rei Ptolomeu V em posição de vantagem em uma luta contra um adversário:

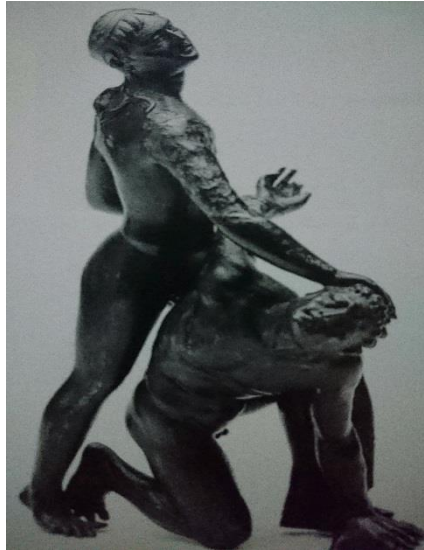


Figura 14 – Ptolomeu V

Fonte: LEHAMN, 2007, p. 198

Na Figura 14, o rei Ptolomeu V é representado não apenas como um atleta, mas como um atleta vitorioso no combate corpo a corpo. De fato, assim como a imagem sugere, o conceito de vitória se comporta como tema central para a representação real helenística, sendo o grande interesse grego pela competitividade esportiva o seu maior fator influenciador (STROOTMAN, 2007). Todavia, o diadema não se revela exatamente como o mesmo adereço que a fita da vitória grega, uma vez que, como inferido a partir da observação das duas imagens, esses dois objetos diferem muito em sua forma e uso. Em Diadúmeno, o atleta é representado com uma fita posicionada na parte central da testa sem nenhuma sobra atrás (nesse sentido, a fita da vitória se assemelha mais à mitra dionisíaca, sendo, inclusive, por vezes, correlacionada com ela). Na figura de Ptolomeu, o rei aparece trajando o maior símbolo de seu poder, o diadema, em uma posição condizente, isto é, amarrado acima da testa com duas longas sobras sobre a nuca. Assim sendo, o rei se comporta como um típico rei helenístico, revestido pela aura de vitória em combate, e não usa uma fita da vitória para representar-se dessa forma, mas um diadema real, o grande atributo de sua posição.

Além disso, outro problema verificado para a identificação da origem do diadema na *tainai* seria o fato de que a fita da vitória, ao contrário do diadema, se caracteriza por ser um

adereço de caráter estritamente individual, entregue a um atleta por um feito esportivo específico. O diadema real se configura como um atributo político passado de geração em geração, detendo, assim, a função de transmitir o poder real de um indivíduo para outro (CURT., 10.6.4; DIOD., 18.60.5). Sabendo disso, a tese de que o uso *tainai* está na origem do diadema falha também pela falta de evidências de que tenha existido em algum momento conexão entre essa fita da vitória e o poder político (COLLINS, 2008). Assim, a identificação direta do diadema tendo as suas origens apenas na fita da vitória grega é problemática.

Posto isso, ainda cabe dizer que, para além das especificidades da mitra dionisíaca e da fita da vitória grega, uma adoção do diadema com uma origem somente grega não faria sentido algum em se tratando de uma insígnia que se comportava como o símbolo materializador de um poder monárquico que tinha um alcance que ia muito além das fronteiras gregas, não apenas com Alexandre, mas também com os seus sucessores. Caso o diadema o fosse, apenas não poderia ter o efeito esperado, ou seja, de legitimação, tendo em conta que, em insígnias reais, deve estar presente a ideologia invisível que valida politicamente quem as usa e, em um diadema de origem estrita grega, os componentes não gregos do império não se identificariam. Logo, uma concepção da origem do diadema em uma fonte exclusivamente grega, seja ela por Dioniso, ou pela fita da vitória, parece errada desde o princípio.

3.2.3 Origem persa

A teoria mais popular para a origem do diadema é aquela que compreende que a insígnia foi adotada a partir de uma influência persa sobre Alexandre, e seu maior defensor foi Ritter (1965; 1987).¹⁴⁰ para quem Alexandre emularia com o uso da *kausia* e do diadema a combinação tipicamente persa da tiara com o diadema. Sobre isso, de acordo com Novák, cabe ressaltar que existia na Mesopotâmia, havia muito tempo, uma tradição de uso de uma fita têxtil ao redor da cabeça que pode ser explicada, inclusive, em função das condições climáticas da região. Na Figura 15, uma representação do antigo Império Babilônico do início do segundo milênio na qual se vê claramente o uso desse tipo de adereço por um casal.

¹⁴⁰ Ver também BOSWORTH, 1993, p. 158.



Figura 15 – Representação de terracota de um casal de Girsu – 1900 a.C.

Fonte: NOVÁK, 2009, p. 11

Sobre isso, sabe-se da existência do uso extensivo de fitas amarradas na cabeça a partir de textos acádios e sumérios por um grupo bastante plural de pessoas, isto é, homens e mulheres de diversas classes sociais. Pode-se dizer, sim, que a faixa têxtil usada na cabeça permaneceu na história mesopotâmica como um adereço constante e popular em diversos contextos e com diversas funções ao longo de milênios. No entanto, é durante o período Neoassírio que se percebe o uso do diadema com caráter tipicamente real. Assim, inserido na tradição monárquica assíria, é verificado tanto o uso de uma tiara (*agû*) quanto o uso do diadema (*kululu*) com funções reais e espirituais apenas pelo rei assírio. Na Figura 16, uma representação do rei Assírio Tiglath Pileser III, trajando o *agû* e o *kululu*.



Figura 16 – Representação de Tiglath Pileser III – 745-727

Fonte: NOVÁK, 2009, p. 22

Como já demonstrado, a tiara se portava como um item fundamental da indumentária real persa, sendo de uso exclusivo dos reis. De maneira a verificar o uso do diadema pelos reis persas, uma forte evidência para isso, como já mencionado, está em uma tradição encontrada nas fontes em que o diadema é apontado como um item persa adotado por Alexandre junto a outros elementos estrangeiros após a morte de Dario III em 330 a.C. (DIOD., 17.77.5-6; JUST., 12.3.8; CURT., 6.6.4). Entretanto, como já dito, entende-se que essa informação pode ter sido fruto de um erro, ocorrido mediante uma possível confusão por parte da fonte utilizada por esses autores (Cleitarco) que, por sua vez, pode ter correlacionado a adoção de vários itens da indumentária persa e do diadema como parte do mesmo evento, o que parece pouco provável dada a importância distinta do diadema para Alexandre (COLLINS, 2008). Dessa maneira, ao contrário do que relatam as fontes advindas de Cleitarco, é mais coerente pensar que a adoção do diadema como *regalia* não se deu no momento da incorporação de itens persas, mas durante um evento oficial de grandes proporções após a batalha de Gaugamela, quando Alexandre foi intitulado pelo exército como Senhor da Ásia (PLUT., 34.1).

Todavia, ainda há o relato de Xenofonte, escrito tempos antes da expedição de Alexandre (ou seja, uma descrição de uma natureza distinta daquela oriunda de Cleitarco), no qual o diadema é mencionado entre os adereços usados pelo fundador da dinastia Aquemênida, Ciro II:

Em seguida, o próprio rei Ciro aparecia em uma carruagem, vestindo a sua tiara (ὀρθὴν ἔχων τὴν τιάραν) e a sua túnica branca com uma listra branca, apenas usadas pelo rei [...]. Ele também usava uma fita amarrada ao redor da cabeça, assim como os seus *sungeneis*, que a usavam como um sinal de distinção, e eles fazem isso até os dias atuais.¹⁴¹ (XEN. *Cyr.*, 8.3.13)

Ainda quanto à ornamentação real persa, Quinto Cúrcio também relata que, junto com a *kidaris*, o rei dos aquemênidas portava uma fita que variava entre a cor azul (*coerulea*) e a cor branca (*albo*) (QUINTO CÚRCIO, 3.3.17). Desse modo, parece ser plausível pensar que, de fato, havia contido na tradição monárquica aquemênida, mesmo com uma escassez perturbadora de iconografia real persa que corrobore essa ideia (SMITH, 1988), o uso por parte do Grande Rei de uma fita que, usada junto com a tiara *orthe*, fazia parte da indumentária oficial dos reis. Com isso, é importante observar que, para além de uma influência política, no forjamento de impérios universais, o Império Neoassírio exerceu também forte impacto no caráter simbólico da monarquia aquemênida, dado que a influência assíria no uso real da tiara e do diadema persas são nada menos do que prováveis. Essa influência no caráter simbólico da representação real ainda pode ser vista em outros momentos, por exemplo, na imagem dos selos reais assírios que apresentam a figura do rei em combate com um leão em postura ereta, que também pode ser observada em representações reais dos reis persas em Persépolis (NOVÁK, 2009).

Essa concepção, de um diadema oriundo de uma cultura política persa, tem colaborado nas últimas décadas para o fortalecimento da ideia, tomada muitas vezes como verdade irrefutável, de que Alexandre sucedeu a Dario como herdeiro do legado aquemênida, já que, tendo o diadema uma origem persa e tendo ele se tornado a grande insígnia de sua representação real, a influência persa em Alexandre parece, dessa forma, bastante forte e reveladora. Contudo, de maneira a contestar essa versão, no relato de Xenofonte, está expresso que o uso desse adereço não se resumia ao uso do Grande Rei, mas era estendido a todos aqueles mais próximos a ele (*syngeneis*) como um símbolo de distinção. Segundo Wiesehöfer (2009), esses *syngeneis*, mencionados por Xenofonte, podem ser identificados a partir da análise de um relato de Quinto Cúrcio sobre os indivíduos que acompanhavam o rei aquemênida. Nessa descrição, Quinto Cúrcio diz que o Grande Rei era acompanhado por cerca de quinze mil *cognati* que, pelo alto quantitativo, dificilmente tivessem todos uma relação sanguínea com o rei. Todavia, mais adiante, Quinto Cúrcio distingue entre esses *cognati* cerca de duzentos indivíduos, chamados por ele de *propinquorum*, que provavelmente, nesses termos, seriam aqueles com uma relação

¹⁴¹ No original, em grego: ἐπὶ δὲ τούτοις ἤδη αὐτὸς ἐκ τῶν πυλῶν προουφαίνετο ὁ Κῦρος ἐφ' ἄρματος ὀρθὴν ἔχων τὴν τιάραν καὶ χιτῶνα πορφυροῦν μεσόλευκον (ἄλλω δ' οὐκ ἔξεστι μεσόλευκον ἔχειν.

de nascimento mais próxima do rei persa, seus parentes de fato. Dessa maneira, faz sentido pensar que os *syngeneis*, assim chamados por Xenofonte, são os mesmos *propinquorum* de Quinto Cúrcio, isto é, pessoas ligadas por sangue ao rei persa que usavam como símbolo de distinção um diadema, assim como o próprio rei.

Sabendo, portanto, que o diadema persa era usado não apenas pelo Grande Rei, mas compartilhado entre as pessoas mais próximas a ele (*propinquorum*), há aqui graves problema para se localizar o diadema de Alexandre como sendo exatamente o mesmo adereço usado pelos persas. Isso porque, apesar de existir uma tradição entre os Grandes Reis de uso de um diadema, este não era um item exclusivo de sua representação real, ao contrário do que foi para Alexandre e para os reis helenísticos. Além disso, assim como a problemática de identificar apenas uma origem grega para o diadema em um território tão heterogêneo, o mesmo se passa com uma possível estrita origem persa do diadema. Afinal, um império que tinha como parte vital o mundo grego, Alexandre conquista primeiro a Grécia para depois enfrentar os persas, uma *regalia* com uma origem exclusiva persa não poderia causar o efeito legitimador necessário para a consolidação do poder real de Alexandre e, em seguida, dos reis helenísticos. Logo, uma identificação direta entre o diadema persa e o diadema real helenístico é falha.

3.2.4 Conclusão sobre a origem do diadema real helenístico

O diadema real helenístico, criado por Alexandre durante a sua expedição asiática e usado pelos chamados reis helenísticos após a sua morte, foi uma insígnia que, nesse contexto, se comportou como uma *regalia*, materializando em si todo o poder real desses soberanos. Como visto, o lugar de onde Alexandre sacou o diadema para se tornar o maior símbolo de seu poder é obscuro, havendo uma relevante quantidade de teses que têm por objetivo desvendar essa questão. Tendo passado pelos pontos principais de todas essas teorias, ficou claro que todas apresentam fortes argumentos a seu favor, no entanto nenhuma delas se encaixa perfeitamente em forma e ou em significado naquela que foi o grande símbolo do período helenístico.

Esse labirinto de ideias, ao contrário de apenas provocar uma confusão que levaria à inconclusão, se revela, na verdade, com a grande evidência para a origem do diadema e para a questão sobre a natureza do império conquistado por Alexandre. Isso porque, como já indicado, e assim como sugerido por Collins (2008) e Strootman (2009), o diadema, ao não se identificar exatamente com nenhuma origem específica, pode ser visto como um objeto que faz confluir em si todas essas origens ao mesmo tempo. Melhor dizendo, a adoção de uma nova insígnia por Alexandre se configura primeiro como uma necessidade, afinal, um novo império acabava de

ser criado (como já demonstrado, sabe-se que as fontes não fornecem indícios fortes o suficiente para sugerir que o rei dava continuidade a uma tradição aquemênida, tampouco a uma macedônica). Desse modo, novas insígnias eram requisitadas. Em função dessa necessidade de criação de novas ferramentas de legitimação, a adoção do diadema se revela como o grande símbolo dessa atitude, dado que não se identifica diretamente com nenhuma parte específica do território conquistado, seja ela macedônica, grega, ou asiática, ao mesmo tempo em que não se comportava como elemento estranho a nenhum desses súditos, velhos e novos. Dessa maneira, a *regalia* adotada pelo rei macedônio após a derradeira batalha de Gaugamela se portava como uma insígnia que conversava com todas as partes do império, ao passo que indicava a todos que havia ali também mudanças importantes: a tiara, grande símbolo persa, havia sido descartada, e as *poleis* gregas não mais respondiam por si, mas a um rei que, inclusive, adotou itens da indumentária aquemênida. Portanto, o Império Persa não existia mais, a resistência grega a uma dominação que ultrapassava os limites do mar Egeu havia finalmente fraquejado e o diadema facilitava a todos a visualização desse novo momento.

Todas essas propriedades do diadema indicam que Alexandre tinha consciência de que seu poder não poderia se limitar a simples acumulação de territórios, mas deveria ser apoiado em uma clientela que enxergasse nele um novo líder capaz de fazê-los prosperar e que poderia fazer de Alexandre, de fato, rei. Nesses termos, o diadema deve ser adequado ao conceito de *investimento simbólico* de Bourdieu (1995), isto é, um artifício usado para garantir a aquisição da verdadeira riqueza, ou *capital simbólico*, que, no caso específico de Alexandre, se configuraria como a nobreza grega e não grega que lhe possibilitariam governar os territórios conquistados, afinal, são as pessoas que conferem poder, e não coisas ou terras. Sem o apoio dessas elites, dificilmente Alexandre poderia governar todo o grande território apoderado. Assim, o diadema comporta-se como um facilitador para o objetivo final, que era ter a soberania de um grande império.

3.3 Disputa entre os sucessores e a incorporação do diadema com *regalia* helenística

Em seu leito de morte, ao ser perguntado sobre quem deveria sucedê-lo como legítimo rei do novo grande império conquistado, Alexandre teria dito: “Ao melhor homem, dado que vejo que um grande combate entre os meus amigos será os meus jogos funerários” (DIOD., 18.1.4).¹⁴² A morte de Alexandre, em junho de 323 a.C., na Babilônia, deixou mais perguntas

¹⁴² No original, em grego: προορώμαι γὰρ ἐπιτάφιον μέγαν ἀγῶνα γενησόμενόν μοι τῶν φίλων.

do que respostas, afinal, o rei havia falhado em não deixar claro quem seria o seu sucessor. Nesse cenário, figuras políticas importantes da Macedônia haviam morrido na última década, como Heféstion – possivelmente o preferido de Alexandre (ARR., 2.7.7-7.14.8; PLUT. *Alex.*, 47.5) –, Parmenion, Filotas e Clito, e apenas Antípatro permanecia na regência do reino macedônico, mas Cratero já havia recebido ordens para retornar à Macedônia com cerca de dez mil homens para assumir a sua posição (ARR., 7.12.4). Dessa maneira, entende-se que, até a sua morte, Alexandre não havia criado estruturas permanentes para a sustentação do império que acabara de ser criado. Os únicos com alguma legitimidade para assumir o legado do rei logo após a sua morte seriam o seu filho com Roxana, que, por sinal, nem havia nascido, e o seu mentalmente incapaz irmão, Filipe Arrideu (PLUT. *Alex.*, 77.4), ou seja, o sinal verde para o início de um grande conflito pelo poder estava dado. A chamada Guerra dos Diádocos, que deu origem aos três grandes reinos helenísticos (Antigônida, Ptolomaico e Selêucida),¹⁴³ colocou frente a frente aqueles que desejavam assumir o grande legado deixado por Alexandre. Assim, o sonho de um grande império ainda persistiu, ao passo que todas as dinastias que seguiram se percebiam como verdadeiros sucessores do antigo rei. Logo, uma complicada série de eventos, a mistura de várias tradições e o surgimento naquele contexto de algumas poderosas personalidades criaram o que se chama hoje de período helenístico¹⁴⁴ (ADAMS, 2011).

Após a morte do único descendente e herdeiro legítimo de Alexandre – Alexandre IV –, morto em segredo por Cassandro, na Macedônia, em 309 a.C., o caminho para a instituição de novas monarquias pessoais estava aberto. Isso porque, até então, os novos reis governavam em nome do filho de Alexandre, mas, com essa possibilidade eliminada, estava claro para todos que a ficção de que ainda existia uma dinastia Argeada não se sustentava mais. Nesses termos, tem-se, em 306 a.C., o que é chamado de “o ano dos reis” (HAAKE, 2009), quando se pode falar em uma fundação, de fato, das monarquias helenísticas.

¹⁴³ Dinastias criadas após a morte de Alexandre que competiram entre si para assumir o legado do rei macedônio. Essa assunção do império de Alexandre se manifestava mediante o uso do diadema, que, por sua vez, não fazia referência a uma específica faixa de terra, mas ao poder monárquico de Alexandre. Assim, esse grupo deve ser visto de maneira distinta de outra parcela de reis helenísticos, que também adotaram o diadema, mas não pertenciam a uma tradição tão ligada a Alexandre (HAAKE, 2009).

¹⁴⁴ Apesar de ter sido por muito tempo um período taxado pela historiografia como um período marginal diante da grandeza do período clássico, visto, dessa maneira, como um momento marcado pela decadência do mundo grego, o estudo do período helenístico ainda engatinha e tem sido redescoberto nas últimas décadas pelos antiquistas. Uma razão para isso seria o fato de que o referido período ainda careceria de maior interação entre as mais diversas áreas do conhecimento – arqueologia, filosofia, antropologia –, como há muito é feito com o período clássico, por exemplo, com o fito de ampliar a discussões sobre as mais diversas questões pertinentes a esse recorte. Assim sendo, observa-se que, nas últimas décadas, os estudos sobre o período helenístico têm ganhado fôlego vigoroso com a apresentação de novas respostas e de novas perguntas (SHIPLEY, 2007).

Nesse sentido, após a vitória de seu filho Demétrio contra Ptolomeu, em Salamina, Antígono Monophthalmus, entusiasmado (*meteorizo*) com o grande êxito, assumiu o diadema e o título de *basileus*, permitindo a seu filho que também usasse o adereço e o título de rei (DIOD., 20.53.2). Em função disso, para não encarnar uma aura de derrotado, Ptolomeu, dono do Egito já desde a morte de Alexandre, repetiu o mesmo gesto, assumindo-se como rei, assim como outros de seus concorrentes:

Ptolomeu, no entanto, não tão humilde de espírito pela sua derrota também assumiu o diadema e o seu título de rei (*basileus*). De modo similar, em rivalidade com eles, os outros também passaram a se chamar de reis: Seleuco, que havia recentemente conquistado algumas satrapias, e Lisímaco e Cassandro, que ainda asseguravam os territórios originalmente designados a eles.¹⁴⁵ (DIOD., 20.53.3-4)

Como visto, a própria ruptura protagonizada pelos *Diadochi* com a criação de novas monarquias exigiu o uso de velhas formas de legitimação amparadas em Alexandre para garantir a governança. O diadema, bem como o título de *basileus*, se popularizou para além de um atributo exclusivo dos monarcas das dinastias Ptolomaica, Atingônida e Selêucida, podendo ter o seu uso observado por todas as monarquias da Ásia Menor pelos séculos seguintes, incluindo os Atálidas, a Bactria, a Armênia, a Judeia, os reis partos, entre outros. Essa tradição do uso do diadema como símbolo real chegou, inclusive, a períodos mais tardios, tendo o adereço sido usado também por imperadores romanos e bizantinos, o que teria influenciado a criação, tempos depois, das famosas coroas medievais, como símbolo da monarquia por excelência (SMITH, 1988; STROOTMAN, 2007).

Portanto, a criação das chamadas monarquias helenísticas marca um momento novo em que tradições são misturadas e apropriadas. O diadema, nesse cenário, se comportou como um adereço que se vinculava ao antigo rei, como agente legitimador, ao mesmo passo em que instituiu de uma vez por todas o fim da dinastia Argeada, abrindo espaço para um novo período que, no entanto, nunca se esqueceria do grandioso império conquistado por Alexandre.

¹⁴⁵ No original, em grego: ὁ δὲ Πτολεμαῖος οὐδὲν τῇ ψυχῇ ταπεινωθεὶς διὰ τὴν ἥτταν καὶ αὐτὸς ὁμοίως ἀνέλαβε τὸ διάδημα καὶ πρὸς ἅπαντας ἀνέγραφεν ἑαυτὸν βασιλέα. Παραπλησίως δὲ τούτοις καὶ οἱ λοιποὶ δυνάσται ζηλοτυπήσαντες ἀνηγόρευον ἑαυτοὺς βασιλεῖς, Σέλευκος μὲν προσφάτως τὰς ἄνω σατραπείας προσκεκτημένος, Λυσίμαχος δὲ καὶ Κάσανδρος τὰς ἐξ ἀρχῆς δοθείσας μερίδας διατηροῦντες. ἡμεῖς δὲ περὶ τούτων ἰκανῶς εἰρηκότες ἐν μέρει διέξιμεν περὶ τῶν κατὰ Λιβύην καὶ Σικελίαν πραχθέντων.

Conclusão

O reinado de Filipe II representou uma ascensão meteórica do reino da Macedônia, que até então não passava de um Estado periférico do mundo grego (ou até mesmo alheio a ele). Filipe, além de resolver velhos problemas fronteiriços com os seus vizinhos ao Norte, elevou o seu reino à condição de liderança após a decisiva batalha de Queroneia contra Atenas e aliados e o estabelecimento da chamada Liga de Corinto. Todo esse sucesso deveu-se, além de sua capacidade diplomática, às inovações militares implantadas por ele, uma vez que tornaram o exército macedônico mais organizado e profissional, ao ponto de ser capaz de assegurar o sucesso dos seus ambiciosos planos. Sua morte prematura, no entanto, o impediu de dar início ao seu seguinte (e mais grandioso) objetivo – a conquista do grande Império Persa, que havia muito interferia de forma direta na política do mundo grego. Para esse capítulo, a História reservou um papel especial a Alexandre III, seu filho primogênito, que, após o sucesso alcançado na Ásia, se tornou, no imaginário de grande parte das pessoas nos séculos que se seguiram, o maior conquistador da Antiguidade.

Contudo, por mais brilhantes que tenham sido as conquistas de Alexandre, é fundamental pontuar que a proposta de criação de um novo e vasto império a partir da dominação do mundo grego e do controle de todas as porções do Império Persa deve ser encarada apenas como uma continuidade de uma tradição já existente havia muito na Mesopotâmia de criação de impérios universais, fundada no início do primeiro milênio com ascensão do Império Neoassírio e levada a cabo pelo Império Neobabilônico e Persa, respectivamente. Com o êxito da conquista, portanto, Alexandre apenas dava prosseguimento a essa tendência política asiática, todavia um novo ingrediente estava presente dessa vez, afinal, se tratava de uma dominação grega. Sendo assim, Alexandre deu indícios de que o forjamento desse novo grande império estava calcado em bases greco-macedônicas (algo inédito para o mundo grego), visto que a questão pan-helênica utilizada por ele e seu pai antes do início da campanha na Pérsia nunca foi deixada de lado ao longo de toda a sua vida; ao contrário, Alexandre sempre demonstrou cuidado especial para com a porção grega de seu império.

Nesse sentido, a partir de inúmeras evidências encontradas nas fontes disponíveis, entende-se que Alexandre, ao contrário do que foi perpetuado durante muito tempo pela literatura especializada, em nenhum momento de sua vida, deu mostras de que sucederia a Dario como o novo Grande Rei e que daria, assim, prosseguimento à tradição aquemênida. Um grande indício disso é o fato de Alexandre nunca ter adotado o maior símbolo da expressão do poder dos reis persas, a *tiara orthe*, algo impensável para quem desejaria se identificar efetivamente

como novo rei persa. O ex-sátrapa persa e usurpador Besso, por exemplo, logo que vislumbrou a possibilidade de ascender como novo Grande Rei, incorporou à sua indumentária a insígnia identificadora dos reis aquemênidas, de modo a sinalizar a sua pretensão – fracassada – de suceder a Dario.

Nesses termos, o grande símbolo da criação desse novo *nomos* político por Alexandre se revela como um objeto simples e de fácil uso e que, por sinal, continuou a ser usado pelos reis helenísticos como símbolo de seu poder – o diadema. Esse objeto, adotado por Alexandre após a derradeira batalha em Gaugamela, concentrava em si todo o simbolismo do novo império, dado que, se, por um lado, não se identificava com nenhuma parte do recém-criado império de forma direta, por outro, tampouco se configurava como um ornamento estranho a algum deles. Desse modo, o diadema se portou como um objeto em condições ideais para as pretensões de Alexandre, sendo que encarnava aos olhos de seus súditos certa legitimidade, dado o seu uso já por gregos e persas, ao passo que apontava para um novo momento, isto é, a criação de um novo contexto político.

Referências

Fontes:

ARISTÓFANES. *Lysistrata*. Tradução de Benjamin Bickley Rogers. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1946.

ARRIANO. *Anabasis of Alexander*. Tradução de P. A. Brunt. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1983.

DIODORO DA SICÍLIA. *Library of History*. Tradução de C. Bradford. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1963.

ÉSQUILO. *Os Persas*. Tradução de Bernardo Perea Morales. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

ÉSQUINES. *The Speeches of Aeschines*. Tradução de Charles Darwin Adams. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1958.

ESTRABÃO. *The Geography of Strabo (Book XVII)*. Tradução de Horace Leonard Jones. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1932.

HERÓDOTO DE HALICARNASSO. Tradução de A. D. Godley. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1938.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etymologies*. Tradução de W. J. Lewis, J. A. Beach, Oliver Berghof. Cambridge University Press, 2006.

ISÓCRATES. *Discursos*. Tradução de Juan Manuel Guzmán Hermida. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

JUSTINO. *Justin. Epitome of the Philippic history of Pompeius Trogus*. Tradução de J.C. Yardley. American Philological Association, 1994.

PLUTARCO. *Plutarch's Lives: Demosthenes and Cicero. Alexander and Ceaser*. Tradução de Bernardotte Perrin. Cambridge. MA. London: Harvard University Press, 1967.

_____. *Plutarch's Lives: Aratus, Artaxerxes, Galba and Otho*. Tradução de Bernardotte Perrin. Cambridge. MA. London: Harvard University Press, 1954.

_____. *Plutarch's Lives: Demetrius and Antony; and Pyrrhus and Caius Marius*. Tradução de Bernardotte Perrin. Cambridge. MA. London: Harvard University Press, 1959.

_____. *Plutarch's Lives: Dion and Brutus; Timoleon and Aemilius Paulus*. Tradução de Bernardotte Perrin. Cambridge. MA. London: Harvard University Press, 1954.

PLÍNIO. *Natural History*. Rackham. Cambridge. MA. London: Harvard University Press, 1961.

POLÍBIO. *A Historical Commentary on Polybius*. F.W. Walbank. Oxford: Clarendon Press, 1957.

QUINTO CÚRCIO. *History of Alexander*. Tradução de John C. Rolfe. Cambridge. MA. London: Harvard University Press, 1946.

XENOFONTE. *Cyropaedia*. Tradução de Walter Miller. Cambridge, MA. London: Harvard University Press, 1960.

Bibliografia:

BEAULIEU, Paul-Alain. World Hegemony, 900-300 BCE. In: SNELL, Daniel C. (Org.). *A Companion to the Ancient Near East*. Blackwell Publishing Ltd, 2005, p. 48-62.

BERTELLI, Sergio. *The King's Body*. Tradução de R. Burr Litchfield. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2001.

BEVAN, Edwyn. *The House of Ptolomy: a history of Egypt under the Ptolomaic dynasty*. Chicago: Ares, 1985.

BRIANT, Pierre. *Alexandre, o Grande*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *Alessandro Magno: Dalla Grecia All'Oriente*. Trieste: Editoriale Libreria. Electa/Gillimard, 1992.

_____. *From Cyrus to Alexander: a history of the Persian Empire*. Indiana: Einsenbrauns, 2002.

BOSWORTH, A.B.. *Alexander and the East: The Tragedy of Triumph*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BUGH, Glenn R. *The Cambridge Companion to the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CARNEY, Elizabeth. Macedonians and Mutiny: Discipline and Indiscipline in the Army of Philip and Alexander. *American Journal of Philology*, Chicago, v. 91, n. 1, p. 19-44, 1996.

CARTLEDGE, Paul. *Alexander The Great*. New York: The Overlook Press, 2004.

CHAVALAS, Mark. The Age of Empires, 3100-900 BCE. In: SNELL, Daniel C. (Org.). *A Companion to the Ancient Near East*. Blackwell Publishing Ltd, 2005, p.34-47.

COLLINS, Andrew W. The Royal Costume and Insignia of Alexander the Great. *American Journal of Philology*, Baltimore, v. 133, n. 3, p. 371-402, 2012.

_____. Alexander the Great and the Kingship of Babylon. *Ancient History Bulletin*, v. 27, n. 3-4, p. 130-148, 2013.

- _____. *The Transformation of Alexander's Court: The Kingship, Royal Insignia, and Eastern Court Personnel of Alexander The Great*. Tese, PHD. Dunedin: University of Otago, 2008.
- DAMON, Cynthia. Rhetoric and Historiography. In: DOMINIK, William; HALL, Jon. (Org.). *A Companion to Ancient Rhetoric*. Blackwell Publishing Ltd, 2007, p.439-450.
- DOYLE, Michael W. *Empire*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Alexandre, o Grande*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2010.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2001.
- FREDRICKSMEYER, Ernst. Alexander the Great and the Kingship of Asia. In: BOSWORTH, A. B., BAYNHAM, E. J. (Org.). *Alexander the Great in Fact and Fiction*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 136-166.
- FOX, R. L. *Alexander The Great*. Penguin Books, 1973.
- _____. *Classical World: An Epic History of Greece and Rome*. Penguin Books, 2005.
- GREEN, Peter. *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: A historical Biography*. California: University of California Press, 1974.
- GREEN, Peter. *Alexandre, o Grande, e o Período Helenístico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- HAMMOND, Nicholas. *The Kingdom of Asia and the Persian Throne*. University of Adelaide: Cambridge University Press, 1986.
- KING, Carol J. Macedonian Kingship and Other Political Institutions. In: ROISMAN, Joseph, WORTHINGTON, Ian. (Org.). *A Companion to Ancient Macedon*. Blackwell Publishing Ltd, 2010, p. 372-391.
- LARSEN, M. T. The Tradition of Empire in Mesopotamia. In: M. T. Larsen. (Org.). *Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires*. Copenhagen: Akademisk, 1979, p.75-103.
- LECOQ, Pierre. *Les inscriptions de la Perse achéménid*. Paris: Gallimard (Nrf), 1997.
- LICHTENBERGER, Achim; MARTIN, Katharina; NIESWANDT, Helge; SALZMAN, Dieter. *Das Diadem der Hellenistischen Herrscher*. Münster: Euros, 2009.
- LLOYD, J.G. *Alexandre the Great: Selections from Arrian*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- MANFREDI, Valerio Massimo. *La Tumba de Alejandro, el Enigma*. Tradução de José Ramon Monreal. Barcelona: Debols!llo, 2012.

- MICHAEL, Flower. Alexander the Great and Panhellenism. In: BOSWORTH, A. B., BAYNHAM, E. J. (Org.). *Alexander the Great in fact and fiction*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 96-135.
- MARTIN, Thomas R.; BLACKWELL, Christopher W. *Alexander the Great: The Story of a Ancient Life*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- MOSSÉ, Claude. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- MÜLLER, Sabine. Philip II. In: ROISMAN, Joseph, WORTHINGTON, Ian. (Org.). *A Companion to Ancient Macedon*. Blackwall Publishing Ltd, 2010, p. 166-185.
- NAWOTKA, Krzysztof. *Alexander the Great*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2010.
- NICOLAI, Roberto. The place of History in the Ancient World. In: Marincola, John. (Org.). *A Companion to Roman and Greek Historiography*. Blackwell Publishing Ltd, 2007.
- NUÑEZ, Alonso. Herodotus ideas about World Empires. *Ancient Society*, Peeters Publishers, v. 19, p. 125-133, 1988.
- O'BRIEN, J.M. *Alexander the Great: The Invisible Enemy. A biography*. New York: Routledge, 2005.
- ROISMAN, Joseph. *Alexander's veterans and the early wars of the successors*. Austin: University of Texas Press, 2012.
- SHAUGHNESSY, Edward. Calendar and Chronology. In: LOEWE, Michael; SHAUGHNESSY, Edward. (Org.). *The Cambridge History of Ancient China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.19-29.
- SAVIL, Agnes. *Alexander the Great*. New York: Barnes & Noble World Digital Library, 2002.
- SAWADA, Noriko. Social Customs and Institutions: Aspects of Macedonian Elite Society. In: ROISMAN, Joseph. WORTHINGTON, Ian. (Org.). *A Companion to Ancient Macedon*. Blackwell Publishing Ltd, 2010, p. 393-408.
- SEKUNDA, Nicholas Victor. The Macedonian Army. In: ROISMAN, Joseph. WORTHINGTON, Ian. (Org.). *A Companion to Ancient Macedon*. Blackwell Publishing Ltd, 2010, p. 447-470.
- SHIPLEY, Graham. Recent trends and new directions. In: BUGH, Glenn. (Org.). *The Cambridge Companion to the Hellenistic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 315-326.
- STONEMAN, Richard. *Alexander the Great*. New York: Routledge, 2001.

STROOTMAN, Rudolf. *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East 336-30 BCE*. Tese, PhD. Rotterdam: Utrecht University, 2007.

TARN, William. *The Greeks in Bactria and India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

WALLBANK, F. W. *The Hellenistic World*. London: Fontana, 1981.

WORTHINGTON, Ian. *Alexander the Great: A Reader*. London: Routledge, 2003.

_____. *By the Spear: Philip II, Alexander the Great, and the Rise and fall of Macedon Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZAMBRINI, Andrea. The Historians of Alexander the Great. In: MARINCOLA, John. (Org.). *A Companion to Roman and Greek Historiography*. Blackwell Publishing Ltd, 2007.